

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1955

N. 497

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

	Pág.
O êxodo rural e o Exército — Parecer do EME.....	2
A conduta da defesa — O contra-ataque: noções fundamentais e estudo de um caso concreto — Transcrição da Revista "Coletânea" da ECEME.....	13
Influência dos fatores fisiográficos nas operações militares — Cel. Américo Borges Fortes.....	27
Possibilidades da guerra de guerrilhas — Artigo do Gen. J. Esparza Artech, traduzido da Revista "Ejército" (Espanha).....	39
O analisador da defesa antiaérea — Cap. Orlando Raphael Viégas Lauro.....	53

CULTURA GERAL

Sejamos otimistas na análise da conjuntura nacional — Trecho final de uma conferência do Cap. de Fragata Francisco de Sousa Maia Junior, realizada na Escola Naval em agosto do corrente ano.....	61
A conjuntura econômica brasileira — Parecer do Sr. Marcos de Sousa Dantas, apresentado à Confederação Nacional do Comércio.....	67
O espírito de Genebra — Trechos do discurso pronunciado pelo Pres. D. Eisenhower na convenção anual da Ordem dos Advogados, realizada recentemente na cidade de Filadélfia.....	73
A cultura do oficial do Exército — Cel. Antônio Linhares de Paiva — Professor Catedrático da AMAM.....	77
As duas batalhas de Guararapes — Novo livro do Gen. Lobato Filho.....	79

DIVERSOS

Atividades do 1º Grupamento de Engenharia no nordeste.....	81
O 180º aniversário do Forte de Coimbra — Alocução do Cmt. da 9ª R.M. — Gen. Fernando Távora.....	87
Reminiscências do exército antigo — Um exercício de batalhão há meio século — Gen. Dermeval Peixoto.....	93
Contribuição para a história do emprêgo militar da Aeronáutica — Cel. Aurélio de Lyra Tavares.....	99

BRASILIANAS

O número de tratores existentes no Brasil — Comércio exterior do Brasil no 1º semestre do ano em curso — Custo da vida nas Capitais — Vertiginoso o incremento da importação de petróleo bruto — A refinaria de Manaus — Mataripe já produziu o triplo de seu custo — Indústria do carvão — Jazidas de zinco, chumbo e cobre em Minas Gerais — Viajaram nos "paus de arara" em 1954 quase 100 mil nordestinos — Tremendo desgaste de caminhões devido à má categoria das estradas — A era da energia atômica e a presença de urâno no Brasil — Nova Capital do Brasil.....	109
--	-----

NOTÍCIAS MILITARES

Base Naval de Recife — Organização básica do Exército — Aviação Britânica — As marinhas de guerra de 1955 — Competição aérea russo-americana	117
--	-----

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

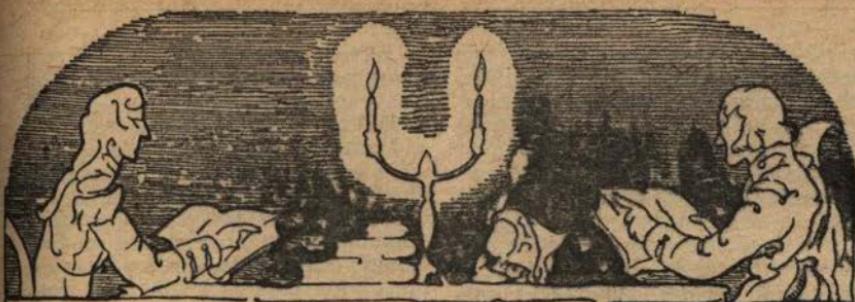
PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



CULTURA PROFISSIONAL

O EXODO RURAL E O EXÉRCITO

PARECER DO E.M.E.

I — INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro não costuma vir a público debater problemas sociais, justificar medidas adotadas, ou fazer propaganda em causa própria, ressaltando um ou outro aspecto favorável de sua atividade. Ao longo de sua história, têm-lhe bastado a muda eloquência dos fatos, no preparo anônimo de gerações e gerações de soldados, a participação direta nas culminâncias políticas que vieram plasmado a nacionalidade e, sobretudo, nas guerras em que o pavilhão do Brasil se viu envolvido, para a defesa da honra nacional.

Nevera desejou louvores e lhe repugna qualquer destaque que o coloque acima das demais instituições nacionais; almeja, apens, que seus serviços tenham por prêmio o respeito e a compreensão da Nação.

Ultimamente, entretanto, vêm se avolumando críticas aos métodos de conscrição do Exército, apontando-o como um dos principais responsáveis pelo êxodo rural; essas vozes se levantam, aqui e acolá, pelo

rádio, pela imprensa e das tribunas e partem, quase sempre, de homens sinceramente dedicados ao estudo e à solução dos problemas brasileiros.

Apresentar à opinião nacional responsável a verdadeira face do êxodo rural e suas reais consequências no que tange ao Exército, é a finalidade do presente trabalho, que não constitue uma justificativa, mas explicação a que tem direito o povo brasileiro, em face do debate público do assunto.

II — DEFINIÇÃO

O êxodo rural, motivado pelo serviço militar, consiste na transferência da residência habitual para as cidades, dos convocados oriundos de zonas rurais, que, ao serem licenciados das fileiras, deixam de regressar aos locais de onde provieram.

Essa definição particulariza e distingue, portanto, uma parte do vasto, complexo e contínuo movimento migratório interno, que se observa em todos os países novos, de grande extensão territorial, de economia

variável e desnivelada, ainda não estratificada, como ocorre com o Brasil — onde a aventura, a especulação e a iniciativa ainda encontram prêmio compensador.

Nela também não se enquadram, evidentemente, os cidadãos oriundos de zonas urbanas e suburbanas das cidades que, por força do serviço militar, são deslocados para outras cidades, maiores ou menores, e aí permanecem. A ela não pertencem, igualmente, aqueles que transferiram suas residências de zonas rurais para as cidades antes de que sua classe tenha sido incorporada, ou muito depois que tenha sido licenciada, ou, ainda, os que o fizeram após a desincorporação, por ter ocorrido mudança da residência habitual da família para a cidade, já que, neste caso, o ato não decorreu de sua livre e inteira iniciativa.

III — FIXAÇÃO DOS FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS DO EXODO RURAL

O êxodo rural, acima definido, constitui um mal exclusivamente quando facilita e indiretamente incita o deslocamento permanente para as cidades, dos elementos que, no momento da convocação, estavam efetivamente exercendo, junto à gleba, qualquer forma de atividade agrícola, ou, subsidiariamente, entregavam-se a lides pecuárias. Como ocorre em toda coletividade humana sujeita a leis liberais como as nossas, há indivíduos nas zonas rurais que não possuem ocupação definida, nem são econômicamente úteis — não se lhes pode exigir que trabalhem, nem que produzam. Se esses cidadãos, por força do serviço militar, são deslocados para as cidades e nelas permanecem, constituirão, apenas, números a engrossar estatísticas, mas nunca uma perda econômica para o campo.

Sob o ponto de vista utilitário para a Nação, é indiferente a localização habitual do cidadão que não se entrega a atividade regular econômica útil, ou o movimento migratório que execute, se bem que venha, incidentalmente, criar novos problemas para as cidades, com

o crescimento do número de seus marginais — mas este não é o assunto em foco.

Há, outrossim, a considerar o local para onde se canaliza o êxodo: — se ele se dirige para as grandes capitais, que se acham a braços com sérios problemas de superpopulação, é de evitar-se a todo custo; se vai concorrer para o aumento da população da faixa fronteiriça, já não terá grave efeito, em face de ponderáveis razões, que fazem desejável o crescimento demográfico dessa zona e ditam uma política de apoio e incentivo, uniformemente seguidas desde o Brasil Colônia.

O quartel é uma escola, como será demonstrado mais adiante — pode suceder, então, que o êxodo se verifique por ter o convocado adquirido na caserna profissão mais bem remunerada, e igualmente útil, mormente se antes do ingresso no Exército pertencia à grande legião dos brasileiros sem ocupação regular, nem trabalho definido.

Resumindo, então, o que ficou dito, pode concluir-se que a simples enunciação numérica do êxodo nenhum valor terá se não fôr acompanhada de considerações subsidiárias que ressaltem os motivos e as condições locais em que esse êxodo se verifica.

IV — NECESSIDADES MILITARES NO BRASIL, NO QUE SE REFERE AO EXÉRCITO

As necessidades do Brasil, no que se refere ao Exército, são fixadas, como é lógico, atendendo-se, de um lado, os compromissos internacionais, os deveres constitucionais e a posição do país como nação marítima e continental, e de outro, as possibilidades da economia e recursos nacionais em manter, sem sacrifício, um instrumento militar.

A natureza, número e localização das diversas unidades são definidas após a ponderação de inúmeros fatores, dos quais o principal é a consideração dos ônus de toda a espécie que irão recair sobre a economia do País.

O Exército tem plena consciência do pouco que deve pedir à Na-

ção, a fim de que a maioria dos recursos possa ser empregada no incentivo e no desenvolvimento das atividades essencialmente produtivas para a construção de um Brasil maior; não desconhece, também, que contribuindo para o engrandecimento da economia nacional está diretamente cooperando para seu fortalecimento militar, porque este é função daquela.

Por tódas essas razões, o aparelhamento militar do nosso país está reduzido ao mínimo compatível com a segurança e é proporcionalmente inferior ao de outras nações do próprio continente, com menos compromissos do que os que possuímos.

Nesse mínimo de estrutura de paz, não pode o Exército, entretanto, prescindir da posse de diversos tipos de unidades, armas e serviços indispensáveis na guerra de hoje e que se particularizam por uma técnica especial sómente adquirida no trato diurno do material e no exercitamento constante com os demais elementos, a fim de conseguir um conjunto de forças equilibradas, duráveis, flexíveis e potentes; nesse complexo de materiais e atividades incluem-se as forças motomecanizadas, as blindadas, as aeroterrestres, a artilharia, as comunicações rádio e telefônicas, os serviços de suprimento e de saúde, tudo trabalhando em proveito das armas básicas da batalha.

Essas unidades possuem, cada qual, estrutura particular que deve ser mantida coesa; a vida diária exige que se situem em locais onde existam facilidades de suprimento e de manutenção.

Por isso, não podem elas ser pulverizadas em pequenas frações nem localizadas onde os recursos sejam incipientes, como só ocorrer no sertão brasileiro; além disso, há a considerar a missão constitucional que lhes cabe como guardiões da lei, da ordem e das instituições, que não poderia ser cumprida.

As condições peculiares das forças militares não permitem sejam preparadas naqueles antigos centros de formação de reservistas conhecidos como "Linhas de Tiro" e "Clubes de Tiro" e tornaram obso-

leto o "Tiro de Guerra" tal como o conhecemos realmente; o preparo militar que êsses centros poderiam propiciar é tão rudimentar que sómente ainda podem ser admitidos como meios auxiliares para a formação das reservas.

Em nenhuma hipótese pode o Tiro substituir a unidade de tropa; essa concepção, verdadeira no começo do século, caiu já nos primeiros combates da Guerra de 1914-1918 e foi definitivamente afastada pela última conflagração.

Ao tiro só se pode exigir que inicie a formação do fuzileiro da infantaria, nada mais; se aos Tiros fôssem dados recursos outros, em instrutores e em material, tenderiam êles para uma organização semelhante a dos corpos de tropa normais; perderiam, então, sua característica e os ônus resultantes seriam insuperáveis para a economia municipal que os sustentam e não poderiam ser absorvidos pelo Exército, a quem não interessam senão secundariamente.

Conclui-se, portanto, que a criação, o incentivo e a disseminação dos Tiros não é solução para o problema militar do Brasil, nem podem êles substituir, mesmo em parte, as atuais unidades existentes.

Há a considerar, também, que o Tiro, para não concorrer para o êxodo rural, deve cingir suas matrículas apenas aos convocados residentes na sede municipal (zona urbana) e não deve ser ampliado além dessa possibilidade — tal é a doutrina atual que se contrapõe à anterior Lei do Serviço Militar de 1946, quando a emulação, a rivalidade clubística entre Tiros situados na mesma cidade faziam deturpar suas finalidades precíprias com a caça, no interior, de candidatos de toda natureza, desde que satisfizessem à condição de serem bons atletas ou atiradores, e na capital, dos elementos de melhor índice intelectual e social, roubando-os, dessa forma, numa visível distorção, à caserna, onde seriam melhor e mais completamente aproveitados.

Outro fator que milita contra certas hipóteses que se formulam quanto a de prestação do serviço

militar fora das unidades da ativa ou dos CPOR, é o do nível intelectual e cultural exigido no Exército moderno e na sua reserva de utilização imediata. O soldado de hoje tem de ser alfabetizado e possuir certo coeficiente mental médio, a fim de bem utilizar o instrumental e a maquinaria da guerra; ao graduado e ao oficial exigem-se qualidades ainda maiores. Essas condições obrigam aos países como o Brasil, de condições precárias de alfabetização, a alargar o âmbito da seleção prévia para preencher suas fileiras e preparar reservas, indo buscar os valores onde elas se encontrarem, dentre a grande massa composta, em grande parte, de analfabetos e não qualificados em qualquer atividade. As evasões das elites não podem ser permitidas, sob pena de falsear a qualidade e a eficiência do *mínimo de força* que dispomos sob bandeira.

Suponha-se, para argumentar, que se permita a coexistência, numa mesma cidade, de unidade de tropa e Tiro de Guerra; sucederá, como no passado, que o Tiro irá, aos poucos, absorvendo a elite que tudo fará para ser nela matriculada, em vista da maior suavidade de encargos e de regime.

Então, a unidade de tropa, para satisfazer suas necessidades em pessoal qualificado, terá de ampliar gradativamente a zona da conscrição e ir buscar nos distritos rurais o convocado que precisa; para evitar essa solução, que *concorre para o êxodo rural*, a lei atual proíbe aquela coexistência.

Outro engano comum é julgar-se que com a criação de Tiros de Guerra nos municípios elimina-se o êxodo rural e a incorporação na tropa — a realidade é bem outra, pois:

— se o município, por sua localização e possibilidades, tem de concorrer como tributário de corpo de tropa, essa tributariedade resultou de estudos cuidadosos em que se ponderaram todos os fatores que devem intervir, em especial as necessidades qualitativas, quantitativas, a formação e localização das reservas e as despesas com a sele-

ção e transporte. Nesse município, se existir Tiro de Guerra, apenas a sede fica dispensada de incorporação (pois abastece o Tiro), devendo concorrer toda a zona rural para a tropa. Daí concluir-se que não deve existir Tiro em Município que deva ser tributário de corpo de tropa — o êxodo será maior;

— se o município é normalmente dispensado de convocação, a existência de um Tiro em sua sede poderia interessar ao Exército, mas não ao próprio município, pois se esse Tiro não existisse, a classe convocada para ficar em dia com suas obrigações militares nada mais precisaria do que requerer seus certificados de 3^a categoria ao atingir 20 anos; havendo o Tiro, o convocado residente na sede municipal terá de ser matriculado, cursar o Tiro e ao fim, se aprovado, receber um certificado de 2^a categoria. De qualquer modo, nesse caso, não é a existência do Tiro que eximiu o município da tributação.

V — LOCALIZAÇÃO E AGRUPAMENTO DAS UNIDADES MILITARES

O fato primordial na localização e agrupamento das unidades militares é o da segurança nacional; subsidiariamente influem as condições de vida e os recursos locais, em homens, em equipamentos e instalações civis, que facilitem a existência dessas unidades e de seu pessoal permanente. Não podendo o Brasil adotar a solução norte-americana, de grandes instalações militares isoladas dotadas de todos os recursos e com vida própria, por muito superior a seus recursos econômicos, nada mais resta do que sediar as unidades militares nas principais cidades, para que se aproveitem das facilidades destas, grupando aquelas unidades consoante as possibilidades de absorção ditadas pelo vulto e importância das sedes urbanas.

Primando a segurança nacional sobre quaisquer outras considerações sucede, entretanto, que pode ocorrer a localização de quartéis em zonas de fraca densidade demográfica.

fica e não ser possível preencher os claros com os residentes nas sedes e em suas proximidades; em tal caso, se é forçado a recorrer aos contingentes de localidades bem afastadas, às vezes de zonas rurais, facilitando, dessa forma, o êxodo. Se, porém, isso sucede em alguns casos, nos demais, e que são maioria, a população do município sede, às vezes a própria zona urbana da sede, é suficiente para a conscrição da unidade militar; então, não haverá nem a possibilidade ou a oportunidade do êxodo.

Deve-se considerar sempre, quando são estudados êsses problemas, que ao Exército pouco interessa tecnicamente o homem do campo, em geral analfabeto e não habilitado profissionalmente — o curto tempo de serviço e as exigências militares obrigam se utilize o convocado instruído e já iniciado em alguma profissão técnica, qualidades que só são encontradiças, em geral, no citadino. Daí a razão porque só no caso de estarem esgotados completamente os recursos urbanos, recorre o Exército à zona rural.

Exemplificando o que ficou dito acima, pode-se constatar por um estudo mais detalhado:

— nos Estados, da Bahia para o norte, a conscrição atinge, exclusivamente, sedes urbanas, sendo que grandes contingentes permanecem inaproveitados, mesmo oriundos de cidades;

— em Minas Gerais, Estado eminentemente agrícola, a situação é a descrita acima, ultrapassando de muito a matrícula nos Tiros a incorporação na tropa;

— o Estado de São Paulo não é tributado, mesmo fornecendo contingentes externos, a metade das suas possibilidades demográficas;

— muitos municípios do Paraná e de Santa Catarina podem ser dispensados de tributação em face de suas atividades predominantemente agrícolas;

— praticamente a totalidade dos contingentes do interior de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e da zona colonial gaúcha, que se

deslocam para preencher claros em cidades bastante afastadas de seus locais de residência, retornam a êstes locais, findo o tempo de serviço;

— o interior fluminense tem de ser tributado para o serviço militar na Capital da República e em Niterói — solução diferente resultará mais onerosa para a Nação.

— no País em conjunto, mais da metade da população masculina em idade militar (abrangendo, aí, cerca de 90% do contingente rural), não é chamada ao serviço.

VI — O EXÉRCITO NO ÉXODO PARA AS FRONTEIRAS

Como já ficou visto, o Exército é obrigado a manter, por questões de segurança nacional, um certo número de guarnições, particularmente onde a fronteira é viva, isto é, onde há povoamento ponderável e elle se defronta com núcleos populacionais de outros países.

Estas guarnições representam a continuidade de uma tradição histórica. Já no tempo da Colônia foram criados postos militares em pontos de atrito da fronteira, com a missão geral de reprimir o contrabando, vigiar e mesmo impedir a penetração e a fixação do estrangeiro limítrofe.

À tal política pela visão de Pombal e de Cáceres, se deve, entre outras, as atuais fronteiras de Mato Grosso.

O Império, continuando a tradição portuguêsa, procurou fundar numerosas colônias militares nas fronteiras, particularmente nas lindes confinantes com o território do Paraguai.

No relatório do Ministério da Guerra do ano de 1867 encontra-se, como uma das finalidades dessas colônias militares, estabelecer postos militares nas fronteiras, como núcleos de colônias agrícolas e ponto de apoio a imigração expontânea, a fim de "povoar para evitar a invasão de povos limítrofes que insensivelmente queiram ir se apossando do território".

Outras finalidades, secundárias em relação ao ponto de vista abordado, conquanto ainda algumas de-

las possuam o seu caráter de oportunidade, eram as seguintes :

- proteção da navegação fluvial ;
- expurgo de certas matas dos vadios e criminosos nela refugiados ;
- contenção dos índios e proteção às populações de seus assaltos e correrias ;
- distribuição de terras aos voluntários que derem baixa do serviço militar ;
- presídios penais para criminosos militares e comuns visando a sua recuperação .

Na República, tal política foi retomada com o Decreto Legislativo n. 733, de 21-XII-1900, que reorganiza as colônias militares, regulamentado pelo Decreto n. 4.662, de 12-XI-1902.

Por essa legislação, foram reafirmando as finalidades anteriores, sujeitos os concessionários de terras ao serviço militar e prevista a emancipação dos núcleos coloniais que atingissem a população de 5.000 habitantes, os quais passariam ao regime de administração civil. Numerosas cidades de hoje, que balizam a orla fronteiriça ou lhe ficam próximas tiveram sua origem nas colônias militares, para não mencionar outras ao longo das artérias fluviais da Amazônia ou nas enseadas e pontos fortes do litoral. Dentro as primeiras podem ser citadas em Mato Grosso as de Nioac, São Lourenço, Dourados, Miranda, Taquari, Coimbra e nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul a de Chopim, a de Foz do Iguaçu e as do Alto Uruguai, hoje cidades florescentes da fronteira e que, por Decreto n. 10.024, de 29-I-913, passaram ao regime civil "resguardados como permanecendo sob o domínio da União o material do Exército, os próprios nacionais e as áreas necessárias aos diversos serviços militares".

Em época mais recente, o Decreto-lei n. 1.351, de 16-VI-939 previu a criação de colônias militares de fronteira, dentro da faixa de 150km a que se referia a Constituição Federal de então, subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra e

em locais a serem escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional.

Essa instituição visava :

- criar núcleos de população nacional fronteiriços a localidades prósperas estrangeiras e onde houvessem locais de franco acesso ao território brasileiro (rios navegáveis, estradas, campos, etc.) ;
- promover o desenvolvimento da população onde houvesse exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola em mãos de estrangeiros dos países limítrofes ;
- nacionalizar, particularmente, as partes da fronteira não assinaladas por obstáculos naturais.

Em 1940 surge o Decreto número 1.968, de 17 de janeiro desse ano, sucessivamente modificado, interpretado e retificado em dispositivos complementares do mesmo ano, regulando as concessões de terra na faixa fronteiriça de 150km aos particulares e às empresas.

Finalmente, o Decreto-lei número 5.084-A, de 14-XII-942 atribui a uma comissão, composta do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional (como presidente) e de seis membros nomeados em decretos referendados pelo Ministro da Justiça, a competência para a concessão de terras na faixa de fronteiras.

Da exposição feita pode-se concluir :

— a responsabilidade do Exército na consolidação e consequente povoamento da faixa de fronteira é uma decorrência da política de manutenção do solo conquistado por nossos maiores e assenta suas raízes no passado histórico da Nação ;

— na atualidade, essa política é traduzida na permanência de efetivos mínimos nas faixas fronteiriças vitalizadas, a exemplo do que ocorre com os nossos vizinhos.

Premido por essa fatalidade, o Exército sente anualmente a necessidade de integrar suas unidades com contingentes de convocados oriundos de outros municípios da área interior, tendo em vista a ainda fraca densidade de população, per-

tencente à zona fronteiriça e dedicada ao regime pastoril.

É possível que parte desse contingente, anualmente deslocado, deixe de regressar aos seus municípios de origem mas, assim sendo, a contribuição do Exército para esse êxodo terá sido positiva porque contribuirá para a fixação, nessa faixa, de especialistas que tiveram sua instrução técnica aprimorada na caserna ou de agricultores do interior, aumentado, qualitativa e quantitativamente o povoamento dessa zona, por tantos motivos considerada vital.

VII — O QUARTEL COMO ESCOLA

O quartel, no Brasil, não ministra sómente instrução militar — é, também, uma escola de civismo e de democracia.

As características de nosso País, jovem e aberto, desde a descoberta, à imigração; as condições do seu desenvolvimento econômico; as imensas distâncias que facilitaram o relativo isolamento dos grupos populacionais, particularmente os de origem estrangeira próxima, entregues, às mais das vezes a si próprios; a ausência de preconceitos raciais, religiosos e de classes, em face das condições especiais que regeram a formação da nacionalidade — tudo leva a criar para o quartel brasileiro condições peculiaríssimas de influência e de ambiente.

Nêle se nivelam as classes sociais; ombreiam-se brancos com pretos; filhos de colonos mal sabendo o português, com os descendentes de antigas e tradicionais famílias históricas; homens do Nordeste, com fronteiriços do Sul.

Nêle se acelera a assimilação nacionalizadora dos brasileiros de origem recente, quase sempre educados no círculo restrito da família, e com raros contactos com o meio ambiente, onde escasseiam os motivos e as oportunidades que poderiam incutir-lhes os princípios e a consciência de brasiliidade.

Ensinando ao jovem soldado os rudimentos da cultura e da tradição

militar brasileira, tôda ela de amplo sentido liberal, aberta às vocações naturais, ao esforço próprio, ignorando origens ancestrais, côn e religião, é o quartel uma grande e completa escola de democracia, dando a todos iguais oportunidades de desenvolver suas aptidões.

Desde sua origem e já antes que a disseminação do ensino propiciasse maiores oportunidades às classes menos favorecidas, vem o Exército contribuindo para a ascenção social de valores que, outro modo, não teriam sido revelados. Hoje como ontem, marechais e generais, estadistas e sábios, devem a origem de suas carreiras, o primeiro degrau da escada do sucesso, a uma caserna ou a uma escola militar.

As necessidades do exército moderno, com o emprego de meios cada vez mais complexos de combate, a diversificação crescente e abrangendo cada vez maior campo de conhecimentos, tendem a aproximar a instrução militar da educação civil.

Já foi de há muito ultrapassada a época em que a instrução militar se limitava, essencialmente, à formação do atirador, à ordem unida e à rigidez da disciplina reflexa das formações de combate a pé ou a cavalo; o progresso deu ao soldado, modernos meios de combate cuja complexidade e poderio tornam rudimentares e infantis as antigas praxes militares. O Exército emprega hoje tôda sorte de maquinária que nada mais é, em essência, do que modificações ou aperfeiçoamentos peculiares dos mesmos meios usados na vida civil quotidiana.

E a instrução militar tende para o aproveitamento, numa direção particular, de conhecimentos básicamente obtidos nas lides civis; não há mais lugar, hoje em dia, para analfabetos e para os sem profissão, nos quartéis; é na sua poderosa indústria, nas organizações técnicas de alta especialização, nas universidades, que as grandes potências modernas vão buscar grande parte das suas formações militares de maior eficiência e a infraestrutura

tura dos serviços que alimentarão o esforço militar.

Em países como o Brasil, com grande coeficiente de analfabetismo e ainda nos primeiros estágios da industrialização, não pode o Exército suprir suas necessidades técnicas com o aproveitamento direto do elemento civil recém-incorporado; é obrigado, ao contrário, a formar seus próprios especialistas.

E nessa formação presta valioso serviço à Nação, pois lhe devolve, anualmente, vultosos contingentes de cidadãos que adquiriram nas fileiras os rudimentos ou prática de alguma profissão técnica, de que sempre há carência numa Nação em plena expansão; levas e levas de motoristas, mecânicos, segeiros, soldadores, frezadores, torneiros e de outras variadas especialidades, têm sido entregues, dessa forma a lides civis.

Há, também, a considerar que nossa agricultura por um premente imperativo nacional, só agora procurando libertar-se dos métodos arcaicos e empíricos do cultivo extensivo e desordenado, para atingir o nível moderno do aproveitamento racional e intensivo das terras e da mecanização, necessitará, certamente, de elevar o homem do campo, dando-lhe a instrução compatível; para isso, a colaboração do Exército será valiosa, porque restitui à gleba, homens técnica e culturalmente evoluídos. Muitos exemplos existem, do aproveitamento na lavoura, de tratoristas formados nos Batalhões Rodo e Ferroviários, ou em outras unidades mecanizadas.

De que valerá manter no campo, uma grande massa atraçada culturalmente, quando as necessidades do País estão a clamor por uma agricultura mais eficiente e menos onerosa? No esforço de elevar essa massa, empreendido pelas autoridades civis responsáveis, coopera o Exército de forma indireta, mas apreciável.

Por outro lado, certo é que, qualquer que seja sua origem, grau de educação ou instrução, sempre o cidadão tira algum proveito do seu estágio militar, quanto mais não seja adquirindo hábitos de sobrieda-

de, método e disciplina interior, que lhes serão úteis pela vida afora; esses benefícios serão mais acentuados para os homens originários das camadas sociais menos favorecidas, como os que provêm do meio rural, aos quais o Exército instrui, educa e eleva.

Não há condições, na caserna, para um rebaixamento do cidadão; as exigências do serviço militar criam, ao contrário, ambiente para o aperfeiçoamento do caráter e recuperação moral — são numerosos os exemplos mostrando a influência da vida militar na correção de tendências e no aprimoramento de qualidades, transformando marginais em cidadãos úteis à coletividade.

VIII — A AGRICULTURA E A PREVENÇÃO AO EXÓDO NA LEGISLAÇÃO MILITAR

A proteção ao agricultor, em face do serviço militar, é velha como o mundo; já na Bíblia se lê que “todo aquél que tivesse plantado videira e ainda não colhido, ficava dispensado de combater” (Deuteronômio 20:6).

Entre nós, a primeira Lei do Serviço Militar em moldes modernos, expedida após o término da Guerra do Paraguai (Lei n. 2.556, de 26 de setembro de 1874), já determinava a dispensa em tempo de paz (artigo 1º, § 3º, incisos 2 e 3), do proprietário, administrador ou feitor de fazenda rural e do filho único do lavrador, e no inciso 5º, do vaqueiro, capataz ou feitor de fazenda de gado; esses elementos, pelo regulamento da lei (Decreto n. 5.881, de 27 de fevereiro de 1875), ficaram isentos condicionalmente, conforme o contingente que a paróquia devia fornecer, no ano.

Essa legislação, apoiada no regime do sorteio, vigorou com ligeiras modificações até a lei atual (Decreto-lei n. 9.500, de 23 julho de 1946), complementada pelas Leis ns. 1.200-950 e 1.585-952, que introduziram a convocação universal de uma classe anual, e com isso, novas normas no serviço militar, inclusive a seleção, para a determinação dos mais aptos às modernas condições de guerra.

Então, o amparo ao agricultor teve de submeter-se a novas prescrições, não apenas que tratassem do indivíduo, mas se extendessem às coletividades agrícolas; a lei, para isso, dispensou total ou parcialmente de recrutamento, pelo seu art. 37, os municípios de pronunciada atividade agrícola.

Complementarmente, o regulamento para os Tiros de Guerra (Decreto n. 19.694, de 1 de outubro de 1945), determinou que só os residentes na zona urbana das sedes municipais onde existem Tiros, concorrem à matrícula, ficando os domiciliados nas zonas rurais do município sujeitos a uma eventual convocação, caso haja necessidade. Até hoje, essa convocação prevista não foi realizada, do que resulta, na prática, uma dispensa permanente do serviço militar. Convocando o homem da sede e dispensando o da zona rural, o regulamento não oferece possibilidade para a existência do exôdo.

Há, também, na lei, no art. 37 já referido, a prescrição da dispensa de municípios que excedam às necessidades na tropa e nos Tiros.

Reunindo-se essas prescrições, vai-se verificar que, no Brasil, são dispensados de convocação para a tropa 1.226 municípios por excesso de contingente, atividade agrícola, ou outras, e 285 por serem sede de Tiro de Guerra, ou seja, 1.511, para o grande total de cerca de 2.000 municípios. Nos quase 500 municípios que concorrem para o preenchimento dos claros na tropa estão incluídos os que são sede das capitais mais populosas do País, inclusive o Distrito Federal; a aplicação do princípio da seleção obriga se busque nos cidadãos a massa a incorporar, face aos maiores índices de saúde e de cultura que apresentam; a exigüidade das verbas a dispender com transportes exige se desloque, o menos possível, o convocado de sua residência habitual.

Pode-se dizer concluir que afora outras razões, ditames de ordem técnica e econômica levam o Exército a não desejar a incorporação de homens do campo e não executar

grandes deslocamentos de contingentes.

Na impossibilidade, em algumas regiões do País, de dispensar totalmente certos municípios agrícolas, o Ministério da Guerra baixou portarias e avisos amparando individualmente o agricultor neles residente, ou que cuja falta poderia se fazer sentir, apesar do curto prazo de serviço.

Assim, o agricultor é colocado nos últimos lugares da escala de prioridade de incorporação.

Dispôs, ainda, o Ministério da Guerra, que na fixação dos critérios de aproveitamento dos municípios, devem as autoridades militares consultar os órgãos federais e estaduais do Ministério da Agricultura. Por ocasião da desincorporação, o reservista tem toda facilidade para retornar ao município ou local de residência — o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares dá-lhes direito à passagem e alimentação gratuitas.

Tudo o que acima ficou dito leva à conclusão final de que o cuidado do Exército, em não contribuir para o despovoamento dos campos, está exuberantemente demonstrado pela farta legislação existente que, em sua essência, não é nova, mas vem evoluindo, acompanhando o desenvolvimento e as condições econômicas do País.

IX — CONCLUSÃO

Os estudos técnicos procedidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram que:

a. O movimento migratório se cifra, no Brasil na casa dos milhões;

b. Em muitas regiões do país há constantes mutações, fluxo e refluxo de população;

c. O movimento emigratório é mais sensível no Nordeste e em Minas Gerais, dirigindo-se, principalmente, para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo;

d. No presente, há uma convergência para o norte do Paraná, de massas oriundas do norte, centro e sul do país.

Ora, nessas migrações, acima definidas, em nada colabora o serviço militar, pois :

- a. Não retira de seu "habitat" o nordestino, nem o mineiro ;
- b. Não possui unidades de tropa no norte do Paraná ;
- c) Para a guarnição da cidade de S. Paulo só convoca elementos locais ;
- d. As causas da imigração dos fluminenses para a Capital Federal não têm relação com o serviço militar ; as perdas de braços são compensadas com a emigração, proveniente de Minas, Bahia e dos Estados do Nordeste.

As estatísticas militares demonstram que não há êxodo quando o convocado é oriundo de zona rural próspera, submetida ao regime de pequena propriedade, onde cada um possui responsabilidade social e vê frutificar o esforço próprio, tal ocorre com os contingentes paranaenses e catarinenses, com os da zona colonial gaúcha e com os paulistas que vão servir em Mato Grosso. Esses elementos nem ao menos engajam no Exército, provocando por vêzes, situação delicada para a manutenção dos quadros permanentes de graduados (cabos e sargentos) nas unidades.

Os convocados provindos de zonas reconhecidamente pobres, sujeitas ao latifúndio ou assoladas por más condições climáticas, encontram no Exército a tábua de salvação a que sôfregagamente se agarram.

A decisão de imigrar raramente é tomada por motivos fúteis, pois implica no desenraizamento do terrão natal e no abandono de hábitos e costumes de há muito adquiridos e fortalecidos.

Excluir as zonas rurais da convocação apenas pelo medo de dar ao homem do campo a oportunidade de comparar as condições de sua existência com as das cidades, de abrirlhe os olhos para a educação e a civilização, permitindo-lhe comparações, é impatriótico, antidemocrático, e incompatível com os foros de nação civilizada, de que nos orgulhamos. Não se deve tirar lucros da ignorância e da submissão das populações rurais, mas propiciá-lhes as condições necessárias ao progresso e à instrução, de forma a diminuir o desnível entre o campo e a cidade, porque, então, cessadas as causas cessará o êxodo.

Pelo exposto, demonstra-se a sacerdade que o Exército nunca correu, nem concorre para o êxodo rural.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Telefone : 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência : 43-1112 — Diretoria : 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE
(N. 6)

A CONDUTA DA DEFESA

(Transcrição da Revista "Coletânea", da E.C.E.M.E, de acordo com prévios entendimentos)

O CONTRA-ATAQUE

NOÇÕES FUNDAMENTAIS

"A defesa é o emprêgo de todos os meios e métodos disponíveis para evitar, resistir ou destruir um ataque inimigo."

Este é o conceito de defesa constante do mais recente manual de operações do Exército Norte-Americano, editado em setembro de 1954. A doutrina expressa no citado manual consubstancia, por certo, não só os ensinamentos da 2^a Grande Guerra, como também os da campanha da CORÉIA. Possivelmente, pela primeira vez na história da literatura militar surge, explicitamente, ao ser conceituada a defensiva, a idéia de destruir o inimigo.

A MANOBRA DEFENSIVA

A defensiva tem hoje uma forma dinâmica e flexível, sobretudo para enfrentar os blindados, ou mesmo a infantaria apoiada por blindados. Procura-se substituir a rigidez dominante na doutrina defensiva de 1939, por uma defensiva dinâmica. Em vez de linha, estabelece-se uma zona de ocupação e de fogos de toda a sorte.

Antigamente, tratava-se para o defensor de quebrar o ataque e restabelecer uma linha. Hoje, se aceita a penetração como fato inevitável, mas não se admite que esta determine a cessação da resistência na posição. Para isso se prevê seu aprofundamento e o desencadeamento do contra-ataque para resta-

belecê-la e mesmo destruir o inimigo. Daí, então, a necessidade da montagem da manobra defensiva. O CEx estabelece quais os acidentes capitais do terreno a serem mantidos; a Divisão, se fôr o caso, elege os que considera necessários para assegurar a defesa das regiões impostas pelo CEx. Estes acidentes capitais do terreno constituem os "pivots" da manobra para apoiar a defesa de outros pontos, acolher defensores que recuam e, finalmente, servir de base ao desencadeamento de contra-ataques.

A organização do terreno é, pois, um elemento essencial na defesa, constituindo mesmo sua infra-estrutura. Sua relativa rigidez é compensada por elementos tais como a FLEXIBILIDADE dos fogos e a MOBILIDADE das reservas que, acionados pelo Chefe com base nas *Informações* asseguram a execução da manobra defensiva.

O CONTRA-ATAQUE NO QUADRO DA DEFESA

Estes conceitos bem situam o contra-ataque no quadro da conduta da defesa e sua compreensão é indispensável ao E3 de Grande Unidade, principal auxiliar do comandante no planejamento e na conduta dos contra-ataques. O combate defensivo de uma zona constitui um todo, e o contra-ataque é um dos elementos de que dispõe o defensor para des-

truir o inimigo que logrou penetrar na posição defensiva. Os contra-ataques podem ser realizados pelas reservas locais ou pelas de escalões superiores. Só devem ser desencadeados, entretanto, quando seu emprego resulte em ação decisiva. Ao invés de empregar as reservas em ação limitada ou que não seja decisiva, será preferível permitir uma penetração inimiga, bloqueá-la mais no interior da posição e economizar as reservas para um contra-ataque de vulto e decisivo, depois que o inimigo tenha perdido o impulso de sua progressão. Um contra-ataque de tal natureza não deve ser lançado senão depois que considerável força inimiga tenha sido comprometida na ação ofensiva.

PLANEJAMENTO DE CONTRA-ATAQUE

Considerando que os contra-ataques de vulto estão intimamente ligados ao sistema defensivo de uma zona e que seu desencadeamento requer tempo considerável, é mister planejá-los com antecedência e o mais pormenorizadamente possível, e mesmo, realizar ensaios no terreno com a tropa designada para executá-los.

Nos exercícios na carta e no terreno, no corrente ano letivo, a ECEME tratou aprofundadamente do planejamento do contra-ataque pelo estado-maior da Grande Unidade (Divisão e CEx). O presente artigo focalizará um desses exercícios.

ESTUDO DO CASO CONCRETO

QUADRO DO EXERCÍCIO

A 3^a DI, integrante do 3^o CEx AZUL, tem por missão defender as alturas imediatamente ao N do Rib do FEIJÃO, no setor que lhe foi atribuído (Ver fig. 1). A defesa do 3^o CEx tem por finalidade impedir o acesso do inimigo a S CARLOS DO PINHAL.

A Divisão está reforçada com os seguintes elementos: 210^o BCCP, 332^o GO-105 AR e 3/970^a G Can Au AAé-40 AR.

A fôrça de cobertura do CEx, o 2^o Gpt Rec Mec reforçado, está em contacto com o inimigo no TIETÉ (60 km ao S do Rib do FEIJÃO) e tem por missão retardar sua progressão para o N.

O dispositivo defensivo da Divisão, inclusive o nucleamento até o escalão batalhão, consta da fig. 1.

O 9^o RI (— o 2^o BI que reforça o 7^o RI na PR) tem por missão, inicialmente, estabelecer os PAG da Divisão e, posteriormente, após acolhido, passar à reserva divisionária.

O 210^o BCCP e o 3^o Esqd Rec Mec, que inicialmente reforçam o 9^o RI na missão de PAG, constituirão, também, reserva da DI, depois do acolhimento.

Após haver elaborado a O Op par a instalação defensiva, o E3 da divisão volta suas atenções para o

planejamento da conduta da defesa. Em conjunto com o Subcomandante do 9^o RI e com o E2, inicia a preparação dos planos de contra-ataque a serem desencadeados, no caso do inimigo penetrar na posição de resistência.

HIPÓTESES DE PENETRAÇÃO INIMIGA

Os planos de contra-ataque se baseiam em *hipóteses de penetração* do inimigo na posição. Para se determinar essas hipóteses devem ser considerados os seguintes fatores:

— a missão da GU, levando-se em conta também sua finalidade e a manobra de conjunto projetada pelo escalão superior;

— o terreno, tendo em vista destacar as regiões cuja posse ou manutenção proporcione uma destacada vantagem para ambos os contendores;

— o dispositivo defensivo adotado ou, mais precisamente, o nucleamento da posição;

— vias de acesso mais prováveis de penetração do inimigo.

Da combinação desses fatores surgirá uma profundidade máxima aceitável para a penetração inimiga na área considerada, no momento do desencadeamento do contra-ataque. A hipótese de penetração é,

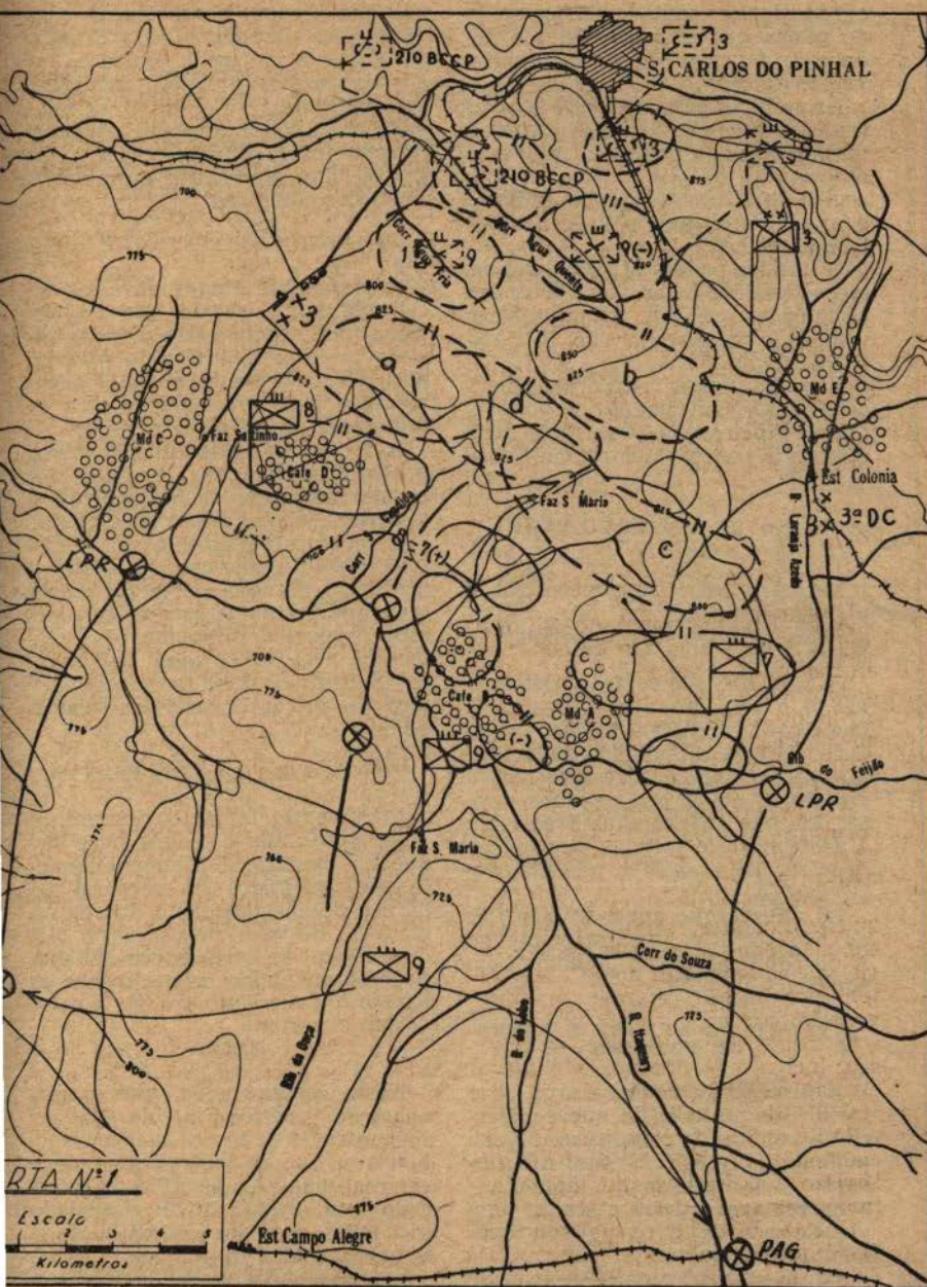


Fig. 1

em geral, representada gráficamente no plano, por uma linha dupla, indicando a região do setor supostamente perdida.

Na zona de ação da 3^a DI há três regiões que, perdidas, comprometem a defesa da posição: região de alturas SE de ANTONIO CALOS, região de alturas N de Faz S Maria e região de alturas a W de Est. COLÔNIA.

O inimigo poderá atingir essas regiões dominando as vias de acesso assinaladas na fig. 2, ou mesmo utilizando o corredor de S CANDIDA.

Fazendo reagir essas considerações com o nucleamento da posição, quatro hipóteses de penetração mais prováveis poderão ser estabelecidas (fig. 3).

PLANO DE CONTRA-ATAQUE "BAHIA"

Vejamos como se processaria o planejamento de um dos contra-ataques. Estudemos a penetração BAHIA.

O primeiro elemento a determinar é o objetivo a ser imposto à tropa que vai contra-atacar. Tendo em vista que a finalidade do contra-ataque em apreço é restabelecer a posição, o objetivo a escolher deve ser tal que sua conquista acarrete a destruição do inimigo que logrou penetrar na posição e permita restabelecê-la.

As alturas que enquadram o Cor de S CANDIDA imediatamente ao N do Rib de FEIJÃO atendem bem àquelas condições.

DIREÇÃO DE ATAQUE E LINHA DE PARTIDA

A direção do contra-ataque deve incidir, de preferência, sobre o flanco da penetração inimiga ou no seu ponto mais fraco; facilitar a observação e o emprego de blindados; proporcionar à tropa atacante uma via de acesso, livre de compartimentos transversais.

Intimamente ligada à direção de ataque está a determinação da linha de partida que é um elemento de coordenação do contra-ataque. A linha de partida deve ser uma linha facilmente identificável do terreno,

próxima à suposta penetração, sensivelmente perpendicular à direção de ataque e protegida contra os fogos das armas portáteis inimigas.

Para atingir o objetivo selecionado no contra-ataque em estudo, o terreno indica duas direções (Ver fig. 4) que, pela carta apresentam condições idênticas.

POSIÇÃO DE ATAQUE

A posição de ataque deve ser localizada numa região que proporcione fácil acesso, estar o mais próximo possível da linha de partida, não interferir na ação de bloqueamento e estar protegida contra os fogos e as vistas do adversário.

A fig. 4 assinala duas posições possíveis de ataque. A de W foi considerada como satisfazendo, com vantagem, as condições requeridas.

Cumpre salientar que só o reconhecimento no terreno, ou mesmo a utilização de uma carta de escala mais apropriada ao escalão considerado, poderia proporcionar os elementos necessários para decidir-se, em definitivo, qual das duas posições de ataque deveria ser selecionada.

POSIÇÃO DE BLOQUEAMENTO

Finalmente, falta-nos determinar onde aprofundar a posição para bloquear a penetração inimiga enquanto são realizados os preparativos para o desencadeamento do contra-ataque. No caso em estudo, o bloqueamento da penetração BAHIA poderá ser obtido pela ocupação do núcleo d (Ver figs. 1 e 4).

MEIOS

Neste contra-ataque, que é uma operação divisionária, devem ser concentrados todos os meios disponíveis na DI. O contra-ataque deve ser realizado pelo 9º RI (—) reforçado com o 210º BCCP e apoiado por todos os fogos de artilharia e de aeronáutica disponíveis. Como solucionar o problema do bloqueamento? O 9º RI dispõe apenas de dois batalhões, pois o terceiro foi empregado na PR em reforço ao 7º RI. Com que tropa, então a Divisão poderá ocupar o núcleo d para

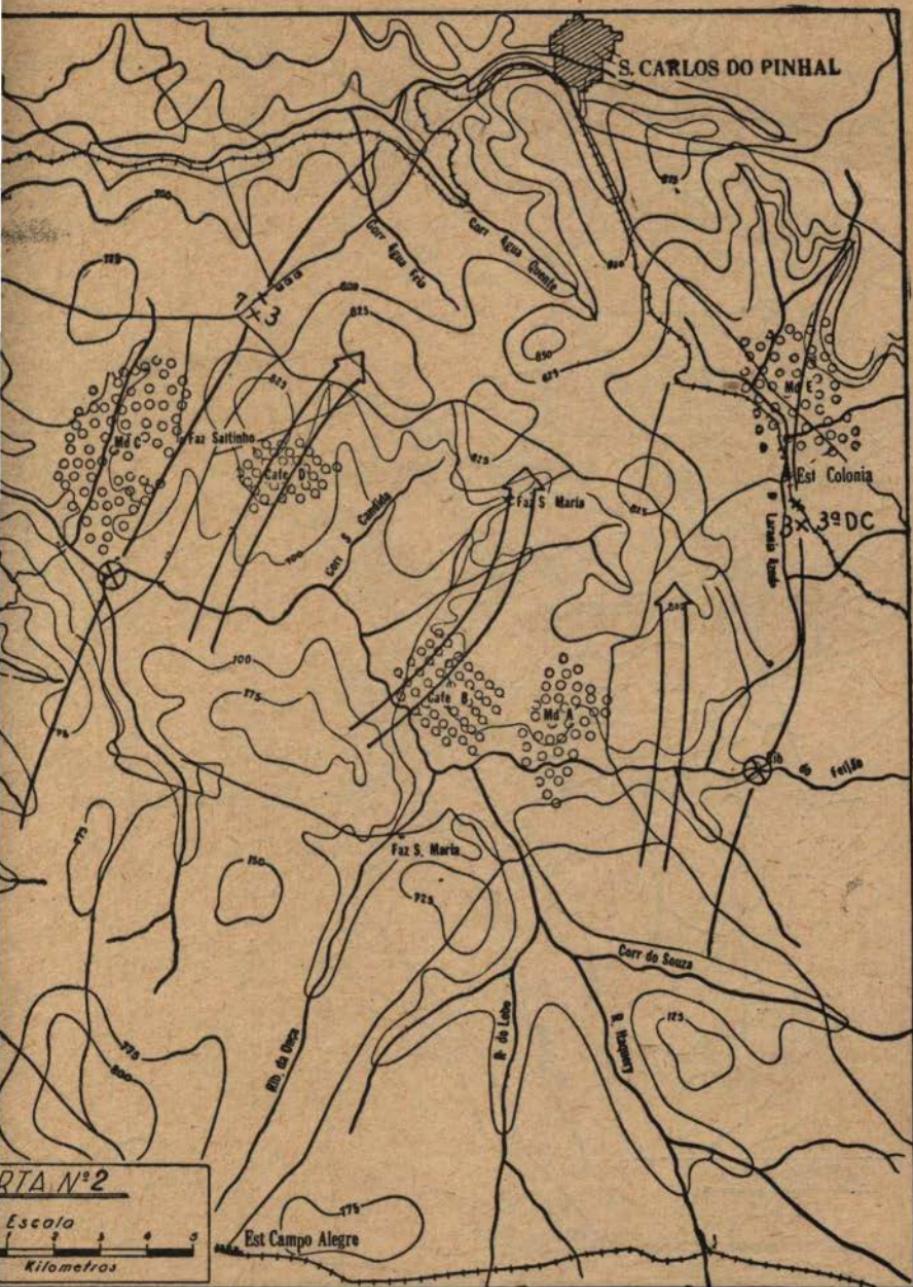


Fig. 2

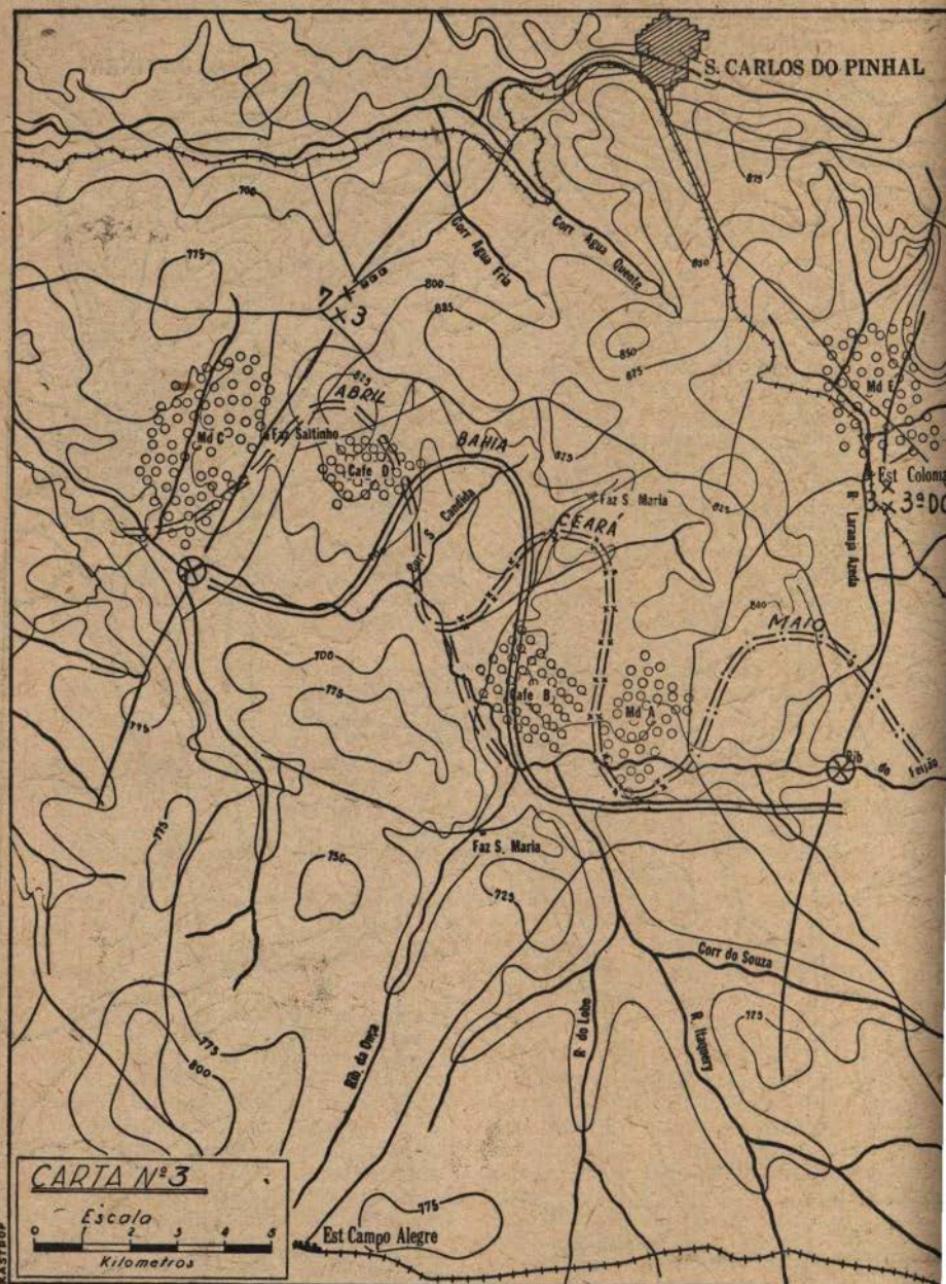


Fig. 3

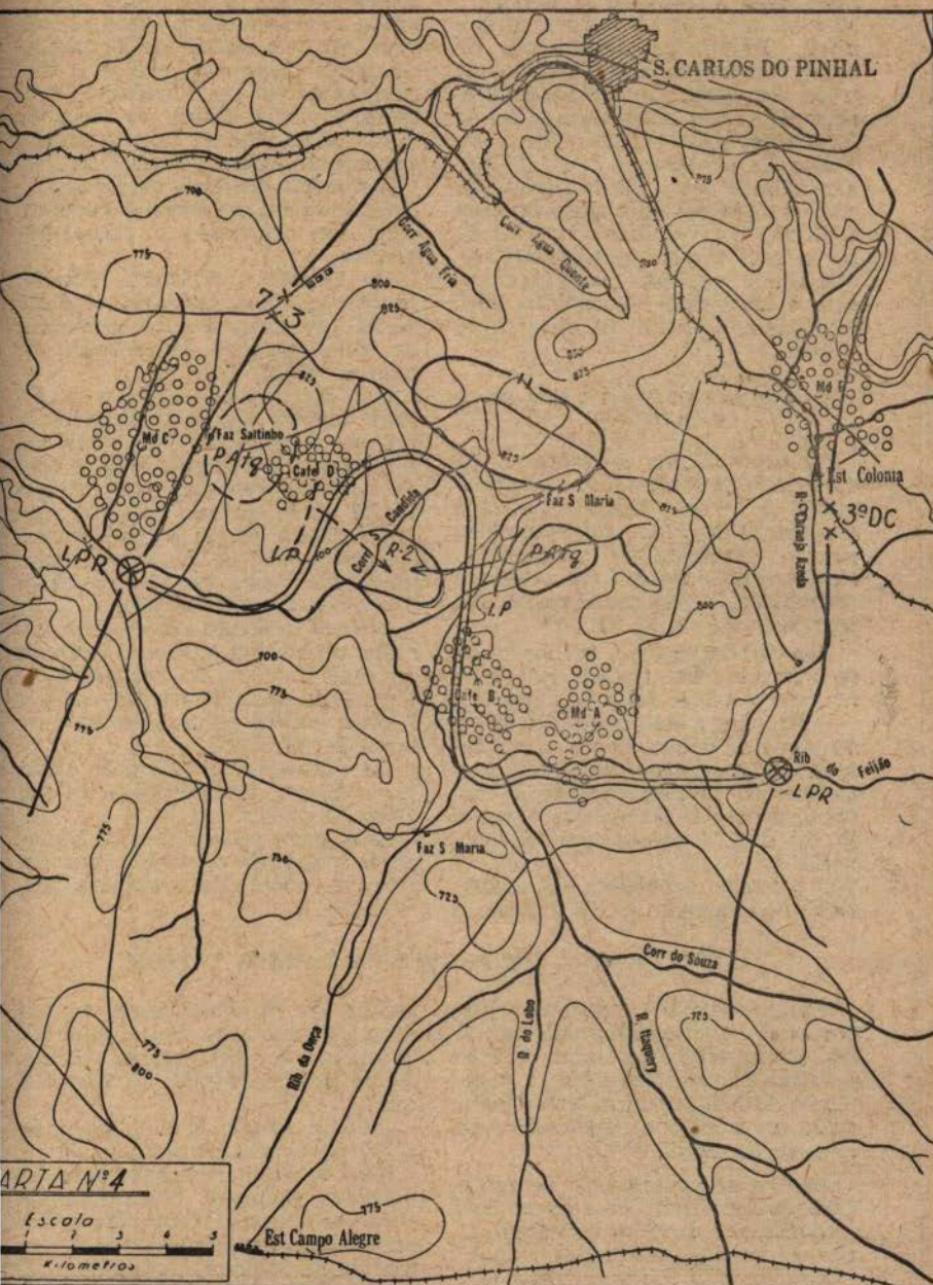


Fig. 4

fazer face à penetração BAHIA ? Não há tropa de infantaria disponível. Restam-lhe duas linhas de ação : empregar o BE Cmb, como tropa de ocupação, ou então solicitar ao CEx o reforço de 1 Btl de Infantaria, caso se concretize a hipótese da penetração BAHIA. Vamos admitir que o E3 da Divisão tenha entrado em entendimento com o E3 do CEx, por ordem do Cmt da DI, e que, nesse entendimento, tenha ficado resolvido que o CEx passará à disposição da Divisão, caso necessário, o 1º/21º RI, reserva do CEx.

ELABORAÇÃO DO PLANO DE OPERAÇÕES

De posse desses elementos o E3 da Divisão procederia ao reconhecimento do terreno tendo em vista a elaboração do Plano de Operações, para o contra-ataque considerado. Neste reconhecimento seria de toda conveniência que participasse um representante do 9º RI.

Vamos admitir que, realizados os reconhecimentos, tivesse sido confirmado o estudo feito na carta.

O E3, para a elaboração definitiva do plano de contra-ataque, deve determinar o emprégo dos demais elementos da Divisão durante a execução do contra-ataque que é, como já foi dito, uma operação divisionária.

O primeiro problema é a organização do comando na PR durante o

contra-ataque. Toda tropa desdobrada na zona do contra-ataque deve ficar sob o comando do 9º RI, inclusive a tropa que realiza o bloqueamento em profundidade. Portanto, é mister definir as zonas de ação dos 7º, 8º e 9º RI pelo reajustamento de limites (Ver fig. 5).

A questão do apoio de fogos merece consideração especial, portanto deve ser preparado o plano respectivo.

No tocante à artilharia, cumpre adaptar a organização de combate da AD por forma a se ter a maioria de meios atuando em proveito da ação do 9º RI.

Um outro problema que o E3 deve encarar é a reconstituição da reserva divisionária. Uma vez desencadeado o contra-ataque, o elemento disponível para este fim é o 3º BE Cmb, porém, todas as unidades de serviço da divisão, exceto o Batalhão de Saúde, devem estar preparadas para se reunir quatro horas depois de notificadas.

Quando o contra-ataque tiver corrado o objetivo, a situação exigirá um reajustamento do dispositivo defensivo na posição, quando então a Divisão poderá reorganizar uma reserva de infantaria.

Com estes dados o E3 pode elaborar o Plano de Operações BAHIA (Ver Anexo 1).

Esse plano poderá se transformar numa ordem de operações, introduzidas as adaptações impostas pela situação.

CONCLUSÃO — UM PROBLEMA PARA O LEITOR

Vamos encerrar o presente artigo propondo ao leitor um problema. A fig. 6 apresenta duas linhas de ação para um contra-ataque face à penetração ABRIL (uma em linha cheia, outra em tracejada), indicadas pelo adjunto do E3 da 3ª DI.

Analise as vantagens e desvantagens de cada linha de ação no concernente a : direção de ataque, linha de partida, posição de ataque.

Observe que a linha de ação tracejada comporta duas linhas de partida. Em algumas situações isto é aconselhável. A seleção em definitivo de uma linha de partida seria

função do reconhecimento no terreno, ou mesmo, da situação em que o inimigo se apresentasse, no momento de desencadear o contra-ataque.

Feito o estudo, qual a linha de ação que aconselharia ?

Não apresentaremos solução ao problema proposto. O leitor ao procurar solucioná-lo fará uma recordação das características que devem possuir os diversos elementos a serem considerados num contra-ataque, estando portanto em condições de planejar uma operação dessa natureza. Outro não foi o objetivo do presente artigo.

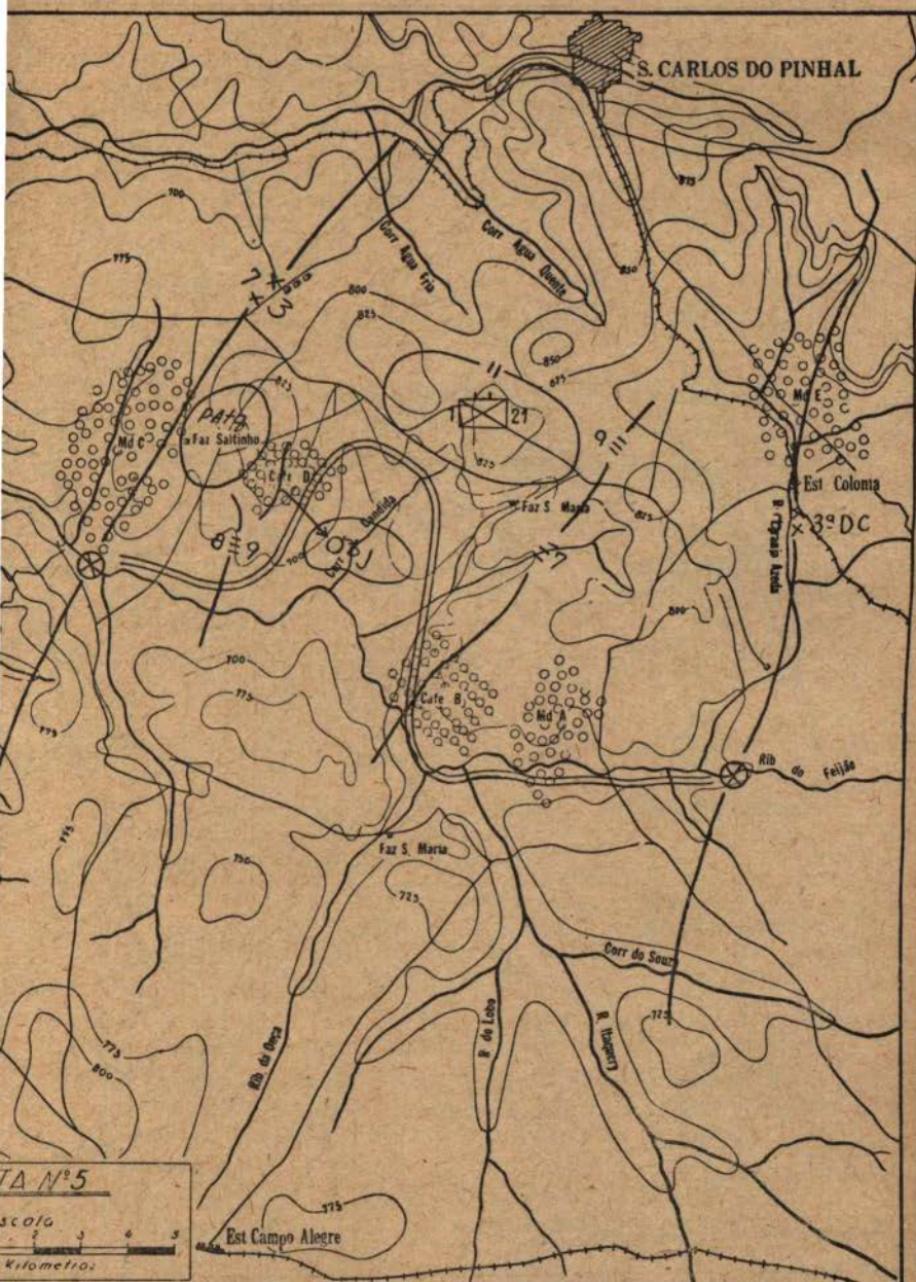


Fig. 5

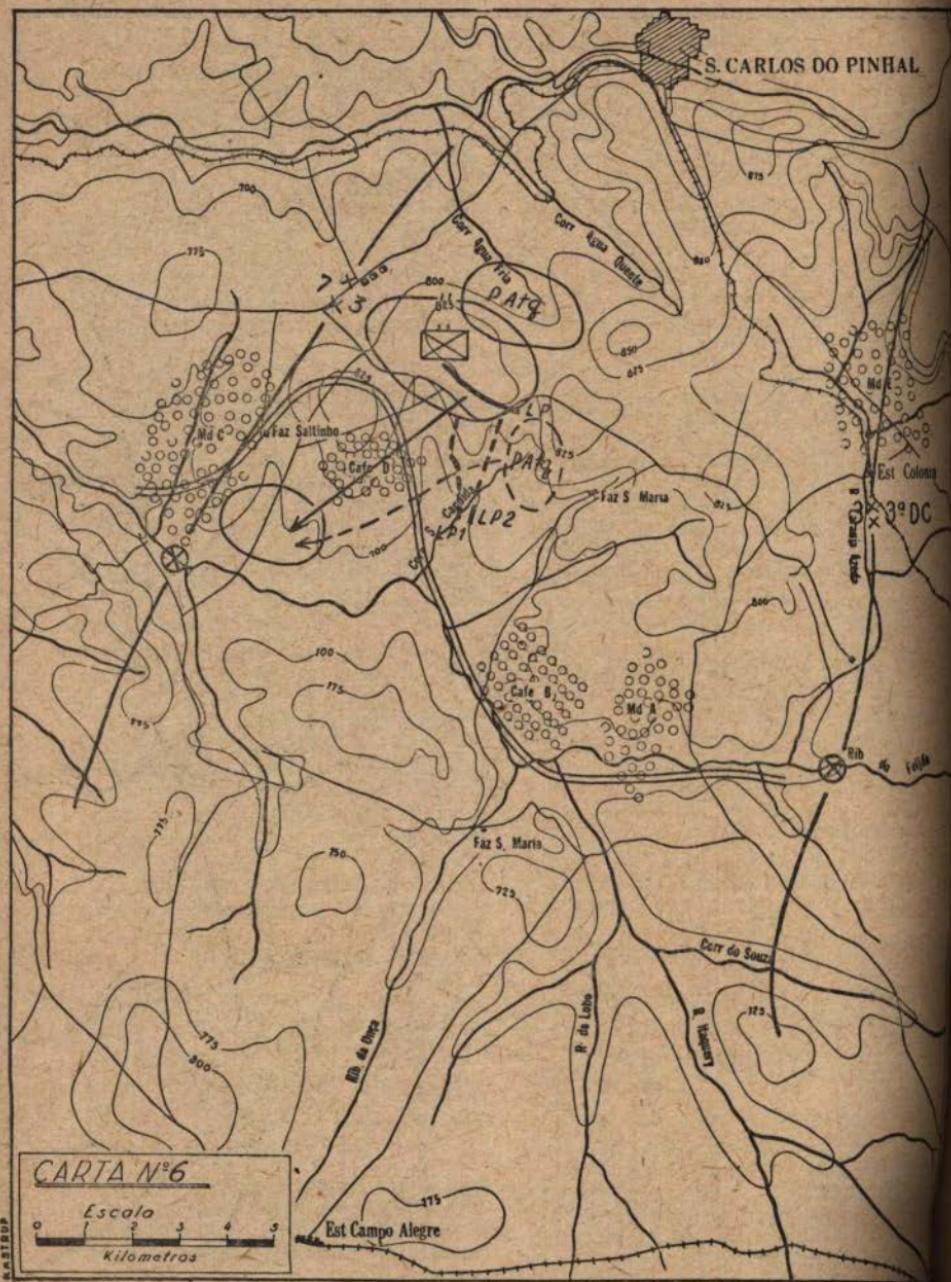


Fig. 6

3º CEx
3ª DI
78/3
Crt : SÃO PAULO
FI : S CARLOS DO PINHAL
Esc : 1/100.000

ANEXO

Exemplar n. 1
Bif Cabeceiras Cor ÁGUA QUENTE
1330 D-1
KY 9

SECRETO

PLANO DE OPERAÇÕES "BAHIA"

1. SITUAÇÃO

a — *Fôrças inimigas*

(a ser completado quando da transformação do Plano em Ordem).

b — *Fôrças Amigas*

(a ser completado quando da transformação do Plano em Ordem).

c — *Hipótese*

Penetração do inimigo no corredor de S CÂNDIDA.

2. MISSÃO

An n. 1 — Calco de Op (Fig. n. 5).

a — Defender as alturas imediatamente ao N do Rib do FEIJÃO em seu setor.

Ref : 1º/21ºRI.

b — Contra-atacar, à hora H do dia D, na direção Faz SALTINHO — ponta NW do Cafêzal B, para destruir a penetração inimiga e restabelecer a posição.

3. EXECUÇÃO

a — 7º RI

- (1) Continuar a defender seu subsetor, do Caf B, inclusive, para E.
- (2) Apoiar o contra-ataque do 9º RI.

b — 8º RI

- (1) Continuar a defender seu subsetor, nas alturas E de Mato Denso C e de cota 825 E de Faz SALTINHO.
- (2) Apoiar o contra-ataque do 9º RI.

c — 9º RI (—)

- (1) Ocupar o núcleo d com o 1º/21ºRI.
- (2) Ultrapassar os elementos do 8º RI, em sua zona de ação.
- (3) Tomar a seu cargo a defesa das alturas a cavaleiro do Cor de S CÂNDIDA, após o restabelecimento da posição.
- (4) Reforços :

1º/21ºRI

210º BCCP.

d — 1º/21º RI

- (1) Reforçar o 9º RI para o contra-ataque.
- (2) Após o restabelecimento da posição, passará à reserva divisionária, mediante ordem, nas cabeceiras do Cor ÁGUA FRIA.

e — Artilharia Divisionária

- (1) 7º GO-105 AR : Ação de conjunto.
- (2) 8º GO-105 AR : Apoio Direto ao 8º RI e Reforço de fogos ao 9º GO.
- (3) 9º GO-105 AR : Apoio Direto ao 9º RI.
- (4) 332º GO-105 AR : Apoio Direto ao 7º RI.
- (5) 8º GO-155 AR : Ação de conjunto.
- (6) 1ª/3º G Can Au AAé-40 AR : Cobrir o 7º GO-105 AR.
- (7) 3ª (—)/3º G Can Au AAé-40 AR : Cobrir PC/DI.
- (8) 3ª/970º G Can AAé-40 AR : Cobrir 332º GO-105 AR.
- (9) 3º G Can Au AAé-40 AR (—) : Cobrir o 8º e 9º GO-105 AR e a Posição de Ataque do 9º RI. Após o restabelecimento da PR, a 2ª/3º G Can Au AAé-40 AR deverá cobrir a zona de reunião do 1º/21º RI.
- (10) Apoiar a defesa, particularmente o contra-ataque.
 - Prioridade de apoio para o 9º RI
 - Prioridade de cobertura antiaérea :
 - Posição de Ataque do 9º RI
 - AD
 - PC da DI.

f — 210º BCCP

- (1) Reforçar o 9º RI para o contra-ataque.
- (2) Após o restabelecimento da posição, passará à reserva divisionária, nas cabeceiras do Cor ÁGUA QUENTE.

g — 3º Esqd Rec Mec

Patrulhar e cooperar na defesa da zona de retaguarda e vias de transporte da DI, contra infiltrações e atos de sabotagem.

h — 3º BE Cmb

- (1) Apoiar o 9º RI com 1 Cia.
- (2) BE (—1 Cia) estar preparado para reunir-se na região de Cabeceiras de Cor ÁGUA FRIA, 2 horas após notificação, e em condições de ser empregado em combate.

i — Reserva Divisionária

- (1) 1º/21º RI — mediante ordem.
- (2) 210º BCCP — mediante ordem.
- (3) 3º BE Cmb — mediante ordem.

j — Prescrições Diversas

- (1) Este plano entrará em vigor, para efeito de planejamento, ao ser recebido; quanto à execução, só mediante ordem.
- (2) Todas as demais unidades, exceto o Batalhão de Saúde, devem estar preparadas para se reunirem na região das cabeceiras do Cor ÁGUA QUENTE, 4 horas após notificadas, em condições de emprêgo em combate.
- (3) Prioridade para o 9º RI nas estradas que conduzem à posição de ataque.
- (4) Os elementos ultrapassados, do 7º e 8º RI, reverterão às respectivas unidades, mediante ordem.

4. LOGÍSTICA

Ordem Logística n. N + 1

5. LIGAÇÕES E COMUNICAÇÕES

a — *Ligações*

(1) PC dos 8º e 9º RI — Faz SALTINHO.

b — *Comunicações*

(1) Índice das IE Com — 1.

(2) Rádio livre.

(3) O Cmt do 9º RI informe — objetivo conquistado — por foguete de estrélas verdes com pára-quedas, repetidos duas vezes.

Acuse estar ciente

a) General J
Cmt da 3ª DI

Anexo n. 1 — Calco Op.

Distribuição — Lista B

SECRETO

Confere: Ten Cel B
E3

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FÁBRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE



CHUVEIRO
ELÉTRICO

REI

110 - 220 VOLTS

INDÚSTRIAS REI

FÁBRICAS: DUQUE DE CAXIAS, E. DO RIO, ESTR. RIO-PETRÓPOLIS - KM 8
MATRIZ: RUA DAS MARRECAS, 5 - TELS. 22-5860 - 42-2834 22-4096
FILIAL: SÃO PAULO RUA 7 DE ABRIL, 172
FILIAL: NITERÓI ESTADO DO RIO RUA JOSE CLEMENTE, 20

INFLUÊNCIA DOS FATORES FISIOGRÁFICOS NAS OPERAÇÕES MILITARES

Cel. AMYR BORGES FORTES

1. CONCEITUAÇÃO ATUAL DA GEOGRAFIA

A Geografia ocupa, em nossos dias, lugar destacado nas cogitações culturais do homem, pois é através de seu estudo que muitos fenômenos de ordem social encontram explicação e, em particular, os fenômenos de ordem política e econômica.

De uns trinta anos para cá, a geografia perdeu aquêle caráter exclusivo de ciência natural para ser, igualmente e com justiça, incluída entre as ciências sociais, ocupando, aí, situação de destaque.

A geografia, com o correr dos tempos, ampliou de tal forma seu papel na interpretação dos fatos sociais, que Sir Thomas Huldrich asseverou: "A importância da geografia é um ônus muito pesado na vida dos povos". O autor francês Wigert completou essa idéia, declarando que esse ônus não se paga em dinheiro, mas em lágrimas, com o sangue da mocidade nos campos de batalha.

Realmente, a geografia abrange complexos fenômenos de ordem econômica, sociológica, política e biológica, condicionando de maneira flagrante, as aspirações e as atitudes dos povos. Problemas de espaço têm sido encarados como fundamentais para a sobrevivência das nações. A incontrolável ambição dos homens em disputar-se melhor distribuição da superfície do globo, pela posse dos valores nela encerrados, tem sido o motivo de conflitos seculares que periódicamente têm convulsionado a humanidade.

Tão íntima é a dependência do homem em relação ao meio em que vive, que Alexis Carrel escreveu: "Nenhum organismo vivo pode escapar à influência do seu meio. Desde o nascimento até à morte, é ele escravo dos fatores físicos, químicos e psicológicos do mundo exterior".

Essa influência se manifesta na orientação da política externa das nações.

A política britânica atribuiu novo valor aos espaços marítimos e terrestres, subordinando-se, assim, aos ditames da geografia.

De outra natureza não foram as convicções de Haushofer, o diretor do Instituto Geopolítico de Munich, e que transformou a geopolítica numa disciplina a serviço de idéias de expansão política. Foi êle que lançou as bases de uma política de engrandecimento germânico, com a constante aspiração de mais espaço e explorando um providencial ressentimento ante a derrota de 1918.

Através da exposição dessas doutrinas, verifica-se que os Estados são verdadeiros organismos vivos que lutam pelo espaço, a fim de ligarem-se orgânicamente ao solo. Os Estados virtualmente fortes, com uma área de soberania limitada pela tradição e universalmente aceita, são dominados pelo imperativo político de dilatar seu território, já pela colonização, já pela união com outros estados, já através de conquistas de diferentes espécies, até mesmo formando as chamadas cortinas. Aí estão as origens do Império Romano e da Grã-Bretanha, com suas colônias. Aí estão as ori-

gens dos surtos conquistadores da Alemanha, lutando pelo "espaço vital" e do Japão e, enfim, tais são as origens das atuais investidas da Rússia Soviética, usando seu poder para cercar-se de um cinturão de segurança econômica, política e militar, à custa da liberdade de outros povos.

É a geopolítica em ação. É a política dinâmica subordinada aos espaços geográficos.

A suficiência ou excesso de vitalidade — que se manifesta mediante um grande valor do Poder Nacional ou seja, a integração dos recursos naturais, do adiantamento tecnológico e do valor moral do povo, extravasa dos limites espaciais legitimamente definidos, para lançar-se em aventuras de conquista contra estados mais fracos, de reduzido Poder Nacional.

Aos estados pequenos parece estar reservada, no mundo da política, sorte idêntica a dos povos primitivos no mundo da cultura. Os grandes estados repelem-nos para a periferia onde tendem a desaparecer.

Não basta a uma nação ser fisicamente grande, nem dispor de grandes recursos naturais para que, só por isso, se ponha a salvo da arremetida das grandes potências. Impõe-se a dinamização desses recursos; é necessário transformar sua potencialidade, sua capacidade de poder, em poder efetivo; cumpre promover o seu desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento das qualidades morais de seu povo, pela consolidação do sentimento de consciência nacional, para que élle integre as condições indispensáveis à preservação de seus impreários existenciais — sobrevivência com capacidade de autodeterminação, resguardando, assim, o bem-estar do povo e a soberania do estado.

Dai a necessidade de organismos de caráter internacional, que criem direitos iguais a todos os estados, assegurando, a cada um, seu lugar ao sol. Isso, entretanto, parece ser ainda uma utopia, pois é preciso não esquecer as palavras de George Washington: "Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar

uma nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma nação recebe como favor, terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência".

2. OBJETIVOS DA GEOGRAFIA

De um modo esquemático, podemos dizer que a geografia estuda duas ordens de fatos — os que dependem exclusivamente da natureza, entre os quais situamos o clima, a configuração da superfície, a distribuição natural das águas, as plantas nativas, a fauna, os solos, as riquezas naturais, etc., e os que resultam da atividade produtiva do homem — população, habitação, comunicações, agricultura, irrigações, criações, indústrias de manufaturas e extrativas, etc.

Esses dois grupos de fenômenos manifestam-se através dos chamados respectivamente — *fatôres fisiográficos* ou naturais, e *fatôres culturais*.

Naturalmente os fatôres culturais que apresentamos, são apenas os materialmente perceptíveis, pois outros há, mais complexos e de natureza não concreta, que se poderiam acrescentar aos que acabamos de citar. São aquêles que dizem respeito à vida de relação, ou de sociedade do homem, que integram os fenômenos sociais e políticos, e que estão freqüentemente associados a fatôres materiais.

Eis aí porque o geógrafo precisa conhecer, simultaneamente, os fenômenos naturais e sociais de que a geografia se ocupa. Sómente através dessa ligação é que a interpretação da geografia adquire sua plenitude.

3. FATORES FISIOGRÁFICOS

Expostas essas idéias iniciais, passaremos a estudar, em particular, os aspectos físicos, os *fatôres fisiográficos*, que são aquêles que, no momento devem merecer nossa atenção.

Apenas a título de recordação, passaremos em revista algumas noções de todos conhecidas e que, em seu conjunto, constituirão uma apreciação dos fatôres fisiográficos.

Esses fatores podem ser assim grupados :

1. *Clima* ;
2. *Configuração da superfície e distribuição de águas* ;
3. *Recursos naturais*.

Os fatores fisiográficos determinam distinções entre as diferentes partes da superfície da terra, distinções que se acentuam pela inter-relações dos fatores fisiográficos com os culturais.

3.1 — *Clima*

A superfície sólida e líquida da Terra está mergulhada em uma camada de gás, com muitos quilômetros de espessura, que se chama a *atmosfera*. A atmosfera, entretanto, não cobre apenas o globo terrestre, não está apenas superposta à superfície da Terra. Ela pertence ao próprio planeta, do mesmo modo que as terras e as águas, pois é graças à sua presença permanente e ao seu íntimo contacto com águas e terras, que a vida se torna possível no globo terrestre sob suas variadas formas.

Como consequência, as modificações apresentadas pela atmosfera em lugares distintos atuam, diretamente, sobre todas as manifestações de vida-humana, animal e vegetal, até mesmo sobre os elementos minerais.

Daí o importante papel do *clima*, que nada mais é do que a expressão das condições médias da atmosfera num determinado lugar da superfície da Terra. O clima assume, assim, importante lugar entre os fatores fisiográficos, determinando, desde logo, variações definidas de potencialidades nas diversas regiões.

As condições da atmosfera, em qualquer momento, constituem o que chamamos *tempo meteorológico*, que é expresso por vários elementos entre os quais mencionaremos: temperatura, chuvas, ventos e pressão do ar.

Esses são os elementos do tempo e do clima, e de sua combinação resultam os vários tipos de clima.

Cumpre aqui diferenciar tempo de clima.

O tempo de um lugar é a soma das condições atmosféricas — temperatura, chuvas, ventos, pressão, e suas combinações: nevadas, temporais, nevoeiros, etc., em um curto prazo. Corresponde a um estado momentâneo da atmosfera e é referido, geralmente, ao elemento ou elementos dominantes. Diz-se que o tempo está chuvoso ou frio; que o tempo previsto para as próximas 24 ou 48 horas apresentará, provavelmente, determinadas características quanto à temperatura, ventos, precipitações, etc.

O tempo é, assim, função direta das condições atmosféricas no período encarado.

As condições atmosféricas exercem grande influência nas operações militares. Nenhum comandante de Grande Unidade planejará suas operações sem considerar as condições do tempo. Note-se que, de maneira geral, as guerras começam na primavera. É, realmente, muito grande a repercussão das condições atmosféricas sobre os diferentes elementos que integram um plano de operações. O movimento das unidades, intimamente ligado às condições de trânsito das estradas, depende grandemente das chuvas que caem ou possam cair no momento da operação. O uniforme e o equipamento devem estar de acordo com a temperatura dominante na região em que se opera. Certas operações aéreas ainda dependem das condições de visibilidade.

Vamos apresentar alguns exemplos que ressaltam o valor das condições atmosféricas para operações militares.

1. Quando a Wehrmacht elaborou os planos para invadir a Tchecoslováquia, entre eles o chamado Plano Verde, estabeleceu que o pretexto para a invasão seria obtido com um incidente de caráter anti-germânico naquele país — o assassinato do embaixador alemão. Os detalhes do plano foram tais, que se assentou que esse assassinato teria lugar num dia de tempo bom, que se prestasse ao início da campanha.

2. A invasão da Normandia, em 1944, foi adiada de um dia, devido

às más condições atmosféricas reinantes.

3. A contra-ofensiva alemã nas Ardenas, levada a efeito em 1944, por von Rundstedt, beneficiou-se com o mau tempo, que facilitou o deslocamento e concentração de forças sem a eficaz intervenção da aviação aliada, muito prejudicada, esta, pelas péssimas condições meteorológicas.

Assim exemplificada a repercussão das condições do tempo nas operações militares, passemos ao estudo do clima.

O clima é caracterizado pela média das observações feitas dia a dia sobre os diferentes elementos que o constituem, durante um prazo apreciável, da ordem de 30 anos. O clima é deduzido da observação das variações do tempo. Das médias observadas, tiramos conclusões relativas à adequabilidade do lugar para certas atividades de caráter econômico, sobretudo.

Sol ou latitude

Terras e águas

Ventos e massas de ar

Altitudes

Barreiras montanhosas

Centros de baixa e alta pressão

Correntes oceânicas

Tempestades

Temperatura

Precipitações

Ventos

Pressão do ar

Tipos e variações do tempo e do clima.

Estabelecidas essas considerações que valem, como ficou dito, por uma recordação, vamos dar atenção apenas à temperatura, aos nevoeiros e às precipitações, elementos que, por sua natureza, se não interferem de modo decisivo nas operações militares, exigem, de certa forma, medidas destinadas a neutralizar ou contrabalançar seus efeitos.

3.1.1 — A temperatura

A temperatura, como elemento capaz de repercutir nas operações militares, deve atingir valores muito afastados das médias normais ou seja, um frio intenso ou um calor senegalesco.

O frio intenso atua de modo impiedoso sobre os soldados cujo fardamento e equipamento não tenham sido adequadamente prepa-

Apesar do clima ser deduzido das variações do tempo, não se pode considerar o tempo como a expressão do clima em prazo curto, pois isso conduziria às mais falsas e mesmo disparatadas conclusões.

Enquanto o tempo varia dia a dia, podendo repetir condições idênticas em lugares diversos, o clima difere de um lugar para outro, em função da intensidade da variação dos fatores, entre os quais avultam a temperatura e as chuvas. Assim, alguns lugares da superfície terrestre são quentes, outros são frios; alguns são úmidos, outros são secos. Há, porém, causas, que devemos citar, e que são responsáveis pelas diferenças observadas. Essas causas são: latitude ou ação do sol; distribuição das massas de terras e de águas; ventos e massas de ar; altitudes; barreiras montanhosas e outras.

Podemos, assim, estabelecer o seguinte diagrama:

rados. Causado pelas grandes baixas de temperatura, provoca, em geral, intensas nevadas e age sobre o organismo acarretando graves consequências, inclusive a morte.

Um dos mais significativos exemplos históricos da ação do frio excessivo, é o apresentado pela retirada do exército napoleônico da Rússia, em 1812, quando milhares de homens ficaram enterrados nas geladas estepes russas.

Mais recentemente foi de novo a Rússia salva pelo seu clima terrível de inverno, quando da invasão de seu solo pelos exércitos alemães de von Paulus. Além do grande número de mortos, foram às centenas os casos de mutilações de membros, pela gangrena devido à má circulação em virtude do frio intenso.

Entretanto, durante o rigoroso inverno de 1941-1942 na frente de

Moscou, a aviação alemã de bombardeio em mergulho, realizou inúmeras incursões nas piores condições meteorológicas, com temperaturas até inferiores a menos 28° . Os aeródromos estavam gelados, em más condições, e o equipamento para evitar o congelamento de combustível era rudimentar.

As operações de inverno na Coreia, exigiram especiais cuidados no preparo de uniformes e equipamentos, sendo os primeiros considerados satisfatórios para as temperaturas além de 23° abaixo de zero. Já o calçado não produziu semelhantes resultados, exigindo atentos cuidados. Com as grandes marchas em terrenos montanhosos, os pés ressentiam-se do excesso de agasalho, suando e formando bolhas que, rebentando, acarretavam sensível redução na eficiência dos homens. Daí um cuidado incessante com os pés dos soldados, que passou a constituir mais uma responsabilidade para o comando.

A alimentação quente, pelo menos uma refeição por dia, exige um planejamento muito cuidadoso para que possa ser realizada.

No Brasil não estamos sujeitos às grandes baixas de temperatura. Na maior parte do seu território as temperaturas médias anuais são superiores a 22° .

Podemos dividir o Brasil em duas grandes zonas térmicas: a zona tropical e a zona subtropical.

A zona tropical é a zona das florestas equatoriais, quente e que abrange mais de metade do país e nela, a diferença de temperatura entre o mês mais quente e o mais frio, diferença que se denomina *amplitude*, é, de modo geral, inferior a 5° . Nessa zona, o mês mais frio não apresenta média inferior a 18° . Mas, o que mais importa, o que é de notar, é a constância da temperatura, cujas oscilações são pouco sensíveis. Há regiões na Amazônia cuja oscilação entre as temperaturas médias mensais não ultrapassa 1° . Entretanto, as diferenças entre as temperaturas registradas de dia e de noite, são bem acentuadas.

A zona subtropical compreende quase toda a região sul, de modo

geral. A proporção que aumenta a latitude, acentua-se a amplitude que, no extremo sul, chega a alcançar 11° . Isso, entretanto, não implica em dizer que o Brasil esteja sujeito às temperaturas extremamente baixas ou acentuadamente elevadas.

A média mais baixa das mínimas, em 1953, foi assinalada em Curitiba, sendo de $11^{\circ}6$. A mínima absoluta verificada nesse ano foi de $0^{\circ}2$, também em Curitiba.

Não resta dúvida que o Estado do Rio Grande do Sul, uma de nossas zonas sensíveis, está situado em região de invernos rigorosos, sendo que nos meses de inverno as mínimas assinaladas foram de $3^{\circ}8$ em junho; $2^{\circ}4$ em julho e $3^{\circ}8$ em agosto, passando o termômetro a subir, daí em diante. Esse frio, entretanto, não cria maiores dificuldades às operações militares, exigindo, naturalmente, algumas medidas relativas ao agasalho conveniente da tropa. É preciso não esquecer que no inverno riograndense, o frio não é constante e que, durante o dia, é comum a temperatura alcançar valores muito razoáveis. Basta dizer que nos meses de inverno, as médias das máximas foram: junho, $22^{\circ}7$; julho $21^{\circ}7$ e agosto, $22^{\circ}2$ e setembro, $23^{\circ}9$. As médias das mínimas foram: junho, $10^{\circ}9$, julho, $9^{\circ}2$; agosto, $9^{\circ}9$ e setembro, $12^{\circ}3$.

Se considerarmos o nordeste, zona que adquiriu acentuado valor militar por sua posição geográfica, temos que voltar os olhos para as temperaturas elevadas. Iremos verificar, porém, que essas temperaturas são igualmente bastante suportáveis.

Em Natal, a média das máximas não ultrapassa dos $30^{\circ}3$, tendo sido, em geral, da ordem de 29° . A máxima absoluta foi de $31^{\circ}1$. A média das mínimas foi de $22^{\circ}7$. Vemos que essas temperaturas não são excessivas, não exigindo, por isso, providências de caráter extraordinário. Como termo de referência, esclarecemos que aqui, no Distrito Federal, a média das máximas foi de $26^{\circ}3$.

Não resta dúvida que nossos uniformes não se prestam, igualmente,

para o norte e para o sul. Julgamos que deveríamos chegar a uma solução mais eficiente para o problema dos uniformes, o que não nos parece muito difícil, em vista das considerações que acabamos de fazer.

O calor excessivo, tanto no Brasil como fora dêle, só se verifica em zonas que, por sua própria situação, não precentem às áreas de grande sensibilidade política. Daí não serem tão freqüentes as operações militares em lugares sujeitos às temperaturas muito elevadas.

3.1.2 — Nevoeiros

A incidência dos nevoeiros cria condições que exigem, para a execução de operações militares, medidas que muito se aproximam das que os regulamentos preconizam para as operações noturnas.

Se, sob certos aspectos, os nevoeiros podem oferecer algumas vantagens, de modo geral sua ação é perturbadora, tanto para o ataque como para a defesa.

As operações ofensivas de grande envergadura tornam-se particularmente difícil, sobretudo quando não se conhece o terreno. A intervenção da aviação em favor das tropas terrestres é bastante limitada, do mesmo modo que a ação da artilharia deve ser exercida quase que apenas mediante tiros preparados, uma vez que dificuldade de observação torna problemática a correção.

Para o defensor, o nevoeiro dificulta o emprêgo das armas de tiro rasante, cujas possibilidades ficam muito reduzidas devido à escassa visibilidade. O valor dos obstáculos diminui, pelas maiores oportunidades de que dispõe o atacante de removê-los ou destruí-los. O valor moral do defensor se altera, pois sua imaginação se excita e torna-se mesmo fantasiosa.

O nevoeiro facilita as confusões, pela dificuldade de distinguir o amigo do inimigo.

No Brasil não estamos sujeitos aos grandes nevoeiros, principalmente para as operações terrestres. Na Itália, porém, nossa Fôrça Expedicionária teve muitas de suas

operações grandemente prejudicadas pelos nevoeiros de inverno, prejuízo que, de maneira particular, era mais sensível na ligação aviação-infantaria.

3.1.3 — Precipitações

As chuvas muito interferem nas operações, dificultando, sobretudo, os transportes. Mais acentuados são seus efeitos no Brasil, onde nossas rodovias são quase todas desprovidas de pavimentação. Com poucas horas de chuva regular, estradas bem construídas, mas sem pavimentação adequada, ficam logo profundamente alteradas em suas condições de viabilidade. Citarei uma das muitas observações pessoais feitas no Rio Grande.

Em 1947 um grupo de oficiais das Comissões de Rêde fêz detalhada viagem de inspeção aos sistemas ferro e rodoviários do sul do país. Em determinada ocasião deveríamos deslocar-nos de Veranópolis para Lagoa Vermelha. Eram cinco os automóveis utilizados, carros leves, de turismo. Estrada considerada muito boa e assinalada como de tráfego garantido. Saindo de Veranópolis às 8 horas, deveríamos alcançar Lagoa Vermelha pelas 12 horas, "indo devagar", segundo todas as informações fornecidas pelos moradores locais, pelas tábua itinerárias e estatísticas. Cumpre não esquecer que, por acreditar demais na estatística, um homem que não sabia nadar, morreu afogado ao atravessar um rio que, segundo as tabelas, tinha 50 cm de profundidade média.

Conhecendo bem a estrada e prevenido contra as surpresas que ela nos podia fazer, uma vez que o tempo estava ameaçador, deixei, propositalmente, meu carro para último lugar, pois era um dos melhores equipados e poderia prestar algum socorro aos outros, caso se tornasse necessário. Logo após à saída de Veranópolis, desandou forte aguaceiro, e, em resumo, só pelas 19 horas conseguimos chegar a Lagoa Vermelha, fazendo em 11 horas um trajeto que deveria ser feito em 4 horas, "indo devagar"...

Assim são a maioria das nossas estradas de rodagem, e, por isso, a chuva é um fator de grande importância para nós, uma vez que o Brasil está situado em zona muito chuvosa.

A chuva é um fator inclemente, e, por sua continuidade, atua até sobre o moral dos homens, deprimindo-os; dificulta o trânsito e as marchas; perturba os reaprovisionamentos e prejudica as instalações dos estacionamentos, exigindo uma série de providências no sentido de serem, pelo menos, reduzidos seus efeitos.

Como dissemos, o Brasil está situado em região bem aquinhoadas de chuvas, com precipitações que alcançam, em regime excepcional, até 4.000 mm anuais. A maior precipitação total assinalada em 1952, foi registrada no Pará, com 3.162 mm. A menor no Rio Grande do Sul, com 1.100 mm anuais.

O que importa é não perder de vista o regime das chuvas ou *regime pluviométrico* e que difere bastante entre o norte, o centro e o sul do país.

Assim, de modo esquemático, temos três regimes:

O primeiro, ao norte, é o clima quente com chuvas distribuídas; o segundo, na região central, é o clima quente com chuvas de verão; o terceiro, enfim, em parte da região sul, é o clima subtropical com chuvas bem distribuídas.

Cumpre assinalar que, no nordeste, as chuvas se estendem de dezembro a maio, quando entram a diminuir até completo desaparecimento na época das grandes estiagens. São as secas que duram até dezembro.

O regime das chuvas pode acarretar acentuadas modificações que repercutem de maneira sensível nas operações militares.

Assim, podem ocorrer inundações de áreas extensas que se tornam dificilmente transponíveis; extravasamentos de rios, com enchentes que alteram completamente as condições de navegabilidade de muitos cursos d'água, bem como seu valor como obstáculo.

3.2 — CONFIGURAÇÃO DA SUPERFÍCIE

Vamos passar ao estudo dos fatores que, na realidade, são os que mais interferem no desenvolvimento de operações militares, condicionando movimentos, decisões, empregos de meios, etc.

Passaremos em revista aspectos relativos à superfície, à posição, à forma e ao relevo do terreno.

3.2.1 — *Superfície, posição e forma*

A posição de um estado em relação a outros, é de grande importância, particularmente se mantém com alguns deles relações de contiguidade territorial, pois isso determinará naturais zonas de fricção, pelo entrechoque quase inevitável de interesses muitas vezes antagônicos, o que exige meticoloso estudo das zonas fronteiriças.

No Brasil, com sua extensa fronteira terrestre e em contacto com sete países, possuímos zonas de fricção que se acentuam ao sul, fonte perene de preocupações, onde se defrontam duas mentalidades tradicionalmente rivais — a lusa e a espanhola.

Por outro lado, nossa vasta extensão superficial, nossa enorme base física, constitui sério motivo de apreensões, se considerarmos a falta de integração social e a pequena densidade demográfica.

Essa situação é agravada pela deficiência das comunicações, cuja rede é sabidamente muito precária, acarretando sérios inconvenientes.

Tais condições indicam operações adequadamente planejadas, quer tenham de se processar no sul, onde os deslocamentos são mais fáceis e o apoio logístico mais seguro, quer no nordeste, com fraca rede de comunicações e escassez de recursos, quer, enfim, no oeste, cuja rede de comunicações é também fraca, mas que dispõe de melhores condições de reabastecimento.

Acresce que as rotas oceânicas não estão convenientemente ligadas às vias interiores, agravando as reações do hinterland brasileiro.

Também a forma do país muito influiu no planejamento de operações

militares. Exemplifiquemos com o Chile, supondo-o em luta com o Perú. Conclui-se, desde logo, que terá de dar às suas forças um dispositivo em profundidade o que, no caso de invasão de seu território, lhe conferirá certas vantagens. Se considerarmos agora o Chile em luta com a Argentina, ele enfrentará sérias dificuldades para adotar um dispositivo que será, por assim dizer, linear.

No Brasil, se considerarmos a forma das áreas sensíveis, perceberemos sua influência nas operações. O Rio Grande do Sul, por sua forma e posição, poderá sofrer uma agressão simultânea, por mar e por terra, numa tentativa para isolá-lo do resto do país.

O saliente nordestino facilita as operações partidas do exterior do continente e sua ocupação efetiva.

3.2.2 — Relévo do terreno

Estamos diante do fator que, realmente, mais repõe nas operações de caráter militar. O terreno é um verdadeiro tirano que impõe de maneira quase inapelável a sua vontade, cobrando fortemente daquelas que tentam infringir seus ditames.

“É um fator capital nas operações militares.”

A configuração do terreno pode ser estudada sob dois aspectos — o orográfico e o hidrográfico. O primeiro trata do relévo do solo e o segundo, da distribuição das águas.

Muito se tem escrito sobre a influência do terreno e nossos regulamentos consignam preceitos oriundos da experiência. A forma do terreno e o valor dos obstáculos naturais exercem papel importante nas decisões do comando.

Segundo suas características, o terreno exerce efeitos variados. Assim, os terrenos planos ou levemente accidentados, facilitam deslocamentos, dificultando, entretanto, a observação, o desenfiamento e exigindo cuidadosas medidas de segurança.

Se o terreno apresenta maiores obstáculos — elevações mais acentuadas, já exige medidas de outra natureza, impondo, às vezes, certas

modalidades de ação. Se os deslocamentos se tornam mais difíceis, melhoram, em compensação, as condições de observação e segurança.

Se considerarmos o terreno montanhoso, já há necessidade de medidas especialmente destinadas a esse gênero de luta. Embora o combate, tanto defensivo como ofensivo, apresenta vantagens e desvantagens, quando travado em zona montanhosa, não podemos deixar de admitir determinadas condições que contribuem para conferir apreciável valor defensivo aos ocupantes das alturas.

Realmente, o atacante terá que enfrentar, entre outras, as seguintes dificuldades :

1. Remuniciamento penoso, o que acarreta restrições quanto ao emprego de munições ;
2. Lentidão no desenvolvimento das ações, o que leva a aumentar a duração dos fogos de apoio ;
3. Grande fadiga da tropa ;
4. As maiores dificuldades para o deslocamento das armas pesadas de apoio.

Já a ocupação defensiva atribui ao defensor :

1. Excelentes observatórios, permitindo diminuir as oportunidades de surpresa ;
2. Escolher os melhores lugares para as instalações defensivas, obstáculos, etc. ;
3. Providenciar, a tempo, no preparo adequado dos campos de tiro, de modo a melhorar as condições de emprego das armas de trajetórias rasantes ;
4. O melhor conhecimento do terreno, que permitirá tirar proveito de condições perturbadoras supervenientes : chuvas, nevoeiros e noite, por exemplo.

Os acidentes naturais que se colocam longitudinalmente no campo de ação, predispõem às ações ofensivas, enquanto que os que se situam transversalmente, oferecem melhores oportunidades para as ocupações defensivas. Os desfiladeiros, vales estreitos, estrangulamentos, são favoráveis às ações defensivas, do mesmo modo que os movimentos longitudinalais para um defensor que ocupa as partes altas e que terá,

assim, oportunidades para atingir o atacante que se desloca nas partes baixas. As linhas de rocada são oferecidas pelos movimentos de terreno transversalmente situados. Os vales paralelos obrigam ao defensor uma grande dispersão de forças.

As grandes planícies ou terrenos levemente acidentados, facilitam os deslocamentos, preparo de estradas, emprêgo de carros, etc.

A conformação orográfica do Brasil varia muito, segundo a região considerada.

No Rio Grande do Sul não possuímos fortes acidentes de terreno, exceção feita da parte norte do Estado. Temos aí dois aspectos bem distintos — a zona fronteiriça do Noroeste e a do Sudoeste e Sul. A primeira, face à Argentina, na região do Alto Uruguai, bem nossa conhecida, apresenta-se acidentada, embora sem atingir grandes altitudes, pois a máxima é da ordem de 500 m.

Essa é uma zona de poucos eixos, fortemente coberta de matas e largamente compartimentada por inúmeros divisores perpendiculares à grande calha do rio Uruguai. Assim irrigada, com fortes aclives, é uma zona de difícil penetração, condicionada aos eixos.

A proporção que vemos descendo a linha de fronteira, o terreno se vai alterando. Ao chegarmos ao corte do Ibicuí, morrem, em sua margem leste, os últimos contrafortes da Serra Geral. Já ao sul estendem-se as elevações pertencentes à Serra do Mar, que praticamente estão separadas das da Serra Geral, no Rio Grande, pela grande linha Ibicuí-Jacuí.

As elevações da Serra do Mar, graças às rochas cristalinas que as formam, oferecem maior resistência aos fatôres de modificação morfológica, isto é, aos ventos e às águas. Isso contribui para a forma característica das elevações da campanha riograndense — as cochilas. São as formas sem arestas, suavemente arredondadas, em meias-laranjas, apresentando a quem as observa do alto, um aspecto ondulado.

Já as elevações ao norte daquela linha, pertencentes à Serra Geral, oferecem menor resistência aos ele-

mentos da natureza. Suas rochas basálticas, sedimentadas em camadas horizontais, desagregam-se mais facilmente, e daí o seu aspecto mais acidentado, com encostas quase verticais, arestas muito acentuadas e largas porções desprovidas de vegetação, com a rocha à mostra.

A zona mais sensível é, evidentemente, a do Sul, justamente onde o terreno não oferece grandes dificuldades à penetração, ao deslocamento e aos transportes.

A situação do nosso nordeste não é muito diferente do sul, no que diz respeito ao relevo do solo. As elevações nordestinas são representadas pelos velhos tabuleiros de arenito, de cumes planos, aos quais se juntam as chapadas. Entre eles estendem-se as largas planícies, que poucas dificuldades oferecem às operações. Acrescentando as largas estiagens que contribuem para uma razoável conservação das estradas, vê-se que o teatro nordestino não cria, sob esse aspecto, maiores problemas.

A região do oeste apresenta, também, extensos chapadões, oriundos da sedimentação de rochas antigas de arenitos e basaltos, com modestas alturas.

3.3 — Distribuição das águas

3.3.1 — Os rios

As águas da superfície da Terra têm grande influência, se encararmos sua repercussão sobre as atividades militares.

O maior ou menor volume dos cursos d'água, a conformação de seus leitos e sua situação, indicam vantagens ou desvantagens.

Os grandes cursos transversais à direção das operações, atuam como bons obstáculos defensivos, retardando a progressão inimiga. Os que se dispõem longitudinalmente, são aptos ao apoio dos flancos do atacante e, em certos casos, podem servir de vias de acesso a determinados locais.

De modo geral, os cursos d'água envolvem problemas de transposição, obrigando cuidadoso planejamento quanto ao equipamento necessário à essa operação.

Os grandes pantanais atuam favoravelmente às operações defensivas, criando mesmo zonas passivas, de difícil transposição, obrigando a grandes deslocamentos para contorná-los.

No Rio Grande do Sul, como na região sul de modo geral, há inúmeros rios, muitos dos quais de grande porte. Um rio de grande importância por sua significação, é o Uruguai, magestoso curso d'água, largo e que apresenta más condições de navegação desde seu alto curso até as imediações da Colônia Militar do Alto Uruguai, em virtude das inúmeras corredeiras. Daí para baixo dá acesso a embarcações de pequeno porte.

O Rio Grande é dividido quase ao meio, pelos rios Ibicuí e Jacuí, cujos leitos foram o que se chama a Depressão Central. O Ibicuí é tributário do Uruguai, enquanto o Jacuí é da bacia Atlântica, através da Lagoa dos Patos. Esses rios, de grande porte, apresentam-se como obstáculos de valor, revestindo-se, ainda, particularmente o Jacuí, de acentuada expressão econômica.

Na região de Mato Grosso, o rio Paraguai apresenta situação até certo ponto semelhante a do Uruguai, acrescentando-se, a esse curso d'água, seu valor como meio de comunicação, pois é francamente naveável.

Cumpre dizer algumas palavras com relação ao Pantanal, a vasta planície da região de Corumbá e resultante, quando inundada, do extravasamento das águas do Paraguai.

O Pantanal constitui, mesmo, uma verdadeira bacia de compensação do rio Paraguai e, na estiagem, torna-se perfeitamente habitável e explorável economicamente.

No nordeste, os rios não oferecem maior significação que os de outras regiões, sem deixarmos de considerar que muitos deles chegam a desaparecer durante a época das secas.

3.3.2 — Os mares

Ao estudar o valor das águas, não podemos deixar de nos referir aos mares, de tão evidente importância na guerra.

A luta pelo domínio das rotas oceânicas tem sido a secular disputa entre as grandes potências navais. O aumento constante do poder marítimo é preocupação permanente dessas nações, sobretudo para as que baseiam grande parte de seu Poder Nacional em áreas coloniais ou em relações com países dos quais estão separadas por grandes distâncias marítimas.

Uma das mais emocionantes lutas da última guerra, foi a travada pela conquista da supremacia oceânica. Esse conflito teve sua conduta dominada pela necessidade de efetuar transportes por mar, disputando-se, os beligerantes, a liberdade dos movimentos marítimos. Buscando alcançar tal objetivo, foram os aliados levados a um tal desenvolvimento do poder marítimo, que suas forças navais, com a cooperação das aéreas, puderam exercer uma predominância decisiva sobre os mares, controlando as comunicações marítimas essenciais e realizando, plenamente, a expressão "domínio dos mares". As forças aeronavais conseguiram garantir aos próprios navios de transporte e suprimentos, a liberdade de utilização do mar, vedando essa possibilidade às potências do eixo.

Por isso, houve quem dissesse: "Ganha a guerra a nação que consegue manter o domínio do mar durante o conflito e pode dêle dispor para efetuar seus transportes".

A deficiência de nossas vias de transporte terrestre e as peculiaridades do transporte aéreo, transferem para os transportes marítimos grande soma de responsabilidade, em caso de guerra, pois êles devem desempenhar a importante tarefa de assegurar os suprimentos convenientes dos teatros de operações, nossa grande extensão costeira, por outro lado, exige uma adequada força capaz de garantir, em sua plenitude, a utilização das rotas marítimas.

3.4 — Os recursos naturais

Cada parte da Terra é dotada, pela natureza, de determinados recursos que constituirão, em maior ou menor proporção, o potencial

pôsto à disposição do homem. É o número, natureza e associação desses elementos, oriundos da prodigalidade da natureza, que permitem estabelecer a individualidade das regiões. A discriminação desses elementos inclui as condições de clima e os demais fatores físicos da superfície da Terra.

A distribuição natural dos recursos bem como as condições fisiográficas de cada lugar, indicam à perspicácia do homem, os rumos segundo os quais poderá orientar suas atividades econômicas. O desenvolvimento tecnológico nos diferentes setores do empreendimento humano tem contribuído, de certa forma, para alterar os padrões impostos pela natureza, permitindo, por exemplo, que determinadas culturas sejam feitas em regiões cujas condições naturais não parecem ser as mais favoráveis.

Os recursos naturais de uma região podem ser grupados em animais, vegetais e minerais. Como já dissemos, esses recursos variam, cada um, em diversidade e quantidade, o que permite, entre os três grupos, inúmeras combinações.

A ação do homem se foi fazendo sentir com o intuito de desenvolver determinados grupos de recursos, de seu interesse imediato e assim, praticamente, a natureza dos recursos de uma região já perde muito de suas primitivas condições, para estar, de modo flagrante, influenciada pela intervenção humana.

3.4.1 — Recursos animais

Os recursos animais de uma região repercutem, em particular, sobre o apoio logístico indispensáveis às operações. Contribuem tais recursos para alimentação, para os transportes e para o fornecimento de matérias-primas para equipamentos.

Com relação às necessidades das operações, devemos destacar a Caçaria a cavalo, que exige, para seu conveniente equipamento, animais aptos para suas finalidades.

O Rio Grande do Sul é um dos estados cujas condições naturais permitem criar o cavalo para fins militares. Da mesma maneira, a

configuração de sua superfície, favorece as ações à base dessa arma.

O aperfeiçoamento da indústria de alimentação, já muito difundida entre nós, permite uma oportuna distribuição de alimentos de origem animal, mesmo em regiões onde tais recursos não sejam muito abundantes.

3.4.2 — Recursos vegetais

Os recursos vegetais podem ser encarados sob dois aspectos. Pela sua contribuição ao apoio logístico e pela sua influência, "in natura" sobre as operações.

Quanto ao primeiro aspecto, as considerações a expender seriam da mesma ordem das que acabamos de fazer com relação aos recursos animais.

Quanto ao segundo aspecto, porém, devemos pôr em evidência a grande influência que tais recursos, encarados aqui como revestimento da região, poderão exercer sobre as decisões dos chefes que conduzem uma operação.

Em função do vulto, da freqüência e da situação dos bosques, matas, etc., teremos maior ou menor proteção contra a observação aérea ou terrestres; maior ou menor facilidade para concentrar tropas ou empregar determinados meios de ação; dificuldade ou facilidade para adotar determinadas direções ou fixar objetivos.

O revestimento florestal do Brasil é muito diversificado. Ao norte temos a floresta equatorial amazônica, na qual a agressividade da hiléia se antepõe às tentativas de integração desse vasto território. No nordeste a aridez das caatingas e a inospitalidade dos cerrados, estes últimos estendendo-se até os chapadões de Mato Grosso. Para o sul temos as matas com pinheiros às quais se seguem, no sul do país, as campinas riograndenses, de vegetação rasteira. No oeste há ainda o complexo do Pantanal, com vegetação de campos e densas manchas florestais quase do tipo amazônico. Junte-se a isso inúmeras espécies palmerais, como o carandá e buriti, para termos justificada a denominação de "complexo do Pantanal" dada a essa vegetação.

Esses diferentes tipos de revestimento influem na utilização militar do terreno, condicionando o emprego de recursos variados, indicando eixos de deslocamentos, aconselhando o emprégo de carros, etc.

3.4.3 — Recursos minerais

Em princípio, os recursos minerais valem pela capacidade de sua industrialização, para ulterior emprego no preparo de materiais de toda natureza.

O potencial mineral de um país, aliado ao desenvolvimento tecnológico e capacidade industrializadora de seu povo, confere a esse país uma forte soma de possibilidade.

O desenvolvimento da indústria metalúrgica, baseada em recursos próprios — minérios e combustíveis minerais, constituem a base do fortalecimento de um povo, contribuindo, de maneira nítida, para o florescimento de outras indústrias: agropecuárias, manufatureiras, etc.

O valor do equipamento militar de uma nação, é função direta do valor de seu poder econômico, demográfico, moral, etc.

Desnecessário se torna encarecer o grande número e a quantidade de elementos minerais que enriquecem nosso subsolo, e cujo aproveitamento está longe de um nível ver-

dadeiramente compensador. Mediante criterioso e oportuno aproveitamento de seus inúmeros recursos, poderá o Brasil estabelecer o desejável estado de satisfatória auto-suficiência a que nos referimos linhas atrás.

É com base na conveniente utilização dos recursos naturais próprios que, um país tem grandes oportunidades de construir um adequado Poder Nacional, através do fortalecimento de sua economia, do estabelecimento de uma firme política externa e interna, do desenvolvimento das condições de saúde, educação e bem-estar social e, enfim, de seu poder militar, recurso de que deve dispor para, em última instância, resguardar sua soberania.

O Brasil, possuidor de imensa base física na qual são abundantes e diversificados os recursos minerais, procura desenvolver seu parque industrial.

Orientando sua política, não por veleidades de expansão, desnecessária para nós, mas pelos caminhos necessários da boa vizinhança, tradicional em nossas relações internacionais; da integração social, através do desenvolvimento do sistema de comunicações; de uma relativa auto-suficiência econômica e de um adequado poder militar, estará nosso país realizando seu grande papel no conjunto das nações soberanas.

ADUBE SUAS TERRAS COM SALITRE DO CHILE

(Multiplica as Colheitas)

A EXPERIÊNCIA DE MUITOS ANOS TEM PROVADO A SUPERIORIDADE DO SALITRE DO CHILE COMO FERTILIZANTE. TERRAS POBRES OU "CANSADAS" LOGO SE TORNAM FÉRTEIS COM SALITRE DO CHILE

"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

Agentes Exclusivos do Salitre do Chile

Para o Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Escrítorio: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-6º Andar — Tel. 43-7092

Fábrica: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 — Acarai — Rio de Janeiro

POSSIBILIDADES DA GUERRA DE GUERRILHAS

General J. ESPARZA ARTECHE, do Exército Espanhol. (Traduzido da Revista "Ejército", pelo Major Fernando Allah Moreira Barbosa)

Em publicações estrangeiras tem sido salientada, em diversas ocasiões, a eficácia que a guerra irregular, ou de guerrilhas, tem tido em alguns países, como a Rússia e a Iugoslávia.

Inicialmente, quero justificar a escolha do assunto que é objeto destas linhas, e a utilidade de sua meditação. Encontramo-nos em frente a um fato, a guerra irregular, que ressurgiu, não mais entre povos pouco civilizados, mas na própria Europa, e sobre o qual se tem escrito pouco entre nós — pelo menos até onde tenho conhecimento — havendo carência absoluta de trabalhos a esse respeito, no que concerne às possibilidades de se adaptar à nossa Pátria, em caso de crise militar, o que tem sido feito em outros países. Isso foi motivo suficiente para levar-me a pensar no assunto.

É difícil encontrar quem despreze a hipótese inicial de que nosso território nacional possa ser invadido, mas é possível a alguém admitir que, na situação atual do jôgo da política internacional, não se pode supor que o inimigo comum do Ocidente chegue a alcançar a fronteira dos Pirineus e ultrapassá-la, na direção do sul. Entretanto, as mudanças na política internacional, enquanto vigorarem os regimes democráticos, serão rápidas e suas consequências para a segurança dos povos podem ser trágicas, se não forem adotadas medidas acauteladoras.

Recordemos o que tem acontecido na Europa, nestes últimos nove anos, desde o término da Segunda

Guerra Mundial: Os partidos comunistas da Itália e da França continuam ameaçadores e, na Inglaterra, o trabalhismo mais extremista pretende, acima de tudo, uma aproximação da Rússia e uma posição de antagonismo à América do Norte. Se, depois da guerra, a Europa se encontrou à beira do abismo, sem poder contar com o auxílio dos Estados Unidos, que, voluntariamente, havia desmobilizado seu Exército, ninguém nos pode assegurar que, em futuro não muito distante, as nações européias não procederão da mesma maneira, deixando livre, aos exércitos do Oriente, o acesso ao Mediterrâneo e ao Atlântico.

Haverá, também, quem acredite que, vencido nosso exército, será pouco menos que impossível continuar a guerra irregular na Espanha, uma vez que as circunstâncias atuais são muito diferentes das do passado. Outros hão de pensar que, enquanto mantivermos um moral vigoroso, não havemos de realizar menos que outros povos, os quais têm sabido continuar a resistência, mesmo após haverem sido vencidas suas forças organizadas. Aqui, como em tudo o mais, e, sobretudo, em coisas militares, não é prudente formar juízos definitivos e é conveniente limitar-se a estudar o caso que se possa apresentar, analizando os fatores que condicionam as decisões do Comando, para cumprir uma missão determinada: terreno, inimigo e meios, dos quais o primeiro nos é conhecido, mas os outros dois variarão, em cada caso particular, segundo o moral e os elementos postos em jôgo por cada um dos adversários.

CONCEITOS ANTIGO E MODERNO DA GUERRA DE GUERRILHAS

O desencadeamento e o desenvolvimento da guerra irregular sofreram uma transformação tão radical, que vale a pena salientá-la.

No passado, pelo que concerne à sua origem, essa espécie de guerra era iniciada pelo guerrilheiro que, por seu prestígio e êxitos, angariava cada vez maior número de companheiros para seu bando. Esses bandos sustentavam-se com seus meios próprios ou com os que obtinham do inimigo, em seus encontros e emboscadas.

No desenvolvimento de suas operações, os bandos agiam, habitualmente, independentes uns dos outros e, evidentemente, sem ligações com as forças regulares. O ódio dos guerrilheiros, que se consideravam, e de fato o eram, os criadores e mantenedores de suas próprias forças, e as maiores facilidades que lhes oferecia o terreno, carente de comunicações, para sua segurança e para as ações de surpresa, lhes proporcionavam meios suficientes para que realizassem, por si próprios, suas operações.

No presente, não tem cabimento essa improvisação e, muito menos, a manutenção dos grupos com os próprios meios. Estes não podem subsistir sem receberem armas e munições; a época atual é diferente da nossa guerra de independência e da primeira de nossas guerras civis, quando os cartuchos eram feitos em casa, com pólvora e papel. Tais bandos têm que ser armados e municiados, seja pelo próprio exército, quando se podem ligar com ele, seja por depósitos clandestinos, que hajam sido organizados, oportunamente e preventivamente, ou ainda por meio de desembarques sorrateiros, aéreos ou navais. Quando não contam com a possibilidade de auxílio por um desses meios, o bando pode ser considerado como natimorto, pois seu extermínio é inevitável e rápido.

Dai se depreende que os bandos, quando operam em ligação com as forças regulares, ficam subordinados ao Comando do Exército, mesmo que continuem a gozar de auto-

nomia compatível com o cumprimento das missões gerais que lhes forem atribuídas e com as facilidades que o terreno lhes ofereça para agirem, independentemente, durante determinado período.

Podemos resumir a diferença que existe entre as duas épocas, no que se refere à guerra irregular, nos seguintes conceitos :

— No passado, a guerra de guerrilhas se caracterizou pela organização improvisada e a ação independente. No presente, os grupos são organizados de acordo com as prescrições do Comando Supremo, que os sustentam, e ficando subordinados aos comandos dos territórios onde operam e que lhes fornecem diretivas gerais.

CIRCUNSTANCIAS QUE FAVORECEM A POSSIBILIDADE DA GUERRA DE GUERRILHAS

São circunstâncias que favorecem a guerra de guerrilhas :

— A situação geográfica favorável de cada país; sua extensão praticamente ilimitada para esa espécie de luta; as condições favoráveis do terreno e a falta de vias de comunicações.

Compreende-se, facilmente, que a situação geográfica de um país, influindo, grandemente, na possibilidade do recebimento de recursos do exterior, tem que ser fator importante no desenvolvimento da guerra. Um país fronteiriço amigo, cujas fronteiras não hajam sido atingidas pelo invasor, ou um litoral ainda inacessível ao inimigo, pelo qual se possa desembarcar pessoal ou material destinados a reforçarem a defesa, é condição vantajosa para todas as forças do país invadido, tanto regulares como irregulares.

Entretanto, a condição mais importante é a extensão praticamente ilimitada do país, uma vez que essa condição traz consigo, implícitos, muitos inconvenientes para o invasor, como sejam :

1º) o alongamento de suas linhas de comunicações, que se tornam cada vez mais vulneráveis à ação dos guerrilheiros, à medida que aumen-

ta a profundidade da penetração inimiga;

2º) à extensão das frentes, que lhes diminui a densidade de meios e lhes prejudica a continuidade. Isso permite a infiltração dos guerrilheiros através das linhas inimigas, sobretudo nas regiões onde existam terrenos montanhosos ou cobertos, que impossibilitam uma ocupação eficaz. A infiltração facilita o auxílio aos guerrilheiros, sob a forma de reforços e de elementos de enquadramento, e mesmo as ligações com as forças amigas;

3º) os bandos de guerrilheiros que se infiltram dispõem, dessa forma, de um vasto campo à retaguarda da frente inimiga, onde podem cumprir missões, evitar sua localização e, mesmo, furtar-se ao cerco pelo adversário. Todos sabemos que a característica operacional dessas forças irregulares é a de aparecerem inesperadamente, e portanto de surpresa, e, conseguida esta, dispersarem-se e desaparecerem subitamente, para se concentrarem e desfecharem outro golpe, em outro lugar também não previsto. Isso se traduz na necessidade de disporem de espaço, para conseguir a ruptura do contato com o inimigo, fundamento de sua segurança própria, e também para que tenham a possibilidade de, posteriormente, provarem novamente a surpresa.

Os terrenos montanhosos e, sobretudo, os terrenos cobertos de bosques, proporcionam consideráveis vantagens aos guerrilheiros. Os bosques constituem uma cortina protetora, ao abrigo da qual essas forças se movem sem que seus movimentos sejam percebidos pela aviação nem pelos reconhecimentos terrestres do inimigo. Nos bosques, a ação inimiga é tão dificultada quanto facilitados são os movimentos dos guerrilheiros, sua ruptura de contato com o inimigo e a criação da surpresa. No entanto, essas vantagens exigem que a zona boscosa seja suficientemente extensa para não poder ser bloqueada.

Finalmente, os países pouco povoados, com escassez de estradas, — o que impedirá os movimentos das forças motorizadas do inimigo na perseguição dos guerrilheiros, uma

vez evidenciados seus propósitos — são também regiões apropriadas a essa espécie de luta.

Como exemplo recente, que confirma as vantagens que acabamos de assinalar, podemos apresentar o caso da Rússia, país coberto de extensos bosques, de más comunicações e de espaços ilimitados. A possibilidade de atravessar as linhas inimigas com elementos diversos e a dificuldade, por parte dos alemães, para defenderem suas alongadas comunicações, foram os principais colaboradores dos guerrilheiros.

Exemplo contrário é o da França. Afirmou o general Niessel (1) : "A grande quantidade de tropas alemãs, que invadiram o país, (ou seja, dizemos nós, o diminuto espaço que não permitiu obter uma descontinuidade da frente e, consequentemente, a infiltração) ; a dificuldade dos guerrilheiros, uma vez descobertos, para escaparem à perseguição de que eram alvo ; a falta de esconderijos suficientes (montanhas e bosques) e a certeza de exporem a população civil a represálias impediram que os guerrilheiros se organizassem em grupos importantes".

Entretanto, em todos os casos, a organização e a orientação doutrinária, que haveriam de produzir as guerrilhas, foram dirigidas pelos comandos. Na Rússia, desde o Alto Comando e os Comandos de Exércitos havia, em todos os escalões, organizações encarregadas de cuidarem desse assunto. Ouçamos o que disse a esse respeito o já referido general Niessel, no citado número desta revista : "Esse movimento de guerrilhas foi organizado e dirigido, conforme testemunham numerosos documentos alemães, que tratam da matéria". "Um tenente-general vermelho (2), das forças especiais de polícia, foi designado para realizar a ligação entre o Alto Comando e o partido comunista clandestino, organizado na zona ocupada do país". "O marechal Vorochilov di-

(1) Revista "Ejército", de junho de 1954 — N. 173.

(2) Correspondente ao posto brasileiro de General de Exército — Nota do tradutor.

rigia o Estado-Maior Geral e a organização dos guerrilheiros, em cooperação com o Serviço de Informações". "Adido a cada comando de Grupo de Exército havia um órgão encarregado de orientar as operações de guerrilhas. Em todos os Exércitos, o Estado-Maior fazia chegar suas instruções, por intermédio de uma seção de operações, aos grupos de guerrilheiros do setor correspondente à frente do Exército".

O CASO DA ESPANHA. CONDIÇÕES NATURAIS DA PENÍNSULA PARA O DESENVOLVIMENTO ATUAL DA GUERRA DE GUERRILHAS

Podemos encontrar em nossa Pátria, unida indissolúvelmente, como unidade geográfica, ao seu irmão Portugal, uma das condições favoráveis ao emprêgo da guerrilha. Sua condição peninsular lhe permite receber auxílio de nossos possíveis aliados, tanto para os Exércitos regulares como para os grupos que, pelas circunstâncias das operações, hajam ficado isolados daqueles Exércitos, no momento em que seja imposta a retirada e o abandono de parte do território ao invasor.

Isso significa que o isolamento das guerrilhas, com relação ao grosso das forças terrestres, não constituiria motivo para que elas cessassem a resistência, mesmo na hipótese de não haverem sido previstos depósitos para o seu suprimento (o que é inadmissível), desde que pudessem ser auxiliadas por via aérea e, sobretudo, marítima. A situação geográfica da península se mostra favorável ao recebimento de socorros do exterior, destinados à continuação da resistência e basta que relembremos, a esse respeito, o caso de nossa Guerra de Independência, com relação à Inglaterra.

Ao contrário, falta atualmente à península a condição de espaço praticamente ilimitado, que indicamos como a mais favorável à atuação dos guerrilheiros. Essa condição primordial existe, como já salientamos, na Rússia e, bem assim, em outras nações do Continente Asiático. Com efetivos menores que os empregados na Rússia pelos ale-

mães, nosso possível invasor poderia progredir na península com uma frente contínua e fortemente coesa, e poderia ainda desviar boa parte de seus efetivos para a defesa das retaguardas, ainda que a pacificação viesse a depender, sobretudo, do moral do país e das medidas prévias, que houvessem sido tomadas, desde antes da guerra, com referência à resistência nas zonas à retaguarda do inimigo.

Há um flagrante contraste, no que concerne a essa condição de espaço extenso, entre a situação atual da península e aquela de que desfrutávamos ao tempo de nossa Guerra de Independência. Esse contraste resulta, não tanto da superioridade de efetivos, como dos imensos progressos advindos nos campos do armamento, da motorização e das comunicações dos Exércitos e do melhoramento da rede de viação do território.

Por isso, se tivermos de oferecer resistência nas retaguardas do inimigo, mesmo que o invasor penetre, profundamente, no território nacional, será necessário organizar planos a fim de, em vez de aceitar rendições desonrosas, poder nossa defesa, pelo menos em grande parte, retrair-se para as regiões que, por suas condições naturais, sejam mais apropriadas para a continuação da resistência, tal como o recomenda, nesse particular, nosso Regulamento para o Emprêgo das Grandes Unidades (§§ 229 a 233). Isso significará substituir a luta nas frentes de batalha definidas pelo combate nas regiões onde o terreno favoreça a defesa, onde as Grandes Unidades, divididas em grupos móveis e aliviadas do material pesado, possam viver dos recursos locais da região e dos suprimentos acumulados em depósitos ocultos, o que não exigirá linhas de comunicações contínuas e seguras, que as liguem à zona do interior do país. Neste caso, não importará, em última análise, qual o valor da penetração inimiga, pois a defesa será feita sob a forma de incursões sobre suas comunicações ou pela busca do isolamento e destruição de grupos inimigos. As colunas atuarão isoladamente, embo-

ra tenham sua ação coordenada pelo Comando do território onde operarem, tudo de acordo com um plano ditado pelas circunstâncias do momento. Disporão, entretanto, da autonomia compatível com a guerra de montanhas.

IMPORTANCIA DA ORGANIZAÇÃO DE PEQUENOS GRUPOS, COMO MEIO PARA SUSTENTAR A GUERRA DE DEFESA DAS REGIÕES NATURALMENTE FORTES, QUANDO E' IMPOSSÍVEL DEFENDER FRENTE DE COMBATE CONTÍNUAS

Para pôr em prática a forma de defesa territorial exposta acima, nas regiões que a ela se prestam, é indispensável que se conte, nessas zonas, com destacamentos de guerrilheiros, que possam cobrir o território, distraindo e dispersando as forças do inimigo; que existam, disseminados na região, órgãos de busca de informes que, rápida e oportunamente, possam fornecer dados sobre a situação do inimigo, em proveito das forças amigas; e, finalmente, que o suprimento, tanto das forças e colunas regulares, como dos guerrilheiros, continue assegurado, não só em meios de combate, como em meios de subsistência.

"Para que as unidades de maior vulto, na Iugoslávia, — disse o general iugoslavo Kvader (3) — pudessem sobreviver e combater, foi indispensável coordenar suas operações com as dos pequenos destacamentos de guerrilheiros locais, também regulares, e com as dos grupos de sabotagem, através de todo o país, ao longo das vias de comunicações e nas localidades". Subtraímos as palavras "pequenos... também regulares", etc., que provam a subordinação dos guerrilheiros aos Comandos do território e dos setores em que este estiver dividido e, de maneira geral, se observará, em todo o parágrafo citado, a grande influência que a ação das guerrilhas locais exerce na segurança e no êxito das operações das unidades regulares maiores, quer estas sejam recrutadas e organizadas, no

país, durante o conflito, quer sejam os restos de um exército refugiado no mesmo. Aqui, na verdade, devemos levar em conta que as forças regulares a que se refere o general iugoslavo não eram os remanescentes de um exército derrotado, mas sim organizadas no país, à sombra e à base dos grupos de guerrilheiros, exatamente como ocorreu com os improvisados exércitos carlistas, em nossas guerras civis.

OS REDUTOS NATURAIS DA RESISTÊNCIA PENINSULAR E A DIVISÃO DAS GUERRILHAS

Se o invasor conseguir derrotar o Exército regular e este não puder travar nova batalha em uma frente defensiva, para se preservar os restos desse Exército e defender o território pátrio, ter-se-á que procurar regiões que, por suas condições naturais, possam servir de regiões de acolhimento e de reação ofensiva, mediante a concentração, em seu interior, de meios suficientes. Estes meios, que proviriam, principalmente, de ajuda exterior, se dirigiriam para o nosso litoral, onde desembarcariam mais facilmente, se encontrassem apoio na resistência, e, constituindo uma frente progressivamente mais ampla, pudessem, no momento oportuno, iniciar a contra-ofensiva para a libertação do território.

Além disso, essas zonas periféricas se caracterizam pelo fato de serem protegidas por extensas barreiras montanhosas, que serviram de baluartes em nossa Guerra de Independência e nas lutas civis. Na vertente atlântica, temos a região Basco-Navarra e as Astúrias, as montanhas de Leão e Zamora e Portugal; na vertente mediterrânea, a Catalunha e a região que, desde o Baixo curso do Ebro, se prolonga através das serranias de Maestrazgo, Teruel e Cuenca. Em Portugal, desembarcou e teve sua base de operações o Exército inglês. Quanto à zona oriental, recordemos, para aquilatar seu valor, nossas guerras civis e o fato de que, para ocupá-la, durante a Guerra de Independência, os franceses levaram mais de três anos.

(3) Military Review — Julho de 1954.

Portanto, atrás de nossas barreiras pirenáica e subpirenáica, que abrangem duas regiões periféricas ideais para uma resistência, a região Basco-Navarra e a região da Catalunha permitirão, também, a organização da resistência ao abrigo dos outros redutos mencionados: o Noroeste da Península e a região oriental.

Tratar-se-á, aí, principalmente, de oferecer uma resistência frontal, desde que se disponha de meios. Entretanto, é mais provável que, de início, se devam empregar os poucos meios disponíveis na criação de dificuldades à penetração inimiga nesses territórios, pelo emprego de ações retardadoras, até que seja atingida, a seu devido tempo, uma linha previamente fixada pelo Comando. Para essa ação retardadora, será de grande utilidade a colaboração dos grupos locais de guerrilheiros: mantendo o contato e fustigando constantemente o inimigo; realizando incursões sobre suas retaguardas, sabotando suas comunicações e realizando golpes-de-mão em proveito de contra-ataques de forças regulares de maior envergadura etc.

Se, para essas zonas, naturalmente apropriadas, se retraírem forças que, de acordo com providências tomadas de antemão, se possam suprir dos recursos locais, poderá-se desencadear uma luta de colunas ligeiras de montanha, na qual não aparecerão frentes definitivas, mas onde se empregue a forma de manobras na terra de ninguém. Nessa ocasião, igualmente, serão de grande utilidade os préstimos dos guerrilheiros locais, que cobrirão o território, literalmente, com suas atividades, seja mantendo o contato e informando sobre o inimigo, seja contribuindo, diretamente, para a segurança das colunas amigas, destacamentos retardadores etc., mediante a execução de ações ofensivas sobre pontos sensíveis do dispositivo inimigo, sobre suas vias de comunicações ou contra pequenos grupamentos de forças, com o que distrairão numerosas forças adversas.

Finalmente, se se conseguir obter os meios necessários ao estabeleci-

mento de uma frente estabilizada ou para desencadear a contra-ofensiva, o auxílio dos grupos locais será, também, muito útil, pois poderão agir sobre as retaguardas inimigas como grupos de ação independente, desempenhando missões semelhantes às das unidades de caçadores alpinos.

Em resumo, qualquer que seja a situação, as operações desses grupos, quando realizadas de conformidade com diretivas gerais dos Comandos interessados, têm sempre cabimento e oportunidade de emprego eficaz.

PROVIDÊNCIAS TENDO EM VISTA A GUERRA DE GUERRILHAS

A preparação dessa espécie de guerra deve ser iniciada desde o tempo de paz. Na Rússia e outros países, as guerrilhas custaram a alcançar seu pleno desenvolvimento e, para atingi-lo, tiveram que contar com a fraqueza do inimigo, obrigado a lutar em várias frentes. A Rússia, além das condições favoráveis ao desencadeamento dessa forma de combate, teve, como fator positivo importante, a seu favor, o partido comunista que, clandestinamente, por seus agentes, pôde iniciar o recrutamento de guerrilheiros entre a população civil, que não fôra posta em campos de concentração, em tempo útil, pelos alemães. É o caso de se pensar, consequentemente, desde o tempo de paz, desde que seja possível e viável, em estudar as regiões mais apropriadas da Península para esse tipo de combate, analizando os seguintes aspectos:

— Sua organização, abrangendo as zonas do território nacional escondidas com esse objetivo e as tropas destinadas a operarem aí;

— a instrução, que compreende tanto a instrução individual especial, que é de se exigir para os quadros e a tropa dessas forças, como exercícios práticos, no terreno, em missões tão aproximadas quanto possível das de guerra.

— Por último, os meios de que devem ser dotadas essas tropas, tanto no que diz respeito ao armamento e ao equipamento, como os atinentes à busca de informes, à obser-

vação e à manutenção dos grupos de guerrilheiros.

Organização : — Os grupos de guerrilheiros, que devam operar em uma guerra previsível, terão por finalidade contribuir para a defesa do território de onde são naturais e, desde o tempo de paz, devem possuir uma organização que lhes permita :

1º) o recrutamento e a mobilização na própria região onde devam operar ;

2º) o exercício dos comandos territoriais pelos mesmos chefes que deverão comandar as tropas em caso de guerra, já que estas não terão que abandonar seu território.

A divisão de território nacional, para esta organização, deve basear-se na escolha das zonas onde essas forças pareçam oferecer as melhores condições de emprégo.

Depois das regiões fronteiriças com a França, às quais se terá que dar uma atenção particular, vêm as duas zonas contíguas ao litoral, às quais já nos referimos, anteriormente. Consideramos essenciais, para os fins da defesa do território, cuidar desses redutos periféricos, não obstante admitirmos que, no interior da península, existem outros, onde também é possível se organizar essa guerra de guerrilhas.

Como as zonas periféricas montanhosas, que descem para nossas costas do Mediterrâneo e do Atlântico, não coincidem, precisamente, com a divisão política em Capitanias Gerais, e suas superfícies abrangem áreas pertencentes a várias circunscrições da divisão territorial, para a finalidade que estamos examinando, sua delimitação deve ser independente dos limites provinciais.

O comando desses guerrilheiros deve ser exercido por um Inspetor Geral ; cada região montanhosa deve ser controlada por um Comandante e deve ser dividida em setores, de acordo com a configuração do terreno e a provável dependência, das forças que os guarnecem, de um mesmo Comando, em caso de operações. Os setores serão subdivididos em zonas, cada qual compreendendo os acantonamentos e

centros de uma unidade básica de instrução e mobilização local. Essas divisões devem ser feitas em consonância com a extensão e importância militar do território, consideradas, também, as comunicações que possam servir de linhas de penetração do inimigo. Tais são os fundamentos que devem servir de base para uma organização territorial de paz, organização esta subordinada à provável atuação em tempo de guerra.

Para bem fixarmos as idéias, que acabamos de expor, consideremos, por exemplo, a região montanhosa do norte da península, compreendida, aproximadamente, entre os limites das províncias de Santander e Astúrias, os rios Esla e Duero e o mar. É uma região de excelentes condições defensivas naturais, que supomos ser necessário disputar ao inimigo.

Nessa região, com forças desembocadas, e outras de mobilização recente ou remanescentes das anteriormente engajadas, podem ser organizadas tropas regulares que, de início, tratem de se instalar na periferia da zona, a fim de defenderem as passagens da Cordilheira Cantábrica e das Montanhas de Leão, cobrindo, respectivamente, os acessos das Astúrias e da Galícia, tendo os flancos apoiados nas alturas de Europa e no Mar Cantábrico e, ao sul, na zona quase intransponível do curso fronteiriço e inferior do rio Duero, em ligação com o Exército português.

Suponhamos que existam grupos locais de guerrilheiros, destinados à manutenção de um contato constante com o inimigo, a partir do momento em que este atravesse o limite da faixa montanhosa e a hostilizá-lo ou a realizar quaisquer outras missões ofensivas, de que os encarregue o Comando, seja independentemente, seja em colaboração com as forças regulares, em proveito da cobertura.

Neste caso, os grupos locais operarão, exclusivamente, dentro do setor a que pertenciam, uma vez que as forças a cobrir terão direções de retraimento divergentes, na direção das Astúrias e da Galícia, respectivamente, e dependerão dos

Comandos de Corpos ou Destacamentos de Exército, que devam defender os acessos a essas duas Comarcas, respectivamente, participando da missão geral de cobertura na forma que lhes fôr prescrita.

O grosso das fôrças regulares mais importantes tratará de reconstituir uma frente à retaguarda, com as tropas de reforço, que forem organizadas ou forem desembarcando. Mas, se êsses reforços não chegarem dentro dos limites de tempo desejado e as tropas disponíveis não estiverem em condições de defender uma nova frente, chegará um momento em que os remanescentes das tropas regulares, divididos em colunas aliviadas do material, se encaminharão, através de terrenos de pouca permeabilidade e sob a proteção dos grupos de guerrilheiros, iludindo a perseguição inimiga, para zonas que lhe houverem sido designadas, para daí irradiarem suas operações.

Chegado êste momento, terão sido delimitadas as jurisdições dos Comandantes Gerais de Setores e Chefes de zonas, aos últimos dos quais ficarão subordinados os grupos de guerrilheiros locais, a fim de que sejam coordenados e dirigidos, em tudo que seja atinente a necessidades, situação das fôrças e serviços clandestinos de informações e suprimentos. Essas mesmas previsões terão que ser levadas em consideração, no caso em que nenhuma fôrça se haja retraído para essas regiões e que a resistência, aí, deva contar, únicamente, com os meios próprios, para que se possa realizar uma reorganização progressiva, sob a proteção dos grupos de guerrilheiros e dos auxílios externos. A partir dêsse momento, a guerra em frentes contínuas será substituída por outra, de defesa do território.

Pelo exposto, logo se comprehende quanto é importante, quando sobrevier o difícil momento da transição de uma espécie de guerra para a outra, ter o teatro de operações equipado de maneira que o inimigo, ao tentar subjugar seus defensores, qualquer que seja sua procedência, seja sempre hostilizado, burlado em sua busca de informa-

ções, sabotado em suas comunicações, dizimado em seus destacamentos de segurança, seja obrigado a distrair tropas para missões de proteção etc. Tôdas essas missões podem ser desempenhadas pelos grupos locais, permitindo que as fôrças mais importantes, as unidades de organização recente, iludam a perseguição inimiga de dia e de noite, infiltrando-se entre as unidades inimigas e obrigando-as a combater isoladamente, sempre que isso convenha aos guerrilheiros. Enquanto isso, vai-se ganhando tempo para a organização de novas unidades.

Esclarecida a organização territorial, tratemos, agora, da dos grupos que o vão guarnecer. Como as operações dêsses grupos serão feitas, sempre, com efetivos reduzidos, variando entre pelotão e companhia, é indispensável que os Comandantes de unidades, mesmo as mais elementares, sejam dotados de alto grau de iniciativa e tenham perfeito conhecimento do terreno.

O pessoal pertencente a essas fôrças, quadros e tropa, deve ser muito bem selecionado. Nesse tipo de tropa, exige-se, além de grande iniciativa, energia e grande resistência física, para que se possa marchar através de terrenos quase intransitáveis, à noite, iludindo a vigilância inimiga. A Escola Central de Educação Física e a Militar de Montanha parecem ser os centros mais indicados para fazerem a seleção dos oficiais e suboficiais.

Quanto à tropa, deve ser escolhida pela robustez física, entre os montanheses de cada setor, não havendo nisso grande dificuldade, dada a reduzida percentagem de recrutas exigida por tais unidades, nas quais a qualidade deve primar sobre a quantidade. Na verdade, o rendimento de um número reduzido de companhias de pessoal selecionado, convenientemente distribuídas, será maior que o de vários batalhões precariamente organizados e instruídos que, por seu próprio volume, haveriam de ser mal empregados.

Antes de exercerem o comando dessas pequenas unidades, os quadros de oficiais e suboficiais devem receber treinamento em exer-

cícos práticos, dentro de uma zona determinada.

Instrução : — O adestramento físico dos comandos, mesmo os mais modestos, e o conhecimento perfeito do terreno correspondente à zona que guarnecem, devem ser os dois pilares em que se baseará a instrução destas fôrças.

A instrução deve ser orientada para a realização de exercícios práticos de preparação e outros de aplicação, tendo em vista o emprêgo dessas unidades em caso de guerra.

Os exercícios de preparação compreenderão :

— Exercícios físicos, entre os quais serão incluídos marchas forçadas através campo ou em terrenos difíceis e exercícios de alpinismo ;

— exercícios de transposição de obstáculos naturais (escalada de elevações abruptas e transposição de brechas e cursos d'água) e artificiais (rêdes de arame e campos de minas) ;

— exercícios de tiro individual de precisão e de lançamento, particularmente de granadas ;

— exercícios de manuseio e emprêgo de explosivos na realização de destruições ;

— exercícios de orientação, com a realização de trabalhos práticos de dispersão e reunião de patrulhas, em um momento determinado, em locais previamente designados no terreno.

Os exercícios de combate consistirão na execução de missões próprias de patrulhas e de grupos de guerrilheiros, em caso de guerra. Nestes exercícios, o comandante do grupo executante deverá ter particular cuidado em :

— velar pela segurança do grupo, sabendo que, desde o momento da partida, e até que regresse, com a missão cumprida, se movimenta entre fôrças do partido contrário, pelas quais pode ser surpreendido, se perder a ligação com os órgãos de informação, dos quais nos ocuparemos ao estudarmos os meios dessas fôrças ;

— assegurar a alimentação e o descanso do grupo, durante o tem-

po em que estiver ausente do acampamento ;

— que sua missão seja cumprida e o grupo regresse ao lugar que fôr designado, sempre a salvo da vigilância inimiga.

Em tais exercícios, o objetivo ou finalidade dos mesmos será verificar se os grupos, em parte ou em sua totalidade, podem desempenhar suas missões, obtendo a surpresa, e se podem regressar à zona escolhida, seja esta a de partida ou outra, que lhe seja designada, em fim de missão, além de informarem sobre a operação, tudo isso sem serem descobertos.

Também devem ser realizados exercícios de combate pelas companhias completas, em missões ofensivas, principalmente sob a forma de golpes-de-mão, ou defensivas, tendo em vista missões de segurança em terrenos difíceis, como, por exemplo, flanqueamentos e contra-ataques nas ações retardadoras, sempre com a manutenção constante do contato e informação ao comando sobre o inimigo.

Os exercícios serão executados com o aproveitamento da noite como o meio mais seguro de se escapar à vigilância do inimigo e depois que se hajam procedido, durante o dia, aos reconhecimentos necessários.

Dada a complexidade de sua instrução e as dificuldades de execução de suas missões, estas fôrças locais de montanha que, mobilizadas, constituirão os futuros grupos de guerrilheiros, devem ser constituídas da elite dos oficiais, suboficiais e praças do Exército. É necessário, portanto, conceder-lhes, a título de estímulo, o máximo de honras e de vantagens.

Meios — Armamento : — É compreensível, uma vez expostas as missões que deverão ser cumpridas por tais fôrças, que seu armamento e equipamento devem ser o mais leve possível, não sendo necessário armamento pesado. Este será individual.

A granada de mão e uma arma de pequeno alcance, pouco peso e suficiente velocidade de fogo são as mais adequadas para o pequeno tempo em que se realizam as ações

dessas fôrças. Quando a missão o exigir, será adicionada uma dotação de explosivos e de meios para a transposição de obstáculos. Estes serão os meios suficientes para os grupos do valor de pelotões, a fim de que possam realizar suas incursões.

Quanto às companhias que operarem em conjunto, pode-se confiar-lhes missões que exijam combate e, ainda que este combate seja imposta, freqüentemente, pela condição de surpresa noturna e o êxito repouse, principalmente no emprêgo da granada de mão e da arma branca, com a finalidade de rechassar possíveis contra-ataques imediatos, poder-se-á passar à disposição dessas companhias alguns elementos de fuzis-metralhadora ou de armas leves, pertencentes a outras unidades.

Informação: — A informação, por sua vez, tem sido, sempre, a chave do sucesso da guerra de guerrilhas, e, em tôdas as épocas, tem sido proporcionada aos guerrilheiros pela colaboração entusiástica do povo. Em nossas Guerras Civis e da Independência, essa colaboração foi tão intensa, que os guerrilheiros não necessitaram, sequer, organizar um sistema de segurança. Na última campanha da Rússia, os alemães não previram a concentração da população civil em acampamentos bem guardados. Como consequência, essa população, inclusive mulheres e velhos, serviu aos russos como seguro informante, com notável prejuízo para os alemães.

Quando o invasor concentra a população civil, o mesmo não ocorre. Mas, é muito possível que, ao ser aprofundada a invasão, não se possa evacuar a maior parte do povo, já que isso criaria problemas de alimentação difíceis de resolver. O que se deve procurar, a todo transe, é evacuar os homens válidos para a luta e deixar outros, selecionados, em lugares ocultos, para que prestem informações. Instalados em locais, que deverão variar constantemente, e dotados de emissores clandestinos, elos transmitirão seus informes a postos coletores correspondentes a diversos postos da zona e subordinados, diretamente, ao co-

mando desta. Esses postos coletores serão conhecidos, de antemão, pelos grupos e unidades, de modo que estas poderão ser informadas, a todo momento, da situação do inimigo, naquilo que seja útil à sua segurança e ao sucesso de sua missão.

Este é um serviço — o de informações — que, na falta da população local, por nenhum outro elemento poderá ser tão bem feito como no próprio seio da organização das fôrças guerrilheiras locais, dentro das zonas onde atuam, normalmente.

A missão mais importante dos grupos de guerrilheiros, em geral, é a de procurar e manter o contato com as colunas inimigas, em toda a frente e profundidade da zona, a fim de informarem o comando e as unidades amigas e, ao mesmo tempo, criarem o maior número de embargos ao movimento e à vida das primeiras.

Não é suficiente obter boas informações, mas também evitar que o inimigo se informe, para desorganizar-lhe os planos de perseguição às colunas amigas e para enfraquecer seus órgãos de segurança, comunicações, ligação e suprimentos.

O disfarce — Nas zonas montanhosas, é fácil aos grupos de guerrilheiros, inclusive de dia, se furtarem à observação aérea e terrestre das unidades inimigas. O mesmo ocorre nas regiões de bosques e colinas cobertas de mato ou de plantações. Finalmente, a dispersão por pequenos grupos, ou mesmo indivíduos isolados, que se ocultem na sombra das penedas ou terrenos rochosos, também torna ineficiente a observação aérea.

Não acontece a mesma coisa com as colunas. Estas não têm outra solução, para escaparem à observação, que a de fazerem as marchas à noite. Devem procurar, com antecedência, uma zona de repouso para o dia, coberta de bosques ou matas, de preferência às povoações. Também terão que ocultar o gado, para o qual o mato rasteiro é insuficiente, e se manterem em absoluta imobilidade, à vista dos aviões.

Além disso, as marchas noturnas apresentam ainda a vantagem de permitirem iludir, facilmente, a per-

seguição, de vez que o inimigo encontra maior dificuldade para voltar a restabelecer o contato perdido.

Entretanto, freqüentemente, sobretudo no início da invasão do território nacional, as unidades ficarão sujeitas a uma perseguição ativa, que as obrigará a realizarem etapas diárias de marcha de grande percurso, para as quais o tempo de escuridão não será suficiente. Quando essa hipótese se realiza, não há outra solução, mesmo momentânea, senão a de fracionar as colunas em pequenas unidades, do valor de companhias no máximo, as quais, marchando por itinerários diferentes se irão concentrar, em determinado momento, em regiões afastadas e naturalmente mais protegidas do terreno; evidentemente, deve-se admitir que esse processo terá lugar sob a proteção de grupos amigos de manutenção do contato.

Essa é uma das razões pelas quais as colunas, no princípio da invasão, devem ser de efetivos reduzidos, solução que deve ser mantida até que os meios amigos e inimigos se fôrem equilibrando, tanto no ar como em terra. E é, precisamente, neste primeiro período das operações de defesa do território, que os grupos de guerrilheiros constituem os núcleos de manutenção da resistência, à sombra dos quais se organizam e se sustêm as primeiras forças regulares recrutadas no país ou vindas de outras regiões. É um período difícil, pela falta de experiência e de meios dessas forças regulares, novas as recrutadas no país, e carentes de tirocínio de guerra de montanha as vindas de fora.

Suprimentos : — Diz o nosso antigo Regulamento de Grandes Unidades (n. 232) "que ao praticar a guerra irregular, a Grande Unidade deve se fracionar e perder a condição de Unidade, limitando-se o comando a coordenar a ação das diversas colunas e a fixar a localização de centros de suprimentos, em pontos inacessíveis às forças inimigas, bem como a escolher locais incógnitos, onde esconderá a artilharia pesada, imprópria para esse tipo de combate". Em outro parágrafo do mesmo artigo, assinala

que, nesta hipótese (passagem à guerra irregular), "se imporá o fracionamento da Grande Unidade em pequenas colunas, que possam empreender a guerra irregular e se disseminar, para viver dos recursos locais da região".

O suprimento das pequenas colunas, a que se refere o Regulamento, bem como o dos grupos de guerrilheiros, abrangem os víveres e as munições. Julgo conveniente assinalar, com referência às munições, que, tratando-se de fôrças que, em chegado um momento crítico, queiram manter-se por meio da manobra em terrenos difíceis, terão que prescindir da artilharia pesada e, quiçá, da totalidade de sua artilharia, conservando, no máximo, a de dorso. Uma vez que as unidades são divididas em pequenas colunas, as munições a serem conservadas em depósitos se resumem, quase exclusivamente, às de infantaria.

Convirá que os pontos de remuniciamento sejam numerosos e distribuídos por todo o território, sem deixarem de satisfazer a condição de estar em locais ocultos. Os centros de remuniciamento mais importantes hão de ser, forçosamente, mais fáceis de ser descobertos, em virtude da maior atividade na entrega das munições, ainda que esta seja feita com as maiores precauções e à noite, de preferência. Além disso, se um desses centros é descoberto e cai em poder do inimigo, isso representará perda maior que a de um centro de menor importância. Neste, como em muitos outros setores, se impõe a disseminação, além do disfarce.

O mesmo deve ser dito com respeito aos depósitos de víveres e farinha de trigo, onde se processe a fabricação de pão etc. O Regulamento admite que as fôrças possam viver dos recursos da região. Certamente, fôrças que começam a se organizar na própria região, ou que são remanescentes de outras, que já combateram, não podem, de nenhuma maneira, ser muito numerosas em pessoal e, mais ainda, em gado de corte, de modo que o extenso território que lhes caberá defender terá recursos de sobra, para atender à sua subsistência. Mas,

não devemos esquecer que, nas zonas onde o invasor consiga tomar pé, este procurará colocar a população em campos de concentração e se apoderar dos rebanhos e recursos existentes. Neste caso, a população civil será a primeira a reagir, ocultando os rebanhos e celeiros em lugares pouco acessíveis.

A êsse respeito, em nossa guerra de libertação, vimos casos verdadeiramente inconcebíveis, que provam até onde pode ir a paciência e a tenacidade do camponês, para conservar aquilo que é sua fonte de subsistência. Recordemos que, durante a libertação da Província de Santander, que foi feita em poucos dias, os caminhos se encheram de gado vacum, conduzido às aldeias pelos camponeses e vindo das regiões matosas, onde havia estado oculto, durante vários meses.

E, em outro setor, já que aqui não se trata de camponeses, recordemos o caso, passado depois que nossas forças entraram em Tolosa, poucas semanas após o início da guerra, em que um motorista de taxi de São Sebastião levou seu automóvel, para evitar que os vermelhos dêle se apoderassem, arrastado por bois e correntes, até uma casinha situada no alto de um morro, cuja escadaria, feita por homem robusto, consumia pelo menos duas horas de esforços.

Isso nos faz pensar que o problema da manutenção da população rural das zonas onde se tiver que concentrar a resistência, não será de difícil solução, desde que se tenha o cuidado de não retrair, para aí, a população de outras regiões, já ocupadas pelo invasor. Mais difícil será resolvê-lo nas localidades importantes. Ora, muito bem. É precisamente essa população rural, a mantenedora da resistência, a que poderá propiciar pessoal competente, improvisado voluntariamente, para o reforço dos grupos de guerrilheiros e unidades, e, sobretudo, para missões de informação e espionagem. E, a não confiar, inteiramente, na improvisação e no esforço e interesse dos camponeses, devemos, pelo menos, alertá-los, em tempo útil, do momento em que devem começar a pôr a salvo seus per-

tences. Também devemos avisá-los, com antecedência, para que prevejam os locais mais adequados que, em cada distrito municipal, lhes possam servir para guardar êsses pertences. Também aqui, sendo possível, convém aplicar a disseminação.

Em qualquer caso, teremos que dispor de numerosos depósitos, para uso das tropas que devam defender uma região, ou que aí se devam organizar, pois o suprimento diário exigirá que as unidades disponham desses depósitos muito à mão.

O inimigo, muito possivelmente, conseguirá reunir a população não evacuada (mulheres, velhos e crianças), por não ser apta ao combate, em campos de concentração e, inclusive, poderá exercer represálias contra ela, o que, como está provado, produz resultados contraprodutivos nos povos viris, não conseguindo mais que aumentar o ódio ao invasor.

Como se pode observar, partimos da hipótese de que os defensores não dispõem de auxílio ou suprimentos do exterior, a fim de encararmos a pior situação e concluir que tudo tem solução satisfatória, ainda que difícil, desde que haja verdadeiro moral e espírito de independência.

CONCLUSÕES FINAIS

Eis aí as principais :

1^{a)}) *A guerra irregular é, atualmente, mais difícil e mais complexa em sua condução.* Isso acontece com a guerra em geral, e não sómente com a guerra irregular, porém de modo mais acentuado com esta última, pois, enquanto que, antigamente, se podia contar com um aliado que tudo dava espontaneamente — a população não combatente, que permanecia no país e fornecia informações e recursos — já agora não se pode contar com êle — o inimigo dispõe de meios para impedir sua ação — e, portanto, temos que procurar um paliativo, que não chegará a substituí-lo, integralmente.

Enquanto antes os guerrilheiros, em sua integração progressiva, conseguiam organizar-se em pouco tempo como forças regulares capazes de

combater, dado o armamento de que eram dotados e em vista da simplicidade e pequeno custo do material, atualmente, para se chegar a esse resultado, teremos que dispor do auxílio, às mãos cheias, de países aliados interessados na derrota do poderoso rival inimigo e, portanto, enquanto isso não ocorrer, os sucessos táticos terão que ser muito mais reduzidos.

Por outro lado, se, no passado, as colunas amigas podiam mover-se com toda a liberdade, tanto de dia como à noite, agora, sem uma superioridade aérea — que não existirá — as colunas terão menos liberdade de ação para manobrar e, consequentemente, ter-se-á que reduzir mais seus efetivos e seu poder tático.

2^{a)} *Devemos estudar, judiciosamente, qual o tipo de organização prévia que devemos adotar, desde o tempo de paz, pois a guerra irregular, quando não prevista e organizada, corre o risco de fracassar, ao se tentar sua improvisação no momento crítico.* Sómente um acontecimento imprevisto, a nosso favor, poderá criar condições para o aparecimento e incremento desse tipo de luta, depois da derrota. Isso poderá acontecer porque o inimigo tenha de desviar suas forças para atender a outras frentes (caso da Alemanha, na Segunda Guerra Mundial, contra a Rússia e a Iugoslávia) ou porque nos tenham chegado, de fontes externas, novos reforços.

3^{a)} *A guerra irregular, devidamente preparada.* — Em todas as regiões favoráveis e empreendida sem temor e com espírito de sacrifício, pode prosseguir, inclusive no pior dos casos — o de ver-se o país isolado e privado de auxílios — desde que continuem a existir os recursos que, com essa finalidade, hajam sido reservados no país. Proporciona-

nará, portanto, um crédito de tempo a outro país aliado, para que se apreste e corra em auxílio daquele que haja sido ameaçado.

4^{a)} *A guerra irregular, adequadamente preparada, eleva o moral e o espírito combativo do Exército regular, em caso de conflito armado.* Na verdade, se conseguirmos formar o espírito de nosso Exército de acordo com a idéia de que terá que combater, não sómente nas frentes de batalha, mas também na defesa, palmo a palmo, do território nacional, teremos aumentado seu espírito de sacrifício e suas possibilidades de vitória.

De tropas irregulares pode surgir um Exército, mas de um Exército desmoralizado pela derrota não se pode esperar mais que a rendição incondicional ou as deserções em massa. Sirvam de exemplo, a esse respeito, nossas guerras civis, no que concerne aos Exércitos Carlistas, que passaram por tal processo evolutivo. Portanto, se queremos evitar a desmoralização, e que o Exército continue resistindo com honra, até haver queimado o último cartucho e esgotado todos os meios de vida, devemos mostrar-lhe, desde o tempo de paz, a possibilidade de, mesmo vencido e impossibilitado de manter-se em campo aberto, ou ainda quando privado de elementos de combate, puder, de outra forma e em determinadas regiões, encontrar meios que lhe permitam continuar a luta.

5^{a)} *A alma desta preparação terá que ser constituída pelas forças locais, destinadas, principalmente, à proteção das outras, que venham a operar na região.* O espírito de que serão animadas, desde o tempo de paz, será o reflexo do existente entre os moradores locais, no que se refere à defesa do que lhes pertence.

JOALHERIA HERMAN

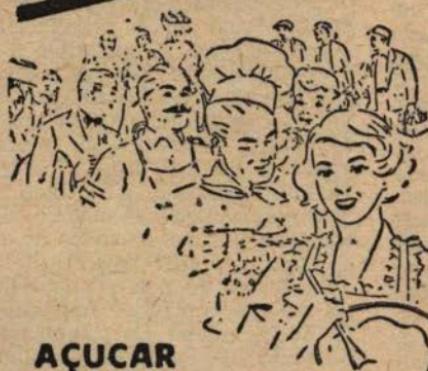
Anéis Militares com todas as Armas — Jóias, Relógios e Bijouterias

CONSERTAM-SE JÓIAS E RELÓGIOS

Sz. H. Klajmic

RUA DR. GARNIER, 390 "RIEX" — TEL.: 48.8502 — LOJA CENTRAL

NOVA EMBALAGEM!



AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA

MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!



O ANALISADOR DA DÉFESA ANTIAÉREA

Capitão ORLANDO RAPHAEL VIEGAS LAURO,
da Escola de Defesa Antiaérea

I — INTRODUÇÃO

Entre as diferentes considerações a serem abordadas no estudo da defesa de um ponto sensível, uma, resalta dentre tóidas, pela sua extrema importância: o Analisador de Tiro.

Antes de o estudarmos em mais detalhes, cumpre um breve histórico de seus antecedentes, e sua finalidade de emprêgo no estudo da defesa de um determinado ponto.

Até fins da guerra passada, quando se empregava o analisador de tiro no estudo da defesa, levava-se em consideração as rotas prováveis de ataque inimigo.

Com o desenvolvimento da força aérea em fins de 1944, o aparecimento dos projetis dirigidos conhecidos como Bombas Voadoras "V1" e "V2" e, posteriormente, os aviões super-sônicos, cujas velocidades já ultrapassam os 1.323 quilômetros horários em vôo horizontal, o raio de ação e a maneabilidade desses engenhos, aliados à sua potência de destruição, tornaram obsoleta a presumção de "rotas prováveis de ataque", tornando-se os 360° circundantes ao ponto sensível, uma única rota provável de ataque.

É fato que, em pontos situados em posições especiais do terreno, como na encosta de u'a montanha, em uma garganta, ou em um profundo vale, a natureza do ataque inimigo se condicionará ao aspecto topográfico local, e a expressão "rota provável" persistirá, principalmente para as formas de ataque razante ou em mergulho. No entanto, tratando-se de um ponto em região normal, a organização da defesa deve ser tal que, em qualquer direção de ataque, haja uma densidade eficaz

de artilharia antiaérea, provendo uma defesa local.

O emprêgo da vigilância do ar em zonas onde não existam instalações de radar (e mesmo onde houver êste equipamento), aparelho ainda escasso em nosso território, bem como em zonas de litoral, é um aspecto que deve também ser considerado.

A organização existente nesta Capital, até fins de 1945, 1^a Companhia de Vigilância do Ar, provia uma perfeita vigilância sobre as aeronaves vindas de diversas direções com rumo ao Estado do Rio de Janeiro e ao Distrito Federal. De Cabo Frio à restinga de Marambaia e Sepetiba, os Postos da Companhia enviam suas mensagens, vinte e quatro horas por dia, ao então Centro de Informações, hoje Centro de Operações, que as anotava, interpretava e difundia quando necessário.

O Japão utilizava na última guerra, barcos pesqueiros com rádios transmissores operados por militares, encarregados de alertar a tropa da costa sobre a passagem de aeronaves ou movimentos de belonaves inimigas.

Houve mesmo, quando do primeiro bombardeio aéreo efetuado pelas forças norte-americanas contra a cidade de Tóquio, uma antecipação de mais de duas horas no ataque (cerca de quatrocentas milhas antes do ponto previsto), devido ao encontro de um barco pesqueiro desse tipo, e à dúvida surgida sobre se teriam ou não seus tripulantes alertado à defesa japonesa, da presença do porta-aviões "Hornet" tão próximo de seu litoral.

Como vemos, o aparecimento do radar, com seu grande raio de ação, vem eliminar a necessidade desses

postos em terra, se dispusermos de material suficiente para recobrir tóda a área nacional, mas no mar, teremos sempre necessidade de postos avançados de vigilância, a fim de complementarem a rede de radar existente em solo firme.

Os Estados Unidos da América do Norte vêm empregando aviões-radar sobre o Atlântico e o Pacífico, em missões de patrulhamento, os quais transmitem via rádio, avisos sobre incursões detetadas, a bases de aviação de intercepção, que imediatamente lançam aos ares seus aparelhos. Últimamente, o governo americano iniciou a construção de verdadeiras ilhas flutuantes, que nada mais são do que estações de radar, e que deverão ser lançadas a 100 milhas da costa, aumentando assim o raio de ação da detecção.

De tudo o que até agora vimos, ressalta a necessidade de uma defesa equilibrada, obtida com o emprêgo do analisador de tiro, unidade básica no estudo da localização de nossa artilharia antiaérea média e pesada.

O conhecimento de sua aplicação é essencial, não só ao comandante ou oficial de Estado-Maior responsável pela organização da defesa, como também ao artilheiro, que irá selecionar e ocupar a posição de tiro no terreno.

II — DESCRIÇÃO

O analisador de tiro é um esquema gráfico, desenhado em material transparente, que permite a execução da análise de qualquer defesa por canhões de artilharia antiaérea média e pesada.

Existem duas categorias de analisador :

a) *Básico* — designado para uma altura de 25.000 pés e 300 milhas por hora de velocidade. Este tipo é utilizado na designação de defesas em condições diversas de ataque.

b) *Especial* — designado para o levantamento de defesas em condições especiais de ataque.

Dentro de cada categoria, há analisadores para cada tipo de arma. Cada grupo de artilharia de 90 milímetros antiaérea dispõe de um

analisador, e cada agrupamento, brigada e Quartel-General de Artilharia Antiaérea, também de um cada.

Um analisador típico, é visto na figura (1) abaixo.

Suas componentes são as seguintes :

a) Na parte superior do analisador, estão gravadas as condições para as quais ele foi construído : categoria (básico ou especial), tipo de armamento, altura, tipo de rota e data de construção.

b) Uma seta que indica o sentido do ataque, uma linha tracejada, através do eixo longitudinal do analisador, que representa a linha da direção de vôo, isto é, a rota da aeronave inimiga e finalmente, uma pequena cruz central utilizada para orientar o analisador.

c) Um círculo externo, representativo do alcance horizontal máximo da unidade de tiro, correspondente a 30 segundos de duração de trajeto e a essa altura específica.

d) Um círculo interno que representa a superfície da área morta da unidade, para essa altura. Essa área não precisa ser obrigatoriamente circular.

e) As linhas de contorno representam pontos de iguais índices numéricos. As reentrâncias por elas formadas são denominadas de "efeitos". Esses "efeitos" se devem ao menor número de tiros que se pode disparar contra uma aeronave, enquanto passa através da área morta da unidade.

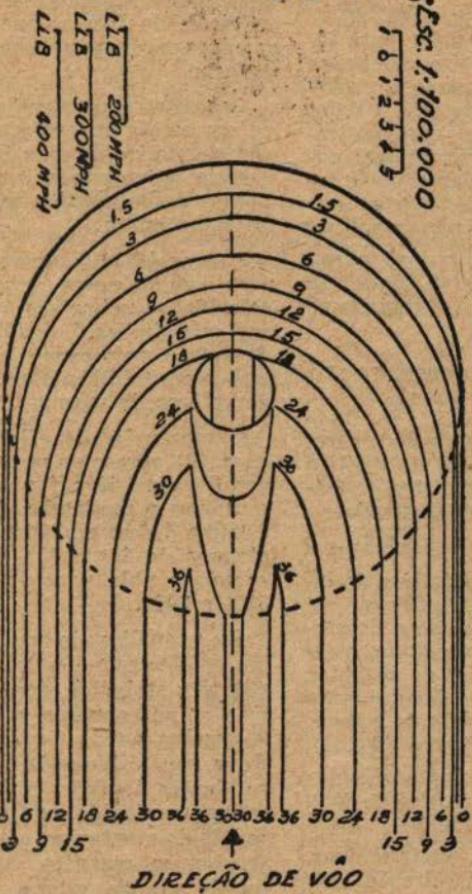
f) Uma escala do analisador. A da figura (1) é de 1:100.000.

g) Uma linha representativa da LLB (linha de lançamento de bombas).

- Essa linha deve ser locada, de modo a determinar o ponto mais afastado da área vulnerável, de onde o inimigo poderá lançar suas bombas a fim de que estas atinjam essa área. As distâncias para a Linha de Lançamento de Bombas já estão calculadas para diferentes velocidades e alturas do analisador, e vão do limite externo do Ponto Sensível à Linha de Lançamento de Bombas.

ANALISADOR DE UNIDADE DE TIRO BASICO

ALTITUDE — 25.000 pés
90 mm.



OBS.: AS LINHAS DE CONTOREO SÃO
MARCADAS COM INDICE NU-
MERICO

Fig. 1

III — MÉTODO DE EMPRÉGO DO ANALISADOR

O analisador é empregado para medir a eficiência relativa de todas as unidades de tiro, em uma defesa contra qualquer direção de ataque.

Examinam-se as rotas de ataque, intervaladas de trinta graus, em

toda a circunferência que envolve a área sensível e, como o processo de análise para essas direções é semelhante, limitar-nos-emos a analisar apenas uma das direções.

O processo comporta duas fases:

1^a Fase — Orienta-se o analisador, colocando-se a direção de vôo sobre a direção de ataque, com a seta

apontando para o centro da área vulnerável (no mesmo sentido da rota).

Desloca-se o analisador, até que a cruz central fique sobre a interseção da Linha de Lançamento de Bombas (LLB) com a direção de ataque a ser analisada.

2^a Fase — Lê-se o valor para todas as unidades de tiro, sobre as linhas circulares. Quando a unidade de tiro não coincide com a linha circular, interpola-se matematicamente. Quando a unidade está entre duas linhas circulares, no interior da zona dos "efeitos", utiliza-se ainda a interpolação matemática.

Verifica-se quais as unidades que contribuem para a efetividade da defesa dessa direção, e registra-se seus índices.

IV — MÉTODOS DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Existem dois métodos para a apresentação dos resultados da análise da defesa: a Ficha Registro de Dados e o Mostrador de Eficiência.

a) *Ficha Registro de Dados* —

Os números representativos do índice de cada unidade de tiro, no estudo da defesa de cada rota de ataque, são colocados em coluna, e estas são somadas, a fim de se obter o total da contribuição das unidades de tiro para cada direção de ataque, conforme ilustra a figura (2).

O número de direções analisadas representado na figura, foi de 0° a 360°, com intervalos de 30°.

Da comparação dos totais obtidos, teremos uma idéia das direções que necessitam de refôrço, o qual deverá ser feito, na medida do possível, com o deslocamento das unidades, de forma a obter um resultado uniforme para as diferentes rotas de ataque.

b) *Mostrador de Eficiência* —

Os resultados da análise da defesa, são apresentados gráficamente

por meio de uma carta de coordenadas polares. O gráfico é graduado em elementos crescentes de 30°, correspondentes às linhas de direção de ataques, e, em raios intervalados por igual, com círculos concêntricos, permitindo ao operador estabelecer a escala em índices numéricos, de forma que o número máximo caia bem próximo do círculo externo.

O gráfico é construído colocando-se em escala apropriada, o número representativo de cada índice de eficiência, e unindo-se os diferentes pontos assim obtidos, por uma suave linha curva.

Para aclarar a representação, a área incluída nessa curva poderá ser colorida ou achariada. Esta representação indicará a força relativa da defesa, para cada direção de ataque, e a estabilidade ou necessidade de refôrço da mesma.

O mostrador de eficiência da figura (3) apresenta uma defesa bem equilibrada; já a figura (4), apresenta-nos o mostrador de eficiência de uma defesa mal distribuída para ataques de 28° a 92°, e uma defesa quase nula para as rotas entre 310° e 340°.

Se a análise de sua defesa deu um gráfico semelhante ao da figura (3), seu trabalho oferece garantias mas, se ao contrário, seu gráfico se assemelha ao da figura (4), modifique seu sistema de defesa, salvo se, dentro daqueles intervalos, você estiver protegido por uma elevada cadeia de montanhas que não permita ataques razantes, em mergulho ou de grande altura, o que será uma posição muito especial.

Com este resumo sobre o analisador de tiro e seu emprêgo, espero ter transmitido alguns esclarecimentos aos companheiros sobre a tarefa desempenhada no decorrer do estudo da organização de uma defesa, no que se refere à análise da eficiência.

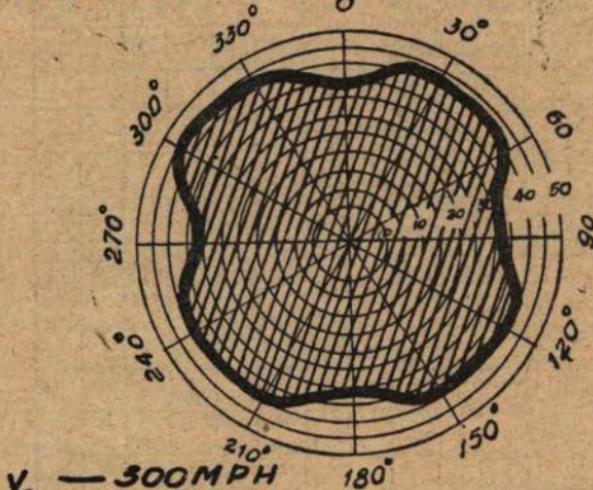
FICHA REGISTRO DE DADOS
PONTO SENSIVEL SIMPLES
RAIO EM JARDAS 1.500
ÍNDICE NÚMÉRICO 40
DATA 1º SET 1950

UNIDADE DE TIRO	- DIREÇÃO DO ATAQUE (EM GRAUS)										
	0	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300
1	160	1.5							2.0	170	200
2	120	6.0	1.0	10.0					0.5	4.5	105/150
3	8.0	215	210	18.0	1.0						0.5
4		7.0	18.0	12.0	13.0	2.0					
5			2.00	1.00	175	190	7.0				
6				10.0	210	21.0	8.5	0.5			
7					1.5	11.0	19.5	20.0	7.5		
8						0.5	8.0	21.0	22.0	100	1.0
9											
10											
11											
12											
13											
14											
15											
16											
TOTAL NÚMERO	360	360	420	41.0	41.5	43.5	39.5	360	420	36.0	37.5
											36.5

RESERVADO (quando preenchido)

MOSTRADOR DE EFICIÊNCIA
DATA: 1-9-50

ZONA SENSIVEL SIMPLES
RAIO EM JARDAS 1500
ALTITUDE 25000 PÉS
ÍNDICE NUMÉRICO MÉDIO 39



$V_0 = 300 \text{ MPH}$

ARMA - 90 mm

FIG. - MOSTRADOR DE EFICIÊNCIA - DEFESA EQUILIBRADA.

FIG. 8

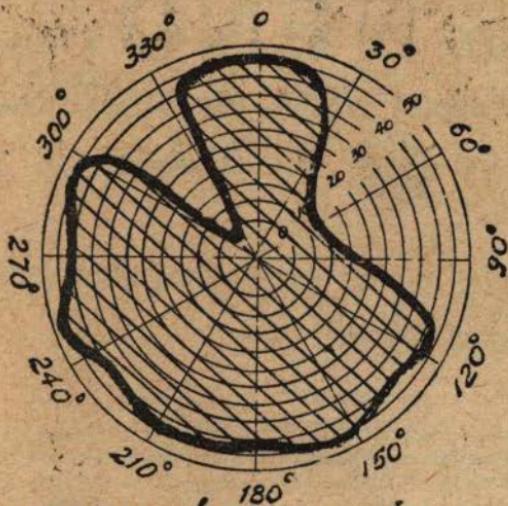
MOSTRADOR DE EFICIÊNCIA

DATA: 1-9-50

ZONA SENSIVEL SIMPLES

RAIO EM JARDAS 1500

ALTITUDE 25000 pés



ÍNDICE NUMÉRICO MÉDIO - 39

VELOCIDADE 300 MPH

ARMA 90 mm

FIG MOSTRADOR DE EFICIÊNCIA
DE UMA DEFESA NÃO EQUILIBRADA

Fig. 4

**DISTRIBUINDO NO RIO
OS FAMOSOS PRODUTOS**



casa NENO é agora
— a maior rede de lojas reven-
dedoras  da América do Sul!

*E... saiba que na minha casa quem manda
são meus colegas.*

- GELADEIRAS • ELETROLAS
- ENCRADEIRAS • TELEVISÕES
- ASPIRADORES DE PO • RÁDIOS
- • RÁDIOS DE PILHA

casa NENO

a maior rede de lojas do ramo

Centro: Rua Sete de Setembro, 145
Rua República do Líbano, 7
Rua Buenos Aires, 151
Av. Passos, 96
Av. Pres. Vargas, 875

Av. Paranápuan, 2145
Ilha do Governador

Madureira: Rua Maria Freitas, 110
Penha: Largo da Penha, 59
Niterói: Rua da Conceição, 47



SEJAMOS OTIMISTAS NA ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL

FRANCISCO DE SOUZA MAIA JUNIOR,
Capitão-de-Fragata.

Trecho final de uma conferência realizada na Escola Naval, no dia 18 de agosto de 955, a convite do seu Diretor, Contra-Almirante Ary dos Santos Rangel.

Os nossos sucessos, as nossas vitórias, o nosso triunfo, promanam de dois traços marcantes da psicologia do povo brasileiro. Por um lado, observa-se a esplêndida afirmação de um vigoroso sentimento nacional, que dá força e vitalidade às nossas ações, que neutraliza o agnosticismo dos pequenos grupos de séres parasitários, que instila confiança e renova energias quando erramos em nossos cálculos e projetos. Por outro lado, constata-se, em toda a nossa história, uma autêntica, generosa e atávica vocação democrática, característica que tem permitido uma evolução harmoniosa nos métodos e sistemas que presidem à nossa organização política, tudo sendo realizado sem que o povo tenha necessidade de rebelar-se contra as elites nacionais, procurando reivindicações que são obtidas, em

outros países menos afortunados, através de selvagens revoluções em que irmãos se trucidam mútuamente, afogando em sangue a inglória disputa em torno de melhor equilíbrio na vida social.

Não tivemos, até hoje, em nossa terra, revoluções que trouxessem o estigma de explosões de recalques de massas populares. As agitações e os movimentos assinalados em nossa evolução política, sempre tiveram, como inspiradores, elementos que se integravam nas classes dirigentes e que galvanizavam respeitáveis aspirações de caráter doutrinário ou moral.

Adotamos, por inclinação de temperamento e por sólida convicção filosófica, o sistema democrático como base para organização do Estado.

Bem sabemos das falhas do sistema, temos noção clara e objetiva dos vícios que o maculam, das mistificações que o desvirtuam, das artimanhas que o enfraquecem.

Como em tudo na vida, temos que considerar os aspectos negativos que decorrem da própria natureza humana. Mas não é possível fazermos análise de comportamento social ou desenharmos sistemas de caráter político, desfigurando a realidade histórica, generalizando erros e imoralidades.

E cabe à Política dar orientação adequada e sentido nobre à realidade histórica, lutando, infatigavelmente, pela moralização dos meios e processos de que se serve para manter intangível a base filosófica das verdadeiras democracias.

Em tôdas as nações politicamente organizadas, há constituições que encerram as leis fundamentais reguladoras dos direitos e deveres dos cidadãos em relação ao Estado. As constituições escritas tiveram sua origem no direito eclesiástico, sendo uma das mais valiosas contribuições da Igreja à organização dos povos.

Desde que é natural haver divergência de pontos de vista em relação aos problemas políticos e sociais, é evidente que se impõe a escravidão das desavenças doutrinárias, das paixões e dos ódios, a um sistema que neutralize o ímpeto das colisões de grupos que se hostilizem. Se admitíssimos a legitimidade de grupos isolados sobreponem-se à lei magna do país, o resultado lógico seria a instabilidade do regime elevada à categoria de bem social, a luta armada com todo o seu cortejo nefasto de misérias e aflições, a anarquia generalizada, a desordem, o suicídio coletivo.

Tôda a História Política e Social do Brasil tem sido exemplo eloquente de serenidade e moderação.

Vivemos em um clima de tranquilidade que não chega a ser perturbado, na grande massa que povoá este grande império geográfico, pelas agitações locais provenientes de contingências políticas.

Estrangeiros que nos visitam ou que vêm fixar-se em nossa terra, proclamam a bondade do nosso po-

vo, enaltecem o clima de harmonia em que vivemos. Stefan Zweig, dando expansão ao seu deslumbramento, declarou que "alguém que acaba de fugir da absurda exaltação da Europa, saúda aqui a ausência completa de qualquer odiosidade na vida pública e particular, primeiramente como coisa inverossímil e depois como imenso benefício".

A comunhão de raças é uma realidade cristã em nossa terra; a paz social, é motivo de contentamento e orgulho. Não há dúvida de que temos os nossos desacertos e as massas trabalhadoras, por vêzes, são levadas a movimentos inglórios, de curta duração, casos isolados que não deslustram a harmonia entre o Capital e o Trabalho. Nos Estados Unidos, quando a grande nação norte-americana estava empenhada em uma terrível luta pela sua própria sobrevivência, verificaram-se, em 1944, 5.005 movimentos grevistas, interessando a 2.000.000 de trabalhadores e correspondendo a 8.230.000 homens-dia perdidos ao esforço de guerra. Quantas vidas não se perderam, em campos de batalha, como resultado lógico dos reflexos desses movimentos sobre o apoio logístico às tropas norte-americanas?

Ouvimos, de quando em quando, críticas ao aparelho governamental e observações desairosas ao nosso funcionalismo; outros, impressionados com a filosofia do "empreendedorismo oficial", denunciam desalento atribuindo ao Brasil a exclusividade do despotério.

No entanto, em tôdas as nações há críticas severas contra os funcionários do Estado, consequência de clamorosa injustiça, pois generalizam, — como sempre fazem os pessimistas em todos os setores das atividades humanas — os erros e imoralidades que eventualmente são observados. Emile Faguet, o admirável pensador francês, em seus "Estudos Contemporâneos", incorreu nesse lapso, ao declarar que o funcionário, em França, procurava "trabalhar infinitamente pouco e jamais pensar por si mesmo". Complementarmente, acentuou que o francês desejava, "com tôdas as suas

fôrças, com todo o seu apetite, que seu filho fôsse um funcionário e que sua filha desposasse um funcionário".

Apesar disso, em França como em tôda a parte, o Estado continuou a progredir, a prestar serviços que merecem todo o respeito público.

Há, ainda, um fator de desespere que merece especial relêvo. Dizem alguns, patriotas sinceros, que tôda a nação está minada pela imoralidade e pela corrupção. Desenham um quadro sombrio da vida nacional, generalizando males que os fatos comprovam constituirem exceções condenáveis. O curioso é que essas afirmações destruidoras sómente se exacerbam em vésperas de eleições. Mas, ainda quanto a esse fato, não podemos nem devemos situá-lo, apenas, na vida nacional. Em todos os tempos, em tôdas as nações, os mesmos processos têm sido utilizados para destruição de antagonistas políticos. No passado, Cicero investe contra Catilina, "o monstro e abismo de maldade" e Demóstenes, o maior orador da antiguidade clássica, inflamado e sob incontida revolta provocada por Esquines, desenha êste seu oponente como corrupto e "vomitador de consumélias". Nos Estados Unidos, a oposição foi de tal maneira cruel com Jorge Washington, ao acusá-lo de desonesto no trato da coisa pública, que o digno fundador da República norte-americana declarou aos seus amigos que preferia morrer a continuar no governo; e Thomas Dewey, o eminentíssimo político que se candidatou à presidência em 1944, acusou violentamente a administração de Franklin Delano Roosevelt, classificando o grande líder de estimulador da luta religiosa e racial, negligente quanto a um dos mais graves problemas de sua Pátria, que era o do desemprego — pois havia, naquela ocasião, dez milhões de americanos desocupados — e culminou as suas acusações afirmado que nunca, na História da América, a corrupção havia sido tão desavergonhada.

Esses episódios evidenciam que não é, somente, em nossa Pátria, que os processos utilizados em épocas de eleições provocam confusões

e intransquiilidade. É natural que isso aconteça, faz parte do sistema democrático e não devemos descrever do sistema pelo fato de dar margem a irradiações de injustiças e deformações de realidades. Cêrca de quatro séculos antes de Cristo, Aristóteles, o genial pensador stagirita, salientou que, para o legislador e para todos aquêles que queriam fundar um governo democrático, a tarefa mais trabalhosa não é estabelecê-lo, mas, sim, prover a sua conservação. Conservar um sistema democrático é, antes de tudo, ter sensibilidade filosófica para compreender as causas de suas missérias orgânicas, atribuí-las às fraquezas do gênero humano e lutar, corajosamente, pela sua sobrevivência, pois é o melhor e o mais equilibrado. Não será violando os seus postulados essenciais que conseguiremos o ambicionado milagre de perfeição nas obras humanas.

É muito comum, em tôda parte, à época de eleições, aflorarem à superfície tôdas as mazelas que corrompem, degradam, debilitam e perturbam o meio social. Surgem, então, homens de bem que, desesperados, pregam uma alteração profunda, substancial, revolucionária nos métodos e processos de decantação de valores políticos, atribuindo todos os males à fraude e à demagogia. Possuídos de um sincero e altamente louvável desejo de criar uma nova ordem de coisas, apelam para regimes de exceção como única saída para o drama que os inquieta. Esquecem-se êsses idealistas, que a História nos demonstra, ser terrível a procissão de calamidades decorrentes do esfacelamento da ordem constitucional. Os homens normais são, todos, ambiciosos, e têm irresistível fascinação pelo poder. Sómente a subordinação religiosa a sistemas, pode controlar, no meio social, a luta de indivíduos ou de grupos políticos pela hegemonia. A Psicologia Social comprova, científicamente, o quanto é perniciosa a liderança autoritária e ressalta as vantagens da liderança democrática. Quando as frustrações e depressões coletivas dão origem ao rompimento da ordem constitucional em um Estado, surge a oportunidade de for-

mas espúrias de liderança predominarem no corpo social. A liderança carismática, assim denominada por Max Weber, cria artifícios sobrenaturais para perpetuar-se no poder ; ou, então, a liderança reformista, caracterizada por uma imensa carga de hostilidade e agressão, abala as instituições mais respeitáveis e desorganiza o estado ; e a liderança executiva, a única que pode produzir frutos duradouros pelas suas características de habilidade organizadora e capacidade de orientação de forças coletivas, oculta-se, omite-se, afasta-se do cenário político, humilhada e desprezada pelos que estão dominados pela histeria do mando.

E há, ainda, outro aspecto do problema que deve ser apontado. Depois de iniciada a espiral revolucionária, há, sempre, "Girondinos" e "Montanhenses" que se digadiam convulsionando a nação. Os primeiros, julgando substancialmente terminada a revolução e desejando a normalidade constitucional ; os outros, exigindo medidas excepcionais para um "momento histórico excepcional", encontrando solução, apenas, em uma ditadura.

A sombra das ditaduras, as nações se estiolam, a justiça se apaga, a segurança individual se desvanece.

Nada há mais variável sobre a terra do que a estrutura mental da "multidão psicológica", segundo a expressão utilizada por Gustave Le Bon.

As multidões constituem presa fácil para qualquer aventureiro, são instrumentos para execução dos atos os mais heróicos e dos crimes os mais abomináveis.

Segundo os impulsos daqueles que as dirigem, praticam a generosidade que eleva e se entregam ao assassinio frio em abjeta passividade aos ensinamentos da lei de Deus.

Uma das mais positivas características das multidões é a extrema permeabilidade às excitações exteriores, o que acarreta, normalmente, incessantes variações em seus sentimentos. A impulsividade é a regra. A intolerância e a sugestão

abilidade flutuam ao ritmo das energias transmitidas pelos seus condutores.

E é por isso que os Estados politicamente organizados têm, nas Forças Armadas, o mais valioso instrumento para garantia da ordem constitucional. Subordinadas, constitucionalmente, ao Presidente da República, as forças de terra, mar e ar têm como supremo dever, no âmbito interno, assegurar a paz social, preservar a ordem política e tornar respeitável o princípio da autoridade, representado, em sua mais alta expressão, pela figura do Chefe do Estado.

Dai por que as Forças Armadas, como instrumento de repressão da desordem, como a mais sólida garantia das instituições, não devem e não podem participar de competições político-partidárias, que apixonam, cegam, desorientam e confundem os espíritos, por maiores que sejam as suas reservas de resistência cultural. Como cidadãos, os militares têm todo o direito de votar ; como cidadãos, podem candidatar-se a postos eletivos ; o que não podem, evidentemente, é emprestar o prestígio do seu uniforme a competições políticas.

A união das Forças Armadas, é a mais sólida garantia de império da lei, paz e tranqüilidade para a nação. Por melhores e mais respeitáveis que sejam os pontos de vista daqueles que as integram, deve predominar, sempre, a decisão dos Chefes que as representam ; o contrário, seria a desunião, a indisciplina, a destruição da hierarquia, a desordem, o caos.

Caberia, agora, uma pergunta. Qual seria a solução para o problema que fosse criado pela "alegação" de existência de uma corrupção desenfreada que estivesse abalando a própria estrutura do Estado ? Responderíamos que o pior dos governos é, ainda, melhor que a melhor das revoluções. Sómente a ordem constrói. A história apresenta-nos inúmeros exemplos de nações que foram traídas, desgraçadamente, pelos eternos aproveitadores da desordem, que se instalam no poder afastando os idealistas

tas que provocaram os movimentos subversivos.

Vale acentuar que a imoralidade sómente pode ser combatida pela ação coercitiva do próprio Estado. Na organização da Justiça, é que podemos encontrar solução para o problema. E aqueles que esperam de movimentos subversivos o milagre de educar a nação, laboram em deplorável êrro. A alma de um povo não se purifica na prática de ilegalidades. A nação continua a mesma depois das revoluções. Não é possível importar, do exterior, políticos, juízes, soldados, funcionários e eleitores. Também, querer apontar determinado grupo social, como paradigma da corrupção e de endemias repugnantes, é um grave êrro de caráter técnico. Em uma mesma nação, os corruptos e moralmente enfermos distribuem-se, igualmente, por tôdas as classes que a integram. O império da lei, a intransigência com o crime, a condenação dos displicentes, constituem a única salvação possível; o voto popular, reflexo de um "contrato social" para estratificação de tendências, a única arma moralmente aceitável.

A liberdade de expressão e de pensamento, utilizada com sabedoria e dignidade pela Imprensa, realiza milagres no quadro da moralização dos costumes. E sob êsse aspecto, não há nação no universo que assegure, no momento, o mesmo grau de liberdade que temos concedido aos jornais.

Se fizermos um paralelo entre a prática da democracia no Brasil e o que ocorre em inúmeras outras nações que vivem torturadas pelo guante da prepotência, eleita como forma de governo, somos levados a acreditar em nossa maturidade política.

Esta é a grande realidade da vida nacional.

É indispensável que todos os brasileiros, unidos em torno de princípios e de idéias, mobilizem os seus esforços no sentido de desenvolver, em sua plenitude, um regime que se identifica com a própria vocação do nosso povo.

Aos que duvidam de nossa capacidade, fazemos um apelo sincero e patriótico: não martirizemos a nação.

Sejamos otimistas na análise da conjuntura nacional. Ser otimista, é assumir atitude de espírito equilibrada, considerar as fraquezas do gênero humano e acreditar nas forças criadoras de grandezas que têm predominado no meio social; é concentrar energias na moralização dos costumes, através de movimento educacional diurno, neutralizando o desânimo, estimulando o trabalho, combatendo a desconcertante generalização de críticas demolidoras; é dedicar-se com alma às próprias atividades funcionais, colaborando com uma valiosa parcela na grande obra de crescimento da nação; é condenar o êrro, ajudando a aplicação da Justiça e lutando pela vitória do Direito; é fazer a crítica sadia da administração, apontando insucessos sem destruir esperanças; é não transigir com o crime; é não subverter a ordem constitucional; é respeitar o princípio da autoridade, sem o qual retrocederemos à barbaria; enfim, é ser patriota, porque o pessimismo estéril não encontra ressonância na alma dos que, realmente, amam a sua Pátria, que é terra e é o homem.

Inspirados na filosofia do equilíbrio, continuaremos a trabalhar empolgados pelo que já realizamos e convictos de que nada poderá deter a nossa marcha em busca do ideal que nos estimula.

Companhia
ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

RIO DE JANEIRO

A PRIMEIRA FABRICANTE DE CLORO E DERIVADOS
NO BRASIL

ALGUNS PRODUTOS DE SUA FABRICAÇÃO :

SODA CAUSTICA — CLORO LÍQUIDO — CLORETO
DE CAL (CLOROGENO) — ÁCIDO CLORÍDRICO CO-
MERCIAL (ACIDO MURIÁTICO) — ÁCIDO CLORÍ-
DRICO ISENTO DE FERRO — ÁCIDO CLORÍDRICO
QUÍMICAMENTE PURO (PARA ANÁLISE P.E. 1,19) —
HIPOCLORITO DE SÓDIO — HEXACLORETO DE BEN-
ZENO EM : PÓS CONCENTRADOS, PÓ MOLHÁVEL,
ÓLEO MISCÍVEL



PEÇAM AMOSTRAS, PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES A :

COMPANHIA ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

RIO DE JANEIRO :

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.
TELS. : 23-1582 E 23-1599

A CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

Parecer do Sr. MARCOS DE SOUSA DANTAS

exposto na Confederação Nacional do Comércio.

"O Brasil já enfrentou situações incomparavelmente mais graves que a presente. A do ensilhamento, por exemplo, nos primórdios da República, e a do café, em 1930, eram de solução mais difícil, e foram dominadas em pouco tempo. Para comprovação desta afirmativa, em relação à crise do café, o qual é base de nossa economia, cotejam-se os seguintes dados: em 1929-1930, as sobras de café retiradas no Brasil atingiam a cifra de 21.000.000 de sacas, enquanto que em 1955 tais sobras alcançam apenas 3.500.000, com uma diferença para menos de 17.500.000 sacas; em 1929-1930 as safras pendentes mundiais eram de 41.000.000 de sacas, quando em 1955 tais safras não vão além de 37.000.000, ou seja menos 4.000.000; os totais de sobras retidas no Brasil de safras pendentes mundiais foi, em 1929-1930 de 62.000.000 milhões de sacas e em 1955 de 40.500.000, com uma diferença para menos, portanto, de 21.000.000 de sacas. Considerando que o consumo mundial em 1929-1930 era de 25.700.000 sacas e que esse consumo em 1955 ascendeu para 32.000.000, com aumento de 6.300.000, vemos que, enquanto o excesso de produção foi, em 1929-1930 de 36.000.000 de sacas, em 1955 soma apenas 8.500.000, o que representa diferença para menos de 27.800.000 sacas. (Não estão computados nos dados acima os estoques nos portos, que nos períodos referidos eram normais e são indispensáveis à realização do negócio).

Há 25 anos, para um consumo mundial de menos de 26 milhões de sacas a disponibilidade era de

62.000.000, donde um excedente de 36 milhões. Hoje, para um consumo de 32 milhões, a oferta mundial (computadas as sobras brasileiras de 1954-1955, de 3.500.000 sacas) vai a 40.500.000, sendo portanto de apenas 8.500.000 o excedente que há 25 anos fôra de 36.300.000, isto é, mais de quatro vezes maior.

Sustento assim (e não se trata de questão opinativa, pois minha afirmação se baseia em dados irrefutáveis) que é mais imaginária que real a chamada crise atual do café. A solução das dificuldades presentes, oriundas em parte de um excesso de oferta sobre a procura, nem só é possível, como se me figura relativamente fácil e simples. Aliás, a administração do Sr. Oswaldo Aranha na pasta da Fazenda já vinha dando os primeiros passos nesse sentido.

Ela iniciou, com efeito, as primeiras gestões para aplicação de duas medidas de profundidade, de largo e seguro efeito, que em poucos anos corrigiram erros acumulados desde o princípio deste século, normalizando a economia mundial do café, estabilizando os preços e restituindo ao Brasil parte pelos menos, da supremacia por ele antes usufruída. Essas medidas eram: 1) Um acordo internacional entre os países produtores, que resultasse em retirar do Brasil a exclusividade dos riscos, encargos e prejuízos, de uma defesa isolada, repartindo-os proporcional e equitativamente por todos os interessados. 2) O aumento substancial do consumo, fácil de se obter por meio de duas providências que se acham ao alcance de

nossa mão: a) intensificação ao máximo de uma propaganda bem dirigida, nos Estados Unidos e na Europa, e b) conquista de novos mercados, inclusive na chamada "cortina de ferro" mediante acordos comerciais e convênios de pagamento.

Não tenho dúvidas quanto aos resultados positivos dessa orientação. Bastaria que se conseguisse um aumento de 15% no consumo mundial para restabelecer-se o equilíbrio estatístico, nos próximos anos, e consequentemente a confiança nos mercados, a estabilidade dos preços e a prosperidade. É indispensável porém, que ela seja seguida com decisão, firmeza, sinceridade e energia e sobretudo, sem descontinuidade. E é indispensável também que se defendam os preços atuais temporariamente, isto é, até que aquelas providências, frutificando, dispensem definitivamente, de futuro, a intervenção defensiva dos governos na sustentação de preços.

Que o aumento de 15% no consumo, por meio de uma propaganda bem feita e de acordos comerciais inteligentemente concluídos não é uma utopia, comprovam-no os resultados de um modesto esforço tentado no sentido dessa propaganda, nos Estados Unidos, o qual provocou verdadeiro salto no seu consumo, que passou de 12 libras peso "per capita" para 16,5 entre 1938 e 1941, e isto com recursos insignificantes, não superiores a 600.000 dólares por ano.

É que as medidas de emergência, destinadas à defesa dos preços atuais, considerados razoáveis pelos próprios consumidores, são indispensáveis, não há dúvida, também de que o são porque se as no tomarmos, o efeito salutar das medidas de profundidade, lento por sua própria natureza, só chegaria fora de tempo útil, isto é, depois da derrocada dos preços e da ruina dos países produtores.

Estou convencido de que as condições técnicas da economia mundial e brasileira do café não são de molde a se afirmar que ela atra-

vessa uma grave crise sem precedentes. Ao contrário disto, parece-me que com alguma firmeza, habilidade, imaginação e iniciativa, será conseguido o restabelecimento da sua tranquilidade e da sua propriedade.

Bastará, para tanto, que se restabeleça a confiança abalada, se não destruída, pela inoperância e indecisão das autoridades, pela descontinuidade administrativa, e pela profunda crise, cujos reflexos desastrosos na economia são patentes.

A administração brasileira atual, segundo se deduz de sua atuação, parece ser contrária a essa orientação, e dá a impressão de propender para o abandono do café à sua própria sorte, restituindo-o à liberdade de comércio, o que vale dizer, à rendição incondicional aos baixistas, pois nas condições atuais de desequilíbrio, isto é, de oferta superior à procura, a abertura das compras importará na inundação mortal dos mercados.

Sou em tese, também eu, favorável à liberdade de comércio, mas penso que só poderemos voltar a esse regime depois de asseguradas, pelas medidas acima sugeridas, condições de equilíbrio, estabilidade e confiança.

Disse que parece ser esta a tendência da atual administração brasileira porque, efetivamente, ela só tem tomado medidas negativas: 1) Suspendeu as compras de café e portanto a sustentação dos preços, quando, segundo os dizeres da própria comunicação oficial, as compras eram desnecessárias, porque: a) já fôra retirada do mercado a quantidade de café julgada excessiva e, b) os mercados consumidores estavam desprovidos de estoques e precisavam comprar.

Se assim era, e efetivamente era assim, a comunicação oficial foi inopportunamente prejudicial, pois teve apenas um efeito psicológico deprimutivo. 2) Há quase 5 meses mantém sobre o comércio a ameaça de uma reforma cambial, em cujo centro está nova desvalorização do cruzeiro. Este é outro fator poderoso de baixa, causador do retraimento

dos compradores e da paralização dos negócios e redução das exportações. O temor dessa reforma, sempre anunciada mas não efetivada, é a causa técnica imediata da desconfiança e da retração dos negócios. 3) As restrições impostas no financiamento do café (redução da base, maiores exigências burocráticas, limites cadastrais dos propONENTES) são interpretadas como sinal de falta de firmeza e convicção na manutenção dos preços, e portanto são mais um elemento de desconfiança baixista. 4) O relaxamento na fiscalização dos embarques, no afã de forçar a exportação, redundou na desmoralização do mercado. Chegou a tal ponto o afrouxamento dessa fiscalização, que Santos, oficialmente, não exporta mais cafés finos. Só se vêem declarações de cafés riados, tipos 5 e 6. Com isto, os exportadores dispõem de sobras em dólares, que vendem no mercado livre, forçando as cotações para baixo. 5) Demonstrou sua aversão ao acordo internacional de produtores, por atitudes de visível hostilidade".

"A crescentem-se aos maus provocados por essa política — prosseguiu o Sr. Marcos de Souza Dantas — os decorrentes da grave crise política que se abateu sobre o país, que vive debaixo do receio e ameaças de golpes e outras soluções extra-legais, e chegar-se-á à conclusão de que as causas da suposta crise do café não se encontram em suas próprias condições econômicas, mas antes resultam da inoperância e indecisão da administração, para não dizer do desacerto de sua orientação; e da aguda e ameaçadora crise política que atinge a Nação.

Em outras palavras, não há crise insolúvel da economia café-eira; há uma crise de confiança, motivada pelo próprio governo, e agravada pela crise política.

Isto quanto ao café, que abordamos mais extensamente e em primeiro lugar, porque não é possível apreciar a situação econômico-financeira geral do Brasil, sem antes dar aos setor do café a importância e preeminência de que ele des-

fruta, como produto-chave de nossa exportação.

Há outro setor, entretanto, que polariza as críticas dos pessimistas — é o da política cambial. Diz-se a este respeito que, por causa dela, o Brasil está perdido, porque seus compromissos cambiais se expressam pela "formidável" cifra de 2 bilhões de dólares; e atribui-se a responsabilidade dessa "enorme" dívida às administrações do Sr. Getúlio Vargas.

Esta "acusação", que parte de ignorantes ou dos inimigos do Senhor Vargas, é muito tola ou muito perfida. Como quer que seja, impressionou a opinião, e faz-se necessário prestar-lhe informações que melhor a esclareçam.

Serão realmente insuportáveis, escandalosos e ameaçadores êsses compromissos, e desproporcionados aos recursos do Brasil? Cresceram êles, nos últimos 25 anos, em ritmo indesejável, desnecessário e ruinoso? Vejamos: 1) Em 1930 a dívida externa do país (União, Estados e Municípios) era superior a um bilhão e cem milhões de dólares, e havia atrasados comerciais no montante de cem milhões de dólares. Esse total de um bilhão e duzentos milhões de dólares de 1930 corresponde a cerca de um bilhão e setecentos milhões de dólares em 1934, dada a desvalorização dessa moeda, verificada em 1933.

Se assim é, (essas cifras são incontestáveis) não cresceu, e antes diminuiu no espaço dos últimos 25 anos, o total dos compromissos cambiais do país.

Deduzindo-se essa disponibilidade em ouro do total de compromissos cambiais de 1954, chegamos ao seguinte resultado: Em 1930, o total de responsabilidades cambiais (em dólares de 1954), era de 1.700.000.000; em 1954 era de 2.000.000.000; deduzidos desses 2.000.000.000 360.000.000 da reserva ouro, restam 1.640.000.000, o que representa diferença para menos, em 1954, de 60.000.000.

Ao mesmo tempo, entretanto, a exportação do Brasil passou de 264 milhões de dólares em 1930 (equi-

valente a 370 milhões de hoje), para 1.562.000.000 em 1954. O aumento foi de quase 1.200.000.000 de dólares.

Os compromissos totais são inferiores aos de 1930, enquanto que o valor de nossas exportações, é 350% maior. 2) Dir-se-á, talvez, que também cresceram nossas importações, e que portanto em nada nos teria aproveitado o aumento em valor das nossas exportações.

É claro que cresceram nossas importações. Nem podia deixar de ser assim, pois a população do Brasil aumentou, entre 1930 e 1954, em mais de 20 milhões de habitantes. Havia que atender às necessidades incessantemente crescentes do país, ao seu formidável desenvolvimento.

Mas o maior poder aquisitivo do Brasil, em moedas estrangeiras, foi em larga proporção aplicado em atividades reprodutivas, que hoje dão frutos. Houve desperdício, não há dúvida, mas de pequena monta, relativamente.

O importante é que, nesse período de cerca de 25 anos, verificou-se um aumento espantoso nas indústrias de base do país.

Esse é o ponto essencial da questão: o saber-se se aplicamos produtivamente as disponibilidades oriundas do surto de nossas exportações. Só assim se chegará a uma conclusão razoável. O progresso, enriquecimento ou o empobrecimento de uma empresa, tal como os de um país, não se aferem pela apreciação isolada do passivo. Há que compará-lo com o ativo.

Ora, um estudo comparativo dessa natureza leva-nos a conclusões extremamente animadoras, que em nada justificam o pessimismo ou o derrotismo que se observam hoje, não só, infelizmente, em parte da imprensa e do público, mas mesmo nas altas esferas do Governo.

Eis alguns exemplos do crescimento vertiginoso da produção industrial de base no Brasil, entre 1930 e 1954: 1930 — ferro gusa, 35.305 toneladas, 1954 — 1.089.889; 1930 — aço, 20.985 toneladas, 1954 — 1.171.893; 1930 — laminados,

20.716 toneladas, 1954 — 972.446; 1930 — carvão, 385.00 toneladas, 1954 — 2.019.000; 1930, cimento, 87.160 toneladas, 1954 — 2.405.625; 1930 — energia elétrica — potência instalada — HP, Light, 474.576, 1950 — 1.995.812; 1930 — idem tódas as empresas, 10.044.373, 1954 — 3.762.212; 1930 — produção de energia quilowatts, Light, 875.051.000, 1954 — 6.996.264.000; 1930 — idem, tódas as empresas, 2.730.000.000 (valor calculado), 1954 — 12.500.000.000 (valor calculado pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica); 1930 — valor da produção industrial, Cr\$ 5.907,00, 1954, 160.000.000 (dados provisórios do Conselho Nacional de Estatística).

De outro lado, a produção agrícola aumentou apreciavelmente, como se pode ver pelos números seguintes: 1930 — 34.404, com 1.025kg per capita; 1940 — 47.494, com 1.152kg per capita; 1950 — 66.066, com 1.272kg per capita e 1953 — 73.432, com 1.315kg per capita.

Figuram nessa relação apenas alguns exemplos do aumento prodigioso da capacidade produtiva industrial do país, o que veio libertá-lo, em grande parte, de suprimentos do exterior, e trazer-lhe enorme economia de divisas.

Se o Brasil não tivesse realizado esse esforço, teria que comprar anualmente no exterior (além do que ainda ali adquire), um milhão de toneladas de aço, mais de 2 milhões de toneladas de cimento, 2 milhões de toneladas de carvão, equivalente a muitos bilhões de cruzeiros.

Só a produção nacional de ferro gusa em 1954, alcançou o alto valor de quase 2 bilhões de cruzeiros, e a de cimento de mais de 2 bilhões e 500 milhões.

Considerem-se essas cifras, e mais, que além dessas realizações, montaram-se refinarias de petróleo, moinhos de trigo, inúmeras fábricas em todo o país, e chegar-se-á à conclusão de que o crescimento do parque industrial brasileiro, de sua capacidade de produção, e por-

tanto de economia de divisas, não se processou à custa de novas dívidas, mas sim com os recursos proporcionados por suas exportações, os quais foram por esta forma capitalizados. Quanto custaram, com efeito, quanto valem hoje, e quanto produzem as máquinas e as indústrias, os bens de produção, em suma, que adquirimos nesses 24 anos?

É pois uma tolice ou uma mal-dade, obra, no último caso, de baixa demagogia ou alucinado anarquismo, apresentar à opinião, como prova de insolvência e ruína do país, a cifra de 2 bilhões de dólares de suas responsabilidades em moedas estrangeiras. No total dessa cifra estão incluídos compromissos importantes, a médio e longo prazo, que podem perfeitamente ser honrados com os recursos normais de nossas exportações. Um país que exportou num só ano, em 1954, mais de um bilhão e 500 milhões de dólares, pode perfeitamente suportar, sem receio e sem desequilíbrio ou sacrifício, o serviço de amortização e juros de um passivo de 2 bilhões. Para isto, entretanto, é indispensável que o Governo dê o exemplo de coragem, fé e confiança nos destinos do país, e de provas palpáveis de ação, iniciativa, imaginação e trabalho. É indispensável que se substitua o clima de pessimismo e derrotismo por ele mesmo criado e mantido, juntamente com grande parte da imprensa, por um ambiente de sadio otimismo, que resultaria de realizações fecundas, de programas construtivos, de ordenação das finanças públicas, de combate à inflação.

A nenhum resultado chegaremos, entretanto, e a situação piorará perigosamente, se em lugar disto cruzarmos os braços, numa apatia mortal, entregando-nos aos azares da política do "laissez faire, laissez aller", abandonando a defesa do principal dos nossos produtos de exportação, o café, entregando-o à sua própria sorte, e até acenando aos compradores, em nota oficial, com perspectivas de baixa de preços.

Não será com efeito, por meio de uma série de medidas baixistas que

se reporá confiança nos mercados, estimulando a exportação e carregando para o país as divisas de que ele tanto precisa".

"Isto, quanto ao café — continuou o ex-presidente do Banco do Brasil — o que vale dizer, quanto à maior receita de "divisas". Mas, nem só de café vive o Brasil, e nem só pelo aumento de sua receita de exportação se conseguirá o equilíbrio de nossa balança de contas. Há onde cortar, e fundo, nas nossas despesas em dólares. E neste campo, o de ação mais fácil, rápida e promissora, é o dos combustíveis líquidos, o das importações de petróleo e derivados.

A este propósito, e analisando fria e objetivamente a questão, cabe dizer o seguinte: O Brasil gasta anualmente mais ou menos 270 milhões de dólares, no pagamento de petróleo e derivados.

O funcionamento de refinarias nacionais já consegue apreciável economia de dólares, da ordem talvez de 30 a 40 milhões anualmente.

Esta economia poderia ser elevada ao dôbro, se aumentássemos a capacidade das refinarias, as quais atendem apenas a 50% de nossas necessidades. De outra parte, fácil é demonstrar que grande poupança se pode conseguir com a nacionalização dos fretes, de petroleiros, que consomem quantidades incríveis de divisas.

Tudo isto, sem falar na produção propriamente dita do petróleo, que não conseguimos ainda, em escala apreciável, porque perdemos anos e anos em discussões intermináveis, com um desperdício enorme de palavras e um mínimo de ação.

Alega-se que não agimos porque não temos recursos, quer em cruzeiros, quer em "divisas". Não é verdade. A Petrobrás dispõe de avultado crédito em conta corrente no Banco do Brasil, e já foi demonstrado que, mediante utilização de parte apenas (150 milhões de dólares) do ouro de que podemos dispor, porque livre e de propriedade do Tesouro Nacional, seria possível imprimir vigoroso impulso aos trabalhos de pesquisa, à duplicação da capacidade de nossas refinarias, e

à nacionalização dos fretes de petróleo. Se o Governo não resolve o problema, não é pois por falta de recursos ou mesmo de técnicos porque, dispendo de recursos pode, *ipso facto*, contratar os técnicos que precisar. É que, neste setor, como no do café, o que falta, na realidade, é disposição, energia, iniciativa, planejamento, sobrando, infelizmente, apatia, burocracia, inércia e disciplina.

Parece demonstrado que, atacando vigorosamente esses dois únicos setores de nosso comércio com o exterior, é possível manter e mesmo aumentar a nossa receita de cambiais, de um lado, e reduzir a despesa, consideravelmente, do outro, retornando o país a uma situação de equilíbrio e prosperidade. A "crise" da economia brasileira não é portanto grave e insolúvel, e o país, econômicamente, não está à beira do abismo.

Após essas breves considerações, respondo ao questionário da Confederação Nacional do Comércio:

1) Não julgo procedente a afirma-

ção segundo a qual o Brasil jamais enfrentou situação de tamanha gravidade quanto aos problemas de ordem econômico-financeira como a que ora atravessa. 2) Não é verdade que o país empobrece sempre mais. Ao contrário, tem enriquecido. 3) Acredito na existência de uma crise de confiança nos atos do Governo, que se manifesta tanto no âmbito nacional como no exterior. 4) Não é verdade que exportamos cada vez menos, como se comprova com os seguintes dados: Exportação — unidades — 1.000 toneladas — 1930, 2.274; 1940, 3.237; 1950, 3.819; 1954, 4.289. Exportação US\$ 1.000.000 — 1930, 314; 1940, 351; 1950, 1.331; 1954, 1.562. 5) Vivemos dentro de um círculo vicioso. A instabilidade econômica e financeira se reflete perigosamente nos fenômenos políticos nacionais e estes, por sua vez, agravam a situação econômico-financeira nacional. 6) Sim. Há, como parece demonstrado, uma segura política econômico-financeira a ser adotada com possibilidade de êxito, na atual emergência."

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

O ESPÍRITO DE GENEbra

“... deve inspirar a reparação de injustiças, reconhecer os direitos humanos e por fim à subversão organizada em escala mundial.”

Trechos do discurso pronunciado pelo Presidente DWIGHT D. EISENHOWER na convenção anual da Ordem dos Advogados, realizada na cidade de Filadélfia.

A absoluta sinceridade com que os Estados Unidos compareceram a Genebra, para a Conferência dos Quatro Grandes, renovou com vigor as esperanças mundiais de soluções pacíficas para os problemas que têm causado a desagradável tensão internacional dos últimos anos. Tais esperanças, porém poderiam levar o mundo ocidental a um otimismo exagerado, capaz de transformar-se em inadvertência perigosa. Procurando prevenir esse possível inconveniente, o Presidente Dwight D. Eisenhower, no discurso em que pronunciou na recente Convenção Anual da Ordem dos Advogados, em Filadélfia, na qual se celebrou o bi-centenário de John Marshall, grande vulto da história norte-americana, definiu a verdadeira posição a ser tomada pelas nações que realmente desejam um futuro de paz e segurança para o mundo.

Seguem-se trechos do discurso em que Eisenhower adota esta posição:

“O fato central da vida de hoje é a existência no mundo, de duas grandes filosofias sobre o homem e o Estado. Ambas disputam a aceitação, a lealdade e o apoio dos povos de todo o mundo.”

“De um lado, está a nossa nação, que se alinha com os que procuram a satisfação dos anseios humanos por meio de um governo regido por leis que emanam dos homens. Essas leis têm raízes na moral que reflete a fé religiosa na qual o homem foi criado à imagem de Deus, sendo a energia do indivíduo livre a força dinâmica principal nas atividades humanas”.

“Do outro lado, estão os que creem e muitos com sinceridade, que os anseios humanos só podem ser satisfeitos por um governo de homens que governem por decretos. E seus decretos baseiam-se numa ideologia que ignora a fé na existência espiritual do homem; que faz do estado todo poderoso a fonte principal do adiantamento e do progresso.”

“O caso de várias importantes nações de ambos os campos está diante do tribunal da opinião pública mundial. Tanto umas quanto outras afirmam que procuram, acima de tudo, uma paz duradoura. Todas reclamam para si um profundo interesse pela humanidade. Mas o julgamento final, e este poderá levar ainda vários anos, dependerá tanto da marcha do progresso humano dentro de suas próprias fronteiras, e de sua capacidade para auxiliar o progresso dos outros, quanto da tranquilidade de suas relações com as nações estrangeiras.”

“A humanidade quer a paz porque seus frutos são muitos e fecundos, particularmente nesta era atômica; a guerra significaria a extinção de profundas esperanças do homem e a guerra atômica poderia ser suicídio da raça humana.”

“O mundo está em movimento, e nêle se agitam povos que acabam de despertar. Às centenas de milhões, elas marcham em busca de oportunidade de poder trabalhar,

crescer e prosperar, de demonstrar fé em si mesmos, de satisfazer suas aspirações de mente e de espírito. Esta marcha não deve e não pode ser interrompida."

"Estas centenas de milhões contribuem para formar o juri que deverá decidir do caso entre as potências competidoras do mundo."

"O sistema, ou grupo de sistemas, que de forma mais eficiente ponha suas forças a serviço da paz, e mostre sua capacidade de promover o bem-estar e a felicidade individual, será o escolhido e contará com a amizade leal desses povos."

"Os Estados Unidos precisam, agora, em sua cruzada pela paz mundial, exercer as qualidades de John Marshall. A paz e a segurança para todos pode ser conseguida — para os amedrontados, para os oprimidos, para os fracos e para os fortes. Mas só a conseguiremos se nos nossos princípios, nas grandes questões, com o fervor de Marshall, com o entusiasmo de cruzados."

"Não devemos pensar na paz como condição estática das relações internacionais. Esta não é uma paz verdadeira e nenhuma paz pode ser preservada desta maneira. As modificações constituem a lei da própria vida, e se não são feitas de maneira pacífica, certamente passam a ser feitas de maneira violenta."

"Temos vivido em tranquilidade doméstica em nosso país, graças, em grande parte, a capacidade de realizarmos modificações pacificamente. A única exceção registrada, foi quando a necessidade de mudança no sentido de atender a novos conceitos humanos encontrou resistência indevidamente."

"Os fundadores de nossa Pátria dificilmente reconheceriam, na Nação de hoje, a que eles tiveram intenção de fundar. Mas as modificações registradas foram sempre feitas de maneira pacífica e cuidadosamente selecionadas, e sempre de acordo com os princípios documentados pelos nossos fundadores. Graças a isto, nos foi possível conservar as boas coisas que herdamos do passado, ao mesmo tempo

que procuramos ajustar aos nossos objetivos ideais sempre mais altos."

"Desta maneira, temos nos mantido nas fileiras dos que respeitam a dignidade humana; dos que produzem cada vez mais, e dos que dividem com justiça o fruto de seu trabalho. Esta é a espécie de paz que buscamos. Nossa programa deve ser dinâmico, no que se refere ao futuro, aplicando-se aos problemas internacionais de nosso tempo, com a Constituição, com as interpretações de Marshall, com a flexibilidade eficiente na promoção da justiça, da liberdade e da força nacional dos Estados Unidos."

"Este é o espírito com que a delegação norte-americana foi a Genebra. Sustentamos, na ocasião, e continuaremos sempre a sustentar, que não pode haver uma paz verdadeira que implique na aceitação do *status quo* e no qual encontramos injustiças contra muitas nações, repressão de seres humanos em proporções gigantescas e muitos esforços construtivos paralisados pelo temor."

"O espírito da Conferência de Genebra, para proporcionar uma atmosfera favorável à obtenção da paz, deve ser genuino ao invés de falso, deve inspirar a reparação de injustiças, reconhecer os direitos humanos e pôr um fim à subversão organizada em escala mundial. Se este espírito será preservado, juntamente com a inteligência e compreensão do homem, só o futuro dirá. Mas uma coisa é certa. O espírito e objetivos que visamos, jamais poderão ser obtidos por meio da violência ou quando homens e nações confrontam-se com os corações carregados de ódio e de medo."

"Em Genebra, procuramos estabelecer este espírito. Genebra significa para a América, não estagnação mas oportunidade. Oportunidade para nosso povo, e todos os demais, para realizarem suas próprias aspirações."

"A ansiedade de evitar a guerra, por si só poderia produzir acordos diretos e implícitos, perpetuando para o futuro as injustiças e os er-

ros presentes. Não devemos participar destes falsos acordos. Assim, ultrajariamoss nossas próprias consciências.

Aos olhos dos que sofrem as injustiças, apareceríamos como cúmplices dos opressores. No julgamento da História, teríamos vendido a liberdade dos homens pelo prato de lentilhas de uma falsa paz além de que, estariam criando futuros conflitos."

"A divisão da Alemanha não pode ser apoiada em nenhum argumento de linguagem ou raças."

"A dominação sobre países avassalados não pode justificar-se por meio da alegação de propósitos de segurança."

"Uma maquinária política internacional, que funciona dentro das fronteiras de nações soberanas, com o objetivo de criar a subversão ideológica ou política, não pode explicar-se como um movimento cultural."

"Muito provavelmente, a causa destas violações, e outras similares, contra os direitos dos homens e das nações, é um conjunto de receios e medos. Isto é uma explicação, mas não pode ser desculpa. Fazendo justiça aos outros, como a nós mesmos, nunca poderemos aceitar estes erros como parte da paz que desejamos e buscamos."

"Devemos ser firmes, mas amistosos. Devemos ser tolerantes, mas não complacentes. Devemos procurar entender os pontos de vista de outros, quando apresentados com honestidade. Mas nunca devemos concordar com a injustiça contra os fracos, contra os infortunados, contra os que não possuem recur-

sos, porque bem sabemos que se aceitarmos a destruição do princípio de justiça igual para todos, deixaremos de ter o direito de reclamar justiça para nós mesmo."

"A paz que desejamos, produto do entendimento, do acordo e da lei entre as nações, é um ambiente internacional permanente, baseado na justiça e na segurança, que reflete interesses generosos. Além do mais, fomentará a concentração da energia humana, individual e organizada, para adiantar os meios de vida de todas as nações no interesse material, intelectual e espiritual da humanidade."

"Poderemos obter esta paz? Creio que sim. Por vezes poderá parecer que não hajam esperanças, pois o objetivo parecerá fora do alcance da capacidade humana. Mas, por acaso, qualquer grande empreendimento da História jamais teve início com todas as garantias de sucesso? Nossa própria vida como República é um exemplo. Durante uma geração inteira houve a impressão que os Estados Unidos da América eram uma organização política artificial, e como tal, não poderia subsistir. Mas a República sobreviveu seus anos mais perigosos, os anos experimentais, graças aos divididos esforços individuais, e não porque seu êxito já estivesse assegurado e seu caminho sem obstáculos.

"Nossa defesa da paz, baseada na justiça, é tão sólida quanto a defesa que John Marshall fez da Constituição e da Nação. E teremos êxito, se apresentarmo-nos ao Tribunal da opinião pública mundial com a mesma coragem e convicção com que ele cumpriu a sua missão."



..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA
VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS A
APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES :

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis, Toca-discos, Bicicletas, Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras, Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Panelas de pressão, Baterias de alumínio, Faqueiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos de malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença de um vendedor.

Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-9333

A CULTURA DO OFICIAL DO EXÉRCITO

Cel. Prof. ANTONIO LINHARES DE PAIVA.

"Quem mais sabe, melhor comanda".

Em tõda coletividade, existem, sempre, doutrinas e conceitos divergentes, alguns opostos, sôbre um determinado tema.

No Exército, um dos pontos mais discutido, é a questão dos assuntos que constituem o Ensino Fundamental ou Teórico da Academia Militar das Agulhas Negras; arcabouço da Cultura do oficial, considerado básico e indispensável a todos os conhecimentos necessários aos diferentes postos da sua carreira, para o integral desempenho das árduas, diversas e complexas funções.

Chamados Académicos ou Teóricos, os que defendem a atual situação e batem-se pelo acréscimo de novas matérias, como Geografia Econômica, Psicologia e outras; apresentando como argumento indiscutível a excelente superioridade intelectual do Oficial Brasileiro, a qual possibilitou uma rápida atuação na guerra, demonstrada nos campos de batalha da Itália. O nosso Ensino Teórico, ainda fica muito a desejar comparado com as demais Academias Militares, West Point, Saint-Cyr, as quais formam, inicialmente um Acadêmico, para depois formar o Oficial.

Em contraposição, os Utilitários ou Práticos, asseguram a inutilidade do Ensino Teórico, nos padrões estabelecidos; alvitram uma redução ou eliminação de matérias, restringindo êstes conhecimentos, sómente, aos de aplicação imediata, e como argumento, alegam que é possível atingir os mais altos postos, sem nunca ter necessidade de determinar a interseção de dois sólidos, ou mesmo simplesmente, traçar uma elipse ou derivar uma equação.

Então, o tempo destinado ao es-tudo desses assuntos, deveria ser empregado, em manobras, emprêgo da arma, tiro, etc.; ainda alegam que muitos elementos eliminados da carreira militar pelo Ensino Teórico, revelam-se ótimos na prática, e certamente, seriam excelentes oficiais. Enquanto outros, destacados na teoria, mostram-se deficientes na prática, que será o seu maior desempenho no futuro oficialato.

Então paira a seguinte pergunta: Quem está com a razão? Os Académicos ou os Utilitários?

Antes de mostrar a razão de ser do Ensino Teórico, estudemos o seguinte exemplo: Foi eleito Presidente de um Aero Clube, um oficial do Exército, que nunca tinha visto, de perto, um avião Teco-Teco. Aceitou o cargo, talvez para pôr em prova sua capacidade, pois o clube estava virtualmente sem atividades. No fim de um ano, naturalmente, estudando os regulamentos, leis e manuais técnicos, dirigia tõda administração e a parte essencialmente técnica de vôo; construía hangar; apresentava sugestões sôbre o melhor funcionamento dessas entidades; organizava planos para Oficinas de Recuperação; e, muitas vezes, superava os mais antigos conhecedores do assunto, com soluções técnicas, introduzindo regras, até então desconhecidas; finalmente, publicou livros com os pontos básicos do ensino do Piloto Privado (Motreologia, Aerodinâmica, Pilotagem, Manutenção, Navegação, etc.).

Por que foi possível, a um elemento, desconhecedor, completamente, daquela especialidade, atingir o nível dos técnicos, e depois superá-lo?

Tal acontecimento só foi possível com a Transferência de Aprendizagem, isto é, tudo que sabia de outras matérias, transferia para aquele setor, e muitas vezes, sómente o método.

Consta de um artigo do Prof. Antonio Gomes Penna, intitulado "A Importância da Psicologia da Aprendizagem", o seguinte argumento decisivo: "Quem pela primeira vez afirmou que, em certas condições, a aprendizagem de novas experiências é beneficiada pelos conhecimentos anteriormente adquiridos, foi Platão. Segundo esse filósofo, o estudo de disciplinas tais como a Aritmética, a Astronomia e a Música proporcionaria uma considerável ampliação da capacidade reflexiva, dispondo o ser humano a um aprendizado mais rápido e mais fácil de outros conhecimentos. Essa doutrina, conhecida sob o nome de "Disciplina Formal", foi rejeitada pelos romanos que preferiam o aprendizado específico. Coube a Locke esboçar uma conciliação entre o ponto de vista grego e a tese sustentada pelos romanos, quando afirmou ser o desenvolvimento mental efetivamente favorecido pelos aprendizados intelectuais anteriores, mas não terem valor as experiências práticas em relação às habilidades motoras.

Daí em diante, sob a denominação de transferência, procuram os psicólogos medir até que ponto a formação de hábitos novos (ou desempenho de novas missões), estaria beneficiada pelas reações anteriormente incorporadas. Assim é que se pesquisaram transferências, nos processos motores, nos processos mentais, nos métodos e técnicos, nos ideais e atitudes e em relação a todas as disciplinas escolares. Apesar das divergências, constatou-se o seguinte, segundo Paul Guillaume: "pouca ou nenhuma transferência

nos atos de simples discriminação perceptiva, nos movimentos simples dos quais toda a inteligência foi eliminada e onde se trata principalmente de aumentar a velocidade, operando-se com determinado material... Contrariamente, se observa transferência positiva em tarefas complexas no caso em que a segunda diferindo da primeira se lhe assemelha a certos respeitos, quando tem com esta, comunidade geral de estrutura.

Nos casos típicos de transferência os hábitos novos são facilitados pelos anteriores, enquanto que nas provas de transposição um hábito previamente fixado produz, sem exercícios de preparação, imediata adaptação ao novo problema.

A propósito da natureza dos fenômenos em estudo foram elaboradas duas teorias: a de Thorndike e a de Judd. Na primeira, concebe-se que a transferência sómente ocorre quando há elementos idênticos entre os hábitos novos e os hábitos antigos. Quanto à teoria de Judd e denominada de teoria da generalização, tem ela por fundamento a aceitação da tese de que as funções mentais são estreitamente ligadas e interdependentes, decorrente disso que todo treinamento de uma função, necessariamente beneficiará as demais.

Segundo Robert A. Davis, a oposição entre as teorias é mais aparente do que real."

O oficial é mais mandante que executante, nesta última situação, realmente, pouca ou nenhuma transferência existe, um bom atirador pode ter pouca aptidão física; mas, na primeira, sómente, com a transferência e transposição de todos os seus conhecimentos, isto é, de sua cultura; ele poderá mandar, e COMANDAR todas as árduas e complexas missões com sucesso imprescindível à coletividade.

AS DUAS BATALHAS DE GUARARAPES

Novo livro do General LOBATO FILHO, um dos nossos mais conceituados escritores de história militar.

"As Duas Batalhas de Guararapes" representam a reedição de um trabalho publicado pelo General Lobato Filho na revista "Fronteiras", por iniciativa do seu então Diretor, Sr. Manuel Lubambo. O estudo encontra, agora, em volume novo, melhores perspectivas de divulgação, e isso é justo, pois que o trabalho do ilustre militar é, no dizer do Sr. João Duarte Filho, "definitivo e categórico". "Guararapes — diz este distinto intelectual — representa o grande centro de interesse do nacionalismo brasileiro e, para o estudo dos recontros que ali se travaram, o General Lobato Filho levou a sua grande competência de estrategista e estudioso da nossa história militar". Iniciando o trabalho, o autor lembra haver batalhas que decidem da sorte dos exércitos e, até, do destino dos povos: são por isso mesmo, designadas *batalhas decisivas*. Tal é a segunda batalha de Guararapes, pois que a vitória das forças luso-brasileiras, naquele pedaço de terra pernambucana, assinalou o fim do domínio holandês no norte do Brasil. Antes de entrar no estudo técnico das duas batalhas famosas, o General Lobato Filho traça-nos, com mão de mestre, um *quadro histórico* da situação que as antecedeu. O Brasil, descoberto havia menos de um século, começou a atrair, pelas suas riquezas, a atenção dos comerciantes holandeses e aventureiros de várias castas. O próprio governo holandês estimulou seus mercadores a conquistarem as regiões do norte em que dominaram por vários anos. Organizou-se, para isso, a Companhia das Índias Orientais. Esta, como sua irmã das Índias Ocidentais não era um

órgãos oficial: apenas, uma entidade do comércio. O governo da Holanda dava-lhe, todavia, forte apoio, pondo à sua disposição náus de guerra, tropa militar com seus quadros de oficiais, equipamento, etc. A Companhia podia construir fortificações e tinha poder para firmar tratados com os governos das regiões onde agisse. A primeira investida da Companhia das Índias Ocidentais deu-se em 8 de março de 1624, quando uma esquadra, com 500 bôcas de fogo e 1.600 homens de desembarque, surgiu, de repente, na Bahia, então sede do governo da Colônia. O governo local entregou a cidade quase sem resistência, tendo a população fugido para o interior. Em abril do mesmo ano, a população baiana, apoiada por uma esquadra espanhola de 52 navios e por uma tropa de 12.000 homens, expulsou os invasores — terminando assim, em malôgro a primeira invasão holandesa em nosso país. Em fevereiro de 1630 outra frota da Companhia das Índias Ocidentais, composta de mais de cinqüenta navios de guerra e uma força de desembarque de cerca de 4.000 homens, apresentou-se em frente a Olinda. Sem embargo da heróica resistência do governador Matias de Albuquerque, os invasores lograram desembarcar em vários pontos da costa, tendo ocupado, a seguir, Olinda e Recife. Matias de Albuquerque retirou-se rumo do interior, tendo organizado, na margem esquerda do rio Capibe-ribe, mais ou menos a uma légua de Olinda, um reduto que se chamou *Arraial de Bom Jesus*, o qual resistiu aos invasores por cerca de 5 anos. Foi, então, que a Companhia das Índias Ocidentais, no in-

tuito de consolidar seu domínio naquela parte do Brasil, mandou para ali o Príncipe Maurício de Nassau, homem de altas qualidades de administrador e artista, o qual veio com os títulos de Governador Geral e Comandante das Forças de Terra e Mar. Maurício de Nassau chegou a Recife em janeiro de 1637; em 1640, Portugal recobrou sua independência, libertando-se do jugo de Castela. A fim de resolver as numerosas questões que lhes embaraçavam os movimentos, Portugal e Holanda acertaram uma trégua de 10 anos, trégua que foi sendo lentamente rompida pela Holanda, tendo o próprio Príncipe Maurício invadido o Ceará e o Maranhão. A saída dêste para a Holanda precipitou os acontecimentos, tendo dado aso que os patriotas de novo pegassem em armas. As figuras principais da insurreição eram Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão e Fernandes Vieira, sendo os primeiros, brasileiros, e este último, português de nascimento. Portugal, a princípio indeciso, acabou por apoiar veladamente o movimento através de João Fernandes Vieira. Em junho de 1645 os insurgentes deram nova organização ao *Arraial Novo do Bom Jesus*, que deveria enriquecer as tradições heróicas do primitivo Arraial de Matias de Albuquerque. Em agosto do mesmo ano, feriu-se a batalha das *Tabocas*, em que foram derrotadas as forças holandesas do Coronel Hans com o efetivo de 1.500 homens. Em julho de 1646, desembarcou no Recife o General Sigismundo Van Cckopp que trazia muitos recursos e cerca de 2.000 homens. Desse chefe batava disse Rocha Pombo, citado pelo autor: "Chegou Van Cckopp com grande presunção e arrogância, mostrando-se até rude demais com seus compatriotas, dizendo que muito se admirava de como uns quantos moradores, mal disciplinados e estranhos às coisas da guerra (por não terem nunca sido soldados) os tivessem assim oprimido e pôsto em cerco...".

"Em fevereiro de 1647, Portugal resolveu, apesar de seu natural receio de entrar em atrito com a Holanda, nomear comandante das forças luso-brasileiras em Pernambuco ao Mestre-de-Campo Francisco Barreto de Meneses — o que caracteriza a adesão do reino à causa dos patriotas pernambucanos. O General Barreto de Meneses foi aprisionado pelos holandeses, mas, tendo conseguido fugir da prisão assumiu em 23 de janeiro de 1648, o comando das forças luso-brasileiras. Enquanto isso os holandeses sitiados recebiam grandes recursos, em dinheiro, víveres e tropas, trazidos por uma esquadra.

A seguir, o autor descreve-nos o sítio em que se feriram as duas batalhas de Guararapes. Com 2.600 homens, o General Barreto de Meneses transpôs os outeiros daquele nome e fez alto na "baixa dêles". Quando Van Schkopp, ao avançar pela manhã encontrou resistência na entrada do desfiladeiro, ordenou aos Coronéis Helts e Hans que o contornassem. Isso deveria ter sido feito pela lombada onde se acha a igreja — e isso era já, a batalha. Tudo indica — afirma o General Lobato Filho — que a primeira batalha de Guararapes foi travada no desfiladeiro e na lombada em cujo cimo está a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. A tropa luso-brasileira, composta de 2.600 homens, estava organizada em quatro têrcos, comandados pelos Mestres de Campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, e Capitão Henrique Dias e Felipe Camarão. Quanto à cavalaria, que dispunha, apenas de 100 homens armados, estava sob o comando do Capitão Antônio Silva.

Ambas as batalhas, famosas e decisivas, são descritas técnicamente pelo ilustre autor dêste trabalho. Sua reconstituição faz-se segundo os modernos recursos da técnica militar — e representa um depoimento frio, mas expressivo, ao heroísmo com que ali se houveram as forças brasileiras e lusitanas.



DIVERSOS

ATIVIDADES DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

COMISSÃO CONSTRUTORA DO NORDESTE

O Exmo. Sr. General Octacílio Terra Ururahy, Diretor de Engenharia do Exército, realizou recentemente uma viagem de inspeção às unidades e estabelecimentos sediados no território da Zona Militar Norte, com a finalidade de verificar a situação e necessidades dos mesmos no tocante aos suprimentos de material daquela Diretoria provedora e à aplicação e manutenção do vultoso equipamento da moderna engenharia de construção e de combate.

S. Excel. voltou agradavelmente impressionado não só com o cuidado dispensado ao material de engenharia nas unidades e estabelecimentos inspecionados, mas, especialmente com a demonstração da eficiência do 1º Grupamento de Engenharia do Nordeste e das unidades que o constituem — 1º Batalhão Rodoviário em Caicó (RN), 3º Batalhão Ferroviário em Campinas (PB) e 4º Batalhão Ferroviário em Crateús (CE).

É com satisfação que transcrevemos para conhecimento dos nossos

leitores, alguns informes sobre as atividades do 1º Grupamento de Engenharia que assumiu os encargos afetos aos Distritos de Construção dos DNOCS e DNEF no Nordeste e tem dado andamento aos mesmos, sem solução de continuidade.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O advento da República brasileira proporcionou a adoção de novas fórmulas para resolver velhos problemas; entre elas, o emprêgo de Unidades de Engenharia militar em trabalhos de interesse nacional, como sejam os de construção de linhas telegráficas, ferrovias e rodovias.

De sobro é conhecida a epopéia da Comissão Rondon, pugilo de indômitos bandeirantes do século XX, que deixando o conforto das cidades e o aconchego dos lares, embrenharam-se pelos sertões desconhecidos e incertos, a fim de tornar o Brasil menor e mais unido pelas mensagens de fraternidade e de interesse recíproco.

Seguindo-lhe as pégadas, não lhes desmereceram a dedicação, o entusiasmo e a eficiência, os que se empenharam em sulcar o território pátrio com as ferrovias e rodovias, que têm reforçado e ampliado aquele intercâmbio indispensável à unidade nacional e ao progresso do país.

Assim é que, especialmente no Sul do Brasil, Unidades de Engenharia têm trabalhado com afinco e produtividade, assegurando não sómente a ligação rodoviária Rio-Pôrto Alegre, que por si só consagraria sua atuação, mas também construindo importantes ferrovias indispensáveis ao transporte e ao suprimento de nossas tropas em caso de emergência na região lindreira.

O êxito de suas atividades estimularam o Governo Federal a concentrar 4 Batalhões, a partir de 1950, no Tronco Principal Sul (TPS), a fim de apressar sua conclusão, premente para a economia e a segurança do Sul do país.

Em visita a êsses trabalhos em 1951, o então Vice-Presidente da República impressionou-se vivamente com a atuação técnica e social da Engenharia Militar; tanto assim que, assumindo o cargo de Primeiro Magistrado, quiz reeditar no Nordeste a experiência sulina.

Foram assim criados, por decreto governamental de 19 de janeiro de 1955, os 1º Btl. Rv., 3º Btl. Fv. e 4º Btl. Fv., com sede respectivamente em Caicó (RN), Campina Grande (PB) e Crateus (CE), a fim de executar "serviços técnicos rôdo-ferroviários e de obras contra as secas".

Com o objetivo de coordenar a ação dessas Unidades, três meses após, a 27 de abril, foi criado o 1º Grupamento de Engenharia, com sede provisória em Campina Grande (PB).

De imediato, firmou o 1º Grupamento de Engenharia convênios com o DNOCS e o DNEF, regulando suas relações com êsses Departamentos e estabelecendo as obras que passariam à sua atribuição e as bases do rendimento.

Estavam assim lançados os alícerces da atuação da Engenharia

Militar brasileira no saliente nordestino, que muito espera de sua competência, de sua dedicação e do seu entusiasmo, para solver problemas cruciantes que têm desafiado o esforço dos seus filhos.

Os magníficos trabalhos que os Batalhões de Engenharia têm realizado em várias regiões do País, especialmente na construção da BR-2 e do Tronco Principal Sul (TPS), os credenciam para uma colaboração altamente eficiente no Nordeste.

Além de representar essa colaboração o auxílio de um corpo de engenheiros de grande capacidade técnica, significa ela a introdução na região de centros de educação e de formação de pessoal operário de grande habilitação, por que os Batalhões de Engenharia associam os seus trabalhos de campo à missão de formação militar e técnica de seu pessoal.

O que os batalhões rôdo-ferroviários empenhados no TPS têm realizado para formação de operários especializados, é de grande significação. Centenas de tratoristas, mecânicos e outros operários especializados são formados em regime de educação metódica e prática, que tende a desenvolver em toda a região do operariado.

Justificando a colaboração de unidades militares na região do Nordeste assim se expressa o Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas :

"Estas unidades militares localizadas nos sertões para cumprimento dessa missão poderiam ainda, dado o numeroso quadro de oficiais e graduados tecnicamente capazes de que dispõem, se encarregar das obras de engenharia a serem empreendidas nas regiões onde tiverem as suas sedes, contribuindo para preencher a falta de elementos técnicos com que lutam os departamentos para orientarem as obras que lhes são afetas. Assim, poderiam operar com este Departamento na execução do seu plano extensivo de fixação da população, abrindo estradas, perfurando poços, estudando e construindo açudes

em cooperação com os Estados e Municípios, colaborando ainda na fiscalização e construção, com a assistência técnica do Departamento, de grandes açudes e obras de irrigação.

Além das vantagens advindas para um maior rendimento na execução das obras dêste Ministério, a cooperação do Exército ainda apresenta outras dignas de destaque.

O ensino ministrado nos quartéis, abrangendo além da instrução militar, a de higiene, educação física, alfabetização e instrução moral e cívica, transformará o sertanejo em um cidadão consciente dos seus deveres para com a Pátria. Os cursos de especialistas e artífices formarão, uma parte ponderável dos operários especializados que o Nordeste vai necessitar para as indústrias que hão de surgir com a distribuição de energia gerada em Paulo Afonso. A par das diversas categorias de instrução dos programas de adestramento do soldado, poderá, também, em cooperação com o Serviço Agro-Industrial dêste Departamento, ser iniciada uma ação educativa visando preparar o homem para viver na zona seca ensinando-lhe os meios de defesa, de aproveitamento de recursos naturais e a técnica da lavoutra irrigada.

A estruturação orgânica do Batalhão com oficiais de administração, médicos e dentistas, permite a criação de um serviço de assistência social que, além de amparar os trabalhos e suas famílias, estenderá a sua ação às populações pobres da região.

O maior serviço, entretanto, que esses Batalhões poderão prestar, será por ocasião do flagelo das secas. Nos períodos normais estabelecerão os planos de emergência, construirão as hospedarias para emigrantes e armazenarão ferramentas. Nas crises climáticas orientarão os retirantes e lhes proporcionarão amparo por intermédio dos seus serviços de assistência social e sob a forma

de trabalho nas obras antecipadamente projetadas."

MISSÕES

Os convênios celebrados entre o 1º Grupamento de Engenharia, o DNOCS e DNEF, estabeleceram as seguintes missões ao Grupamento, que as repartiu pelas Unidades da maneira abaixo :

Obras rodoviárias (920km) :

1º Btl. Rv. :

Rodovia Pau dos Ferros-Alexandria-Catolé do Rocha-Patu-Brejo da Cruz ;

Rodovia Patos-Santa Luzia-Parelhas ;

Rodovia Jucurutu-Caicó-Patos ;

Rodovia Jardim do Seridó-Ouro Branco ;

Ponte sobre o Rio Seridó.

3º Btl. Fv. :

Ramal rodoviário de Picuí ;

Rodovia Estaca Zero-Taperoá.

4º Btl. Fv. :

Rodovia Central do Ceará.

Obras ferroviárias (940km) :

3º Btl. Fv. :

Regularização do leito, drenagem, assentamento de trilhos e conclusão dos edifícios entre Patos e a Ponte dos Oitis, na linha Campina Grande a Patos ;

Ligaçāo ferroviária Bananeiras-Picuí ;

Construção da ligação de Petrolina a um ponto conveniente da Rêde Cearense, passando por Salgueiro (Pernambuco).

4º Btl. Fv. :

Prolongamento ferroviário Piri-piri-Terezina ;

Ligaçāo ferroviária Campo Maior-Crateús-Piquete Carneiro.

Comando do Grupamento :

Estudo e construção do prolongamento ferroviário Oscar Nelson-Jucurutú, até um ponto conveniente da ligação ferroviária Campina Grande-Patos;

Estudo e projeto da ligação Petrolina-Salgueiro-Missão Velha;

Estudo e projeto da ligação Campo Maior-Crateús-Piquete Carneiro.

Obras Contra as Sêcas
(129.000.000m³) :

3º Btl. Fv. :

Açude Público Curimatã e rede de irrigação.

4º Btl. Fv. :

Obras de irrigação do Açude Público Várzea do Boi.

Comando do Grupamento :

Açude Público Marechal Dutra.

Encargos Eventuais :

Nos períodos de crise climática, serão atribuídas às Unidades Militares a assistência e o amparo às populações nas regiões onde realizam os seus trabalhos cabendo-lhes elaborar, com antecedência e em colaboração com o DNOCS, planos de emergência e propostas de medidas preparatórias julgadas necessárias para sua execução, como construção de hospedarias, depósitos de ferramentas, etc.

Para se desincumbirem dessas missões, as Unidades possuem zonas de trabalho delimitadas como se segue :

1º Btl. Rv. :

Patos — Seridó — Fronteira do Estado da Paraíba com o do Rio Grande do Norte até Cuité — Santa Cruz — Cerro Corá — Angicos — Açu — Carnaúbas — Patu — Martins — Pau dos Ferros — Luiz Gomes — Pombal — Patos. (A cidade de Natal pertencerá à zona de trabalho do 1º Btl. Rv., en-

quanto existir nesta cidade contingente desse Batalhão).

3º Btl. Fv. :

Patos — Seridó — Fronteira do Estado da Paraíba com o do Rio Grande do Norte até Cuité — Arauana — Bananeiras — Alagoinha — Ingá — Aroeiros — Alcantil — Sume — Teixeira — Patos. (Pertencerá à zona de trabalho do 3º Batalhão Ferroviário o trecho de Missão Velha (Estado do Ceará) Salgueiro — Petrolina (Estado de Pernambuco).

4º Btl. Fev. :

Terezina — José de Freitas — Piripiri — Pedro II — Nova Russa — Boa Viagem — Frade Janguaribe — Luna — Marruás — Tauá — São Miguel do Tapuio — Beneditinos — Terezina. (A cidade de Fortaleza, pertencerá à zona de trabalho do 4º Btl. Fv., enquanto existir nessa cidade, contingente do Batalhão).

As obras acima relacionadas além de interessarem de perto aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, possuem expressão verdadeiramente nacional, pois que beneficiam a várias Unidades federativas, ligando-as e aproximando-as de modo efetivo e definitivo.

Destacam-se de modo especial as ferrovias que não sómente darão continuidade à fragmentária rede nordestina, sulcando o "hinterland" árido e seco como também liga-la à rede sul do País, possibilitando a conexão Pôrto Alegre-São Luiz do Maranhão. A importância econômica e estratégica desta ligação foi evidenciada de modo sugestivo, e por vezes trágico, durante a última conflagração mundial.

MEIOS

A fim de cumprir sua missão o 1º Grupamento de Engenharia vem se organizando racional e aceleradamente, impulsionado pelo apoio integral do Governo Federal e pela vontade férrea que anima a todos

os seus componentes, de empregar todos os seus esforços para vencer, de lutar para triunfar.

Para o corrente exercício foram distribuídas verbas provenientes do DNOCS e DNEF que totalizam respectivamente, Cr\$ 49.600.000,00 e Cr\$ 114.300.000,00.

Dentro dos mais sãos princípios de probidade e austeridade estão essas verbas de vulto sendo aplicadas no afã principal de construir, de corresponder integralmente à confiança depositada no 1º Grupamento de Engenharia pelos poderes públicos e pelas populações interessadas. Com esse objetivo foram elaborados planos detalhados de emprêgo do numerário, contendo as previsões de despesa de pessoal e de aquisição de máquinas, equi-

pamentos, material de construção, etc.

A Revista "A Defesa Nacional" registrando as atividades do 1º Grupamento de Engenharia, congratula-se com o Comando, oficiais e praças das unidades constituintes, por mais esta oportunidade de mostrarem no que é capaz a moderna engenharia de construção, em perfeito entendimento e cooperação com os órgãos e entidades públicas, de modo a levar sua parcela de esforço e a sua decidida contribuição para resolver senão de vez, pelo menos minorar os prementes problemas da seca do Nordeste e da fixação do homem à terra que lhes deu o berço, vencendo a aridez do solo e a agressividade do meio e do clima.

- 1 — Economia planificada com sorteios...
... um plano de sucesso da
CIBRASIL
- 2 — O valor social dos títulos da
CIBRASIL
- 3 — Os títulos da
CIBRASIL
— e a economia planificada !

Todos os meses, automóveis, casas, apartamentos e milhares e milhares de cruzeiros, são sorteados entre os portadores dos títulos da Cibrasil, que, através de seus planos de economia planificada, vem enriquecendo grande número de famílias.

E, dadas as suas características de suavidade e curto prazo, os planos de economia da Cibrasil encontraram já a mais ampla aceitação entre a imensa classe dos militares, e, a cada novo mês, maior é o número de oficiais a se inscrever como compradores de títulos da Cibrasil.

Alguns cruzeiros depositados mensalmente, são a base das grandes fortunas do futuro, e sem prejudicar o reembolso total das economias, a Cibrasil oferece ainda a grande oportunidade de ganhar, sem maiores despesas, um automóvel, uma casa, um apartamento ou um prêmio contratual.

Faça como outros militares já estão fazendo ! Inscreva-se hoje para o próximo sorteio da Cibrasil — e assegure uma pequena fortuna em seu futuro.

CIBRASIL

AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 81-A — TEL. 22-4626 — RIO
RUA 15 DE NOVEMBRO, 2444º AND. — TEL. 33-3829 — S. PAULO

MINISTÉRIO DA GUERRA

Cousas Práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO
SERVIÇO DE REEMBOLSO
POSTAL DA SECÇÃO DE
PUBLICIDADE DE "A DE-
FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

O 180º ANIVERSÁRIO DO FORTE DE COIMBRA

*Alocução proferida pelo Comandante da 9ª RM,
Exmo Sr. General FERNANDO DO NAS-
CIMENTO FERNANDES TÁVORA.*

À guisa de introito desta alocução, vamos repetir as palavras oraculares do insigne Alexandre Herculano, sobre o culto das tradições:

— “A falta de amor às velhas coisas da Pátria é indício certo da morte da nacionalidade e, por consequência, do estado decadente e da última ruína de qualquer povo”.

* * *

1. Estamos aqui reunidos, e, sobretudo irmados, para celebrar o 180º aniversário do primeiro estabelecimento de sta Fortificação, chantado aos 13 de setembro de 1775, nesta mesma paragem e a 130 m à jusante do atual Forte. Era uma Estacada — Presídio, segundo o estilo e a designação coetânea.

2. Parece-nos oportuno repetir aqui e neste instante — as máximas com que iniciamos e encerramos a palestra de 10 de março transato, na sede regional, — sobre o escorço histórico de Mato Grosso, que é a jurisdição territorial da 9ª Região Militar: Ei-las:

Primeira — Duzentos anos, término médio, separam as feitorias do Brasil marítimo, das fundações matogrossenses. Ter isto sempre presente no cotejo das realizações do leste do descobrimento, com as do oeste da conquista;

Segunda — Nossos antepassados não nos legaram nenhuma cidade de ouro, nem sequer muito ouro nas cidades. Mas, por sobre o sonho avito e iluso do “El Dorado”, em que consumiram as energias de tan-

tas gerações e consumaram um Império, recebemos o sudário imenso e inestimável do território matogrossense.

3. Senhores: Coimbra é um dos pontos cardiais da rosa dos ventos de nosso determinismo histórico, uma das mecas do civismo e do valor de nossa gente. Foi uma sorte e “sorte grande” haver encontrado, por meado deste século, o seu Profeta — S. Excia. o General Silveira de Mello — historiografo do Forte, apóstolo de sua Padroeira e vexilário de seu Nume tutelar; conforme demonstramos e proclamamos na Alocução de 9 de dezembro de 1954, aqui proferida na ocasião da entrega da Urna funerária do Coronel Ricardo Franco, à sua tebaida de sacrifícios e de glórias.

4. A vista e guardando, qual sentinelha perdida e pervaígil — o famoso “Estreito de São Francisco Xavier”, no curso médio do Rio Paraguai, — a Fortificação coimbrã foi chantada à margem direita desse caminho d’água, que dois povos civilizados e duas nações autóctones, encheram de lutas e luto por mais de duzentos anos... Suas coordenadas geográficas são 9º 55' de Latitude (S) e 32º 2' de Longitude (W), segundo uma Planta do tempo, existente no Arquivo Militar; a qual foi reproduzida pelo General Mello no seu livro “Cel. Ricardo Franco”, cujo biografado plausivelmente terá sido seu autor.

5. Citamos as determinantes astronómicas do propugnáculo coimbrense — observadas e anotadas, supomos, por seu insigne arquiteto, construtor e primeiro Co-

mandante, — depois que se engas-
tou na encosta N E do morro ho-
mônimo. Situemo-lo, agora, em
distâncias, pelas medidas da época,
com relação a outros pontos, inti-
mamente ligados à sua criação e
sustentação :

I — Fica 40 léguas a montante
de "Fecho dos Morros" — a an-
gustura em que o art. 2º das In-
struções de 9 de outubro de 1775,
dadas ao Cap. Ribeiro da Costa
pelo Governador Pereira e Cáce-
res, — mandava assentar o primei-
ro estabelecimento ;

II — Queda 36 léguas a jusante
de Corumbá (a velha Albuquer-
que), criada em 1778 como seu es-
calão avançado de reaprovisiona-
mento e posição de acolhimento.

III — Está 30 léguas ao Poente
de Miranda — cuja estacada er-
guida em 1797, no Comando de
Franco, — estendia e atendia a vi-
gilância lusa aos lindes do Sul e
aos caminhos de Piratininga ;

IV — Situa-se 200 léguas a ju-
sante de Cuiabá — a primeira fun-
dação e base logística não só da
Fronteira, — como da própria Go-
vernação desta imensa Capitania ;

V — Finalmente se distancia 300
léguas, rumo ao Sul (2/3 por aqua-
via e 1/3 por litovia) — de "N. S.
de Vila Bela da Santíssima Trin-
dade de Mato Grosso", — a segun-
da e mais demorada sede dos Go-
vernos coloniais desta porção de
nossa terra.

6. Diz a sabedoria anônima :
"Há males que veem para bem".
Invocamo-la e aplicamo-la no caso
da escolha do sítio do baluarte co-
nimbricense ; pois com a parcimô-
nia com que se ergueu e a mí-
nima de recursos com que prodigio-
samente se defendeu — teria caído
em mãos do Governador de Assun-
ção, seu "astuto vizinho", em 1801,
sem o obstáculo providencial do de-
saguadouro da Bahia Negra e dos
alagadiços que se lhe seguiram para
o nosso lado. Hosana, pois, à pre-
visão ou assombração de Matias Ri-
beiro da Costa, cujo estabelecimen-
to aqui contrariava as intenções e
instruções de seu Governador e Ca-
pitão General !

7. Sob a égide do Grande Com-
mando da 2ª Brigada Mista, que
destacou e substituiu, no tempo, o
"Comando da Fronteira do Para-
guai", que era cumulativo com o
do bastião conimbricense — faze-
mos a entrega dêste "Quadro-Ga-
leria", — à 1ª Bateria do 6º Grupo
de Artilharia de Costa, herdeira de
longas e gloriosas tradições cívico-
militares.

8. Caros circunstântes :

Nesta magnifica obra de pesqui-
sa histórica e de trabalho artístico, —
a Região, a Brigada e esta Unida-
de — sempre ficarão devendo ao
patriotismo, e à ciência, paciência
e generosidade do Exmo. Sr. Gene-
ral Raul Silveira de Melo, que
ainda nos honra e estimula com
sua presença, nesta longínqua e
quase impérvia Guarnição. Temos
à vista, pode-se dizer, num autê-
ntico diorama histórico — meio sé-
culo de lidas e lides neste vene-
rando Forte, — a baliza mais anti-
ga e fustigada de nossos lindes oci-
denciais.

9. Durante 47 anos, 10 meses e
5 dias, de 13 de setembro de 1775
a 18 de julho de 1823, isto é, —
de sua fundação ao conhecimento
do Grito do Ipiranga neste meio
mundo e fim do mundo que é Mato
Grosso — houve nesta Fortificação
17 Comandos, exercidos por 14 ofi-
ciais, cujos postos iam de Ajudante
(1º Tenente) a Coronel. Em
tal lapso de tempo foi bisada a ges-
tão de Ricardo Franco (9ª e 11ª)
e trinada, a de Antonio José Rodrigues
(10ª, 12ª e 14ª).

10. Sem desdouro para nenhum
dos valorosos Chefes desta Galeria,
mas também sem sombra de dúvi-
das, podemos nela destacar três
figuras dignas de encômios espe-
ciais :

I — O Sargento-Mor Joaquim
José Ferreira, que alcançou no seu
Comando (o 6º : 1790-91) o enten-
dimento e a paz definitiva com os
Guaicurús, os quais, durante três
lustros, haviam trazido esta Guar-
nição, "de braço às armas feito"
e lhe infligiram canseiras e per-
das humanas que superaram de mui-
to às sofridas nas duas refregas

internacionais, suportadas por este glorioso bastião. Vamos chamá-lo PACIFICADOR.

II — o Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, em sua primeira estada, longa de 8 anos (9º Comando: 1797 a 1805) elaborou o projeto, fez a locação e deixou muito adiantada a construção do "novo Forte de Coimbra" (iniciada a 3-XI-1797), — dentro de cujas muralhas de pedra e barro, ainda inconclusas e sem abrigo para o pessoal, "defendeu-se como um leão", do ataque espanhol de 1801. Pela façanha memorável e por despacho real de 3 de julho de 1803 foi promovido a Coronel. Ainda que por Instruções do 6º Capitão-General, — foi por ordem de Franco que seu antecessor, neste Estabelecimento, seguiu para o Rio Miranda, em cuja margem direita (N) — fundou a Estacada Presidio, que estendia e completava a vigilância e a defesa das fronteiras meridionais da Capitania. E são ainda dessa fase o "Plano de Defesa da Capitania de MT" e o "Parecer sobre os índios Aicurús" (ou Aicurús), ambos da lavra do inclito e incansável Engenheiro militar. Na 2ª estada (o 11º Comando: 1808-9) leva ao fim — "as principais e mais urgentes construções (do Forte), — menos o que respeita a acomodações do pessoal, pois grande parte da Guarda ainda se achava instalada fora da Praça, em ranchos, por falta de alojamentos".

Podemos cognominá-lo o CONS-
TRUTOR.

III — Finalmente o Sargento-Mor Antonio José Rodrigues, que neste posto exerceu o 10º (1806-8) e 12º (1809-10) e já Coronel, o 14º Comando (1812-17). Como sucessor de Franco e também Engenheiro — "seguiu (são palavras dêle) seu delineamento e com bastante fadiga se esmerou em continuar aquela obra (Coimbra), dando-lhe maior consistência". Usou alvenaria regular, tijolo e trelha, de sua improvisada olaria e longinqua caeira (Corumbá).

Pode-se, pois, afirmar, com os documentos na mão — "que pelo esforço de dois oficiais (Franco e

Rodrigues) — é que se acha hoje uma fortificação naquela fronteira, que não fez peso à Fazenda Nacional (excerto duma Memória do começo do século XIX). Rodrigues atingiu o posto de Brigadeiro no Imperial Corpo de Engenheiros do Brasil (1º Império). É de sua autoria a "Memória Geográfica e Histórica da vasta Fronteira da Província de Mato Grosso" — datada de 24 de maio de 1829 e endereçada ao Ministro e Secretário da Guerra, precioso achado no Arquivo de Manuscritos da Biblioteca Nacional, em fins de 1954, por S. Excia. o General Silveira de Mello, que se dignou tirar e oferecer uma cópia dactilografada do citado documento, ao Estado-Maior da 9ª Região Militar. Apensa à Memória figura a "parte de combate" de 16/24 de setembro de 1801, redigida por Franco e extraída naturalmente do "Livro de Registo de Ordens do Forte", infelizmente desaparecido ou em lugar incerto e não sabido.

Com inteira justiça será apelidado o CONSOLIDADOR.

* *

Para epilogar esta arenga, que já vai longa, vamos recitar o final da Estrofe 41ª do Canto IV de "Os Lusíadas" — de Luís de Camões, — a voz da Raça que enformou a Nação e Civilização Brasileiras :

— "E porque mais aqui se
amanse e dome
A soberba do imigo furi-
dundo,
A sublime bandeira Cas-
telhana
Foi derribada aos pés da
Lusitana"

Tivéssemos autoridade ou fortuna condizentes com os nossos anelos — faríamos inscrever este quarteto em letras de aço inoxidável, da altura destas venerandas muralhas e nelas engastadas, para que perenemente espelhassem nestas águas peregrinas e refletissem nesses pampas sem fim — a senha duma GENTE que há mais de oitocentos anos abre caminho na História, em todos os hemisférios, com honra e glória indiscutíveis...

A PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO NA INDÚSTRIA

Ouvindo, sobre o momentoso assunto, o Coronel SERGIO MARINHO, Presidente do IAPI

Tendo em vista a atual realização da VIII Semana de Prevenção de Acidentes, esta Revista foi ouvir o Coronel Sergio Marinho, Presidente do Instituto dos Industriários, sobre os diversos aspectos desse problema na atividade industrial brasileira.

Solicitado pelo nosso representante a que se manifestasse a respeito, o Sr. Sergio Marinho nos atendeu gentilmente e assim iniciou suas declarações :

— Tenho muito prazer em falar à "A Defesa Nacional". Realmente, haveria muito que dizer sobre o problema dos acidentes do trabalho e, consequentemente, da sua prevenção, na atividade industrial brasileira. Pretendo referir-me, porém, apenas, ao que há de mais geral, dados os limites e a natureza desta palestra. Em primeiro lugar, continua o Presidente Sergio Marinho, deve ser observado que a indústria é das atividades mais expostas aos acidentes do trabalho e às moléstias profissionais, que a lei equipara àqueles. Muito embora providências cada vez mais amplas venham sendo tomadas, quer pelos poderes públicos, quer por muitas grandes empresas industriais, no sentido da redução dos acidentes, ainda assim são bastante elevados, em nosso país, os índices de ocorrência, e alguns ramos da indústria há em que se assinalam as maiores taxas. Daí a imperiosa necessidade de serem cuidadas, com especial interesse, as medidas prevencionistas nos estabelecimentos industriais. Segundo a estimativa do Serviço de Estatística e Prevenção da Carteira de Acidentes do IAPI, elaborada com base em elementos fidedignos, ocorrem, cada ano, na atividade industrial brasileira, aproximadamente 400.000 acidentes, dos quais 300 são fatais e 9 mil originam incapacidades permanentes de diversos graus. Esses dados, aos quais recentemente me referi em entrevista ao "Diário de Notícias", desta Capital, dão bem uma idéia das proporções do problema e de como nenhum esforço será demasiado para resolvê-lo.

E como deve ser feita a prevenção ? A quem compete, principalmente, enfrentar esse problema ? — perguntamos ao Coronel Marinho.

— A resposta a essas indagações comportaria uma digressão. Procurarei, porém, resumir o que tenho a dizer. Em primeiro lugar, a prevenção pode ser feita de inumeráveis maneiras e nem sequer poderíamos inventariá-las aqui. Sempre que estivermos adotando qualquer medida — mesmo que isto não seja feito intencionalmente — que redunde na maior segurança no desempenho de uma dada atividade ou profissão, estarmos, em última análise, fazendo prevenção. Poderíamos identificar, todavia, dois tipos principais de medidas prevencionistas: as que dizem com o aperfeiçoamento das máquinas e instrumentos de trabalho, de modo a torná-los menos capazes de produzir acidentes e, ainda, com o local do trabalho, que deve ser dotado de todos os requisitos e instalações adequados à segurança e à saúde dos que ali trabalham; e as que se relacionam, diretamente, com a pessoa do trabalhador, e que vão desde a sua educação e preparo para a utilização do aparelhamento protetor contra acidentes e moléstias, até a pesquisa e solução de problemas de sua vida pessoal — alimentação, saúde, vida familiar, hábitos de sobriedade, etc. — suscetíveis de influir na sua conduta no trabalho e de o tornar prêsa fácil do acidente. Assim, há que agir sobre o empregador e, em grande parte por via deste, sobre o empregado. Poderíamos, então, concluir, que o principal fator de uma boa prevenção de acidentes reside na compreensão do empregador, que o levará não só a introduzir no seu maquinário e no local do trabalho os melhoramentos capazes de evitar acidentes, mas ainda a educar o empregado na prática da prevenção, exigindo dele que observe os conselhos e normas a isso conducentes. Além disso, é claro que uma série de outros elementos serão da maior valia na propagação da mentalidade prevencionista, tais como os poderes públicos e entidades a elas vinculadas, as organizações sindicais, a imprensa escrita e falada, o cinema, a televisão, a escola, as associações de vários tipos, etc. No que concerne a êsses elementos, por assim dizer cooperadores da ação direta para a redução dos acidentes — a qual cabe mais propriamente a empregadores e empregados — o papel que lhes é reservado e que não apresenta menor relevância, é o de estimar a prática da prevenção por patrões e empregados. Isto para só nos referirmos à prevenção dos acidentes do trabalho, porque, se abordássemos o problema dos acidentes em geral, então teríamos uma configuração muito mais ampla da questão, interessando a família, a escola, os clubes e a todos os demais centros de convergência social.

— E é compensadora a prevenção? — voltamos a perguntar. Isto é, apresenta ela reais conveniências para empregadores e empregados, além de seu sentido sentimental e humano?

— Sem dúvida nenhuma, responde-nos o Presidente do IAPI. A prevenção é altamente compensadora e necessária, não apenas de um ponto de vista humano e sentimental, mas talvez, e até mais ainda, do ponto de vista econômico e social. No que diz respeito aos empregados e seus dependentes, é óbvio que os acidentes lhes acarretam sofrimentos e privações de toda ordem, inclusive pela redução do ganho do acidentado, pois as diárias e indenizações ficam aquém, geralmente, dos salários que os trabalhadores percebem em atividade. E quanto aos empregadores, sofrem eles consideráveis prejuízos, dos quais, em muitos casos, não se dão conta, por não possuirem registros que lhes permitam a aferição do chamado "custo indireto" dos acidentes. Integram êsse "custo indireto", comumente quatro vezes mais oneroso do que os prêmios do seguro de acidentes do trabalho, os prejuízos decorrentes da paralização e inutilização de máquinas, da interrupção da produção, da perda de matérias-primas, da substituição de mão-de-obra especializada, etc., que atingem duramente as empresas empregadoras, diminuindo-lhes o rendimento da produção. Por outro lado, a própria comunidade também sofre os reflexos dos acidentes, pelo encarecimento da produção, pela queda do poder aquisitivo dos acidentados e seus dependentes e pela paralização da mão-de-obra, muitas vezes especializada e de difícil substituição.

— E como tem agido o IAPI no que se refere à prevenção? Tem desenvolvido o Instituto alguma atuação nesse setor ou êle escapa às suas atividades?

— O IAPI, através de sua Carteira de Acidentes do Trabalho, tem desenvolvido atuação cada vez mais ampla, junto a empregadores e empregados da indústria, no sentido de difundir entre êles a mentalidade prevencionista e de estimular as iniciativas e providências destinadas à redução dos índices de acidentes. Essa atuação se vem assinalando desde o início do funcionamento da nossa Carteira de Acidentes e tem sido de caráter principalmente educativo e de colaboração, junto a empregadores e empregados, para despertar-lhes o interesse pela prevenção e auxiliá-los a praticá-la. Entre as iniciativas já levadas a efeito, poderíamos mencionar: a exibição, em locais de trabalho, entidades sindicais e núcleos residenciais operários, de dois filmes educativos que a Carteira preparou, contendo orientação e conselhos sobre prevenção; a distribuição de folhetos e cartazes de igual finalidade; a realização de visitas a estabelecimentos fabris, para interessar os respectivos responsáveis pela matéria; e, ainda, a cooperação ativa em empreendimentos como a presente Semana de Prevenção de Acidentes. Essa atuação tem encontrado excelente receptividade entre empregadores e empregados da indústria, que se revelam cada vez mais interessados na prática da prevenção, finalizou o nosso entrevistado.

REMINISCÉNCIAS DO EXÉRCITO ANTIGO

UM EXERCÍCIO DE BATALHÃO HÁ MEIO SÉCULO

General DERMEVAL

O coronel chamava ao gabinete o capitão ajudante e manifestava-lhe o desejo de realizar um "exercício geral". Logo o "brigada" entrava em atividade. Ao toque de "sargentantes-acelerado", compareciam êles rapidamente à "casa das ordens". Comandantes haviam alguns que resolviam pela manhã, ao chegarem de mau-humor, e queriam, sob as pragmáticas do estilo de então, estar a frente do seu batalhão totalmente formado em "batalha" ou em "linha de colunas" no pátio do quartel. Outros mais compassados arbitravam 24 ou 48 horas para os preparativos. O major-fiscal movimentava-se por todos os recantos: — a tosagem das crinas dos animais, a exigência de limpeza das bestas dos cargueiros e das respectivas carrocinhas componentes dos "trens regimentais...".

Os "trens regimentais" nos corpos de tropa eram a parte integrante que acompanhava o "estado-maior" e o "estado-menor" do batalhão. O "estado-maior" montava cavalos com crinas bem tratadas.

Dêle faziam parte o comandante, o fiscal, o ajudante, o alferes secretário e o médico, sendo, que êste preferia acomodar-se melhor na boleia da ambulância, invés de cavalgar um bucéfalo e o secretário, a pé, desempenhava o encargo de "porta-bandeira" nas formaturas gerais. Ao "estado-menor" pertenciam o sargento-chefe, congnominado "seu brigada", o sargento quartel-mestre e os músicos que se transformavam em enfermeiros, quando deixavam os instrumentos musicais, uma vez por semana para a apren-

dizagem de conduzir padiolas e atender primeiros socorros com aplicações de iôdo nas feridas e dosagem de arnica... Nos exercícios gerais ensarilhavam os instrumentos e usavam braçais da cruz-vermelha.

Os "trens" repartidamente pertenciam as companhias; mas, as viaturas do tipo colonial a 4 rodas, tracionadas a quatro ou seis cavalos faziam parte do "trem do batalhão". Os capitães não possuíam montarias; dispunham só de três viaturas de duas rodas: — a da "pípinha d'água", a de "munições" e a dos "viveres e forragens". Três muares, portanto e outros tantos soldados condutores.

Isto era o minúsculo "trem da companhia".

Tudo devia estar luzindo em condições, e entrar em formatura para acompanhar os elementos do batalhão no "exercício geral".

Os exercícios sempre correspondiam a demonstração exterior de capacidade e dé boa apresentação da corporação.

O instrumental das bandas marciais de músicos e corneteiros e tamboreiros devia luzir; os tambores ficavam forrados com bandeirolas nacionais e nas cornetas enfeitadas com galhardetes eram colocados os cordões verde-amarelo passados à tiracolo. O carneiro do batalhão, bem lavado, penteado e tingido com desenhos em anilina, acompanharia a tropa ao lado da fanfarra, despertando aplausos na população.

Os uniformes para os exercícios gerais seriam completados com as

peças guardadas nos depósitos dos furriéis: — às pressas eram distribuídas, luvas e perneiras brancas, charlateiras e bandeirolas.

O corre-corre da soldadesca para a limpeza própria e arranjo do material ocasionava verdadeira transformação de monotonia em atividade na caserna. Os alferes deixavam o "gamão" e as "damas" para relerem os capítulos do regulamento de exercícios...

Antes do entoar do terceiro toque regulamentar anunciador da formatura geral a tropa estaria já aguardando a ordem do "avançar para o alinhamento".

O "equipamento completo em ordem de marcha" aos dorsos da soldadesca ficava bem ajustado pelas correias alcançando os ombros; os "cantis" cheios de água; os fusis protegidos pelos "guarda-fechos" de couro macio e seus respectivos "cobre-miras" brilhantes; o correame irrepreensivelmente branco pelas pinçeladas de alvaiade gomado; os sargentos sobreacarregados com os "canudos" de alumínio ou de fôlha dependurados e o "brigada" envergando uma faixa vermelha e de espadim à cinta, privilégio, da própria graduação; os 1^{os} sargentos com as bandeirolas atadas nas varetas dos fusis iriam balizarem os alinhamentos, e enfim os alferes em grupos nas proximidades dos pelotões aguardando as ordens dos capitães para ocuparem seus postos à testa dos pelotões, constituía isso a azáfama antes do "toque de avançar"!

O capitão ajudante dirigia as ensaços preliminares, para o batalhão entrar em forma. Havia o "avançar dos pontos para o alinhamento"; o "brigada" colocava cada "sargento guia" no local onde as companhias iriam tomar posições. Marchas e contra-marchas, "passos laterais" para a esquerda e para a direita, "obliquas à direita" e à esquerda, pela "direita ou esquerda perfilar" e o "descançar" até que o major-fiscal aparecesse...

"Sentido"!, "ombro-arma"!

A banda tocava um intróito breve e o fiscal recebia a continência da tropa ao mando do ajudante.

Tomava a direção do conjunto o fiscal que percorria, a cavalo, todos os elementos componentes, indo da frente para a retaguarda, olhando e corrigindo falhas, até ao alinhamento dos cargueiros e das viaturas de água, de viveres e de munições. Pronto o batalhão para o exercício.

Novamente: "descançar"! enquanto o capitão ajudante galopava ao encontro do coronel que, a distância, o aguardava impaciente já cavalgando numa sela bem guarnecida, bridas metálicas e manta de franja dourada.

Surgia, a cem ou duzentos metros, o comandante, a meio-galope, seguido de perto pelo ajudante.

Agora, ao sinal de comando pelo "corneta-mór" — "sentido"!, "ombro-arma", "apresentar-arma", o fiscal galopava ao encontro do comandante, reverenciando-o com o gesto de espada antes de recolhê-la à respectiva bainha. Chegam a frente da tropa os três personagens do estado-maior. A música, entoava a marcha de recepção do chefe e cessava de tocar pela pancada dupla do bombeiro ao distinguir o gesto que fazia o coronel levantando a espada que desembainhava na chegada.

Duas formalidades essenciais faltavam ainda para ser dado início ao "exercício geral".

Em "continência ao terreno".

Praxe que alguns coronéis preferiam comandar de viva voz o "apresentar-arma"!.

A seguir a "incorporação da Bandeira" na formatura. Igualmente ao comandante cabia dirigir a recepção do pavilhão nacional.

O batalhão ficava alinhado "em batalhão" e rigorosamente perfilado pela direita. Na sua frente, cerca de vinte metros, montado, o comandante voltava-se para a tropa já em "ombro-arma", ladeado a meio corpo de cavalo, pelo fiscal a direita e pelo ajudante à esquerda pouco mais recuado.

Atrás do conjunto militar as bandas de música e dos corneteiros e tamboreiros. Ainda mais para trás os "trens", bem alinhados formando o chamado "trem de combate", constituído pelo agrupamento das

viaturas de munições e da ambulância pintada de branco.

Pelos comandos orais do próprio coronel ou ao toque de corneta, executava a tropa: — “sentido!” — “abrir fileiras!” — “em continência à Bandeira!” — “apresentar-arma!” Soavam os acordes do Hino Nacional, simultaneamente com os compassos estridentes da “marcha batida” pelo conjunto dos corneteiros e tamboreiros.

O alferes secretário que se achava empuñando a Bandeira erguia-a desfraldando o pano ao vento por alguns instantes, sem deslocar-se do local onde se postava bem a vista da tropa.

Todos contemplavam o Pavilhão Nacional guarnecido por cinco “anpeças” que conservavam-se de “ombro-armas” e sempre com as baionetas armadas.

Os que suportavam o peso das mochilas, pela primeira vez participando do ato, sentiam correr-lhes o arreio pelos nervos do corpo. O coronel levantando a espada abatida, fazia um gesto e o bombeiro da música interrompia em meio a continência...

“Hombro-arma!”

A Bandeira, conduzida pelo secretário acompanhada de sua guarda, deslocava-se para ir intercalar-se entre as 1^a e 2^a companhias.

O corneteiro-mór, ao lado sempre da montada do coronel, sinalizava; “unir-fileiras marche!”

Só então começariam os primeiros movimentos correspondentes ao “exercício geral do batalhão”.

Aquelas duas formalidades preliminares — “continência ao terreno” e “incorporação da Bandeira” — não tomavam muito tempo entre os preparativos e a execução do exercício. Mas, nunca eram dispensadas antes e depois de qualquer exercício geral. Calavam profundamente no íntimo da soldadesca aquelas indispensáveis manifestações cívicas, prestadas coletivamente e com a convicção de todos, à terra e ao pavilhão...

Iniciava-se o “exercício geral”.

Evoluçãoes a pé firme consistindo nas mudanças das “linhas” para “colunas” ou “linhas de colunas”. Os

toques de corneta e os comandos orais sucediam-se.

A música, a guarnição da Bandeira e os “trens” deslocavam-se, em “marche-marche”, para lá e para cá, a postarem-se nos lugares correspondentes às formações a serem tomadas. Os alferes e também os tenentes ficavam à testa dos respectivos pelotões, atentos aos dobramentos que êles recordavam, às pressas, nas “Instruções vigentes para os exercícios da lavra do coronel Moreira Cesar”... Os capitães, cada um com o seu corneteiro ao lado, mandavam repetir os sinais provindos do comandante:

— “Coluna de pelotões, frente à direita”; em “linha pela esquerda, frente à direita”; “linha de coluna de companhias, em escalão para a direita”!

O estridular inicial do corneteiro-mór repetia-se pelos corneteiros das companhias e, parceladamente, repetiam-se nas vozes dos comandantes capitães e alferes... Ouvia-se, geralmente um comando básico para a evolução: “tal companhia firme”! e as demais deslocavam-se para a direita ou para a esquerda.

Quando o “passo ordinário” retardava o movimento da evolução, o corneteiro-mór transmitia: “acelerado”! ou “marche-marche”!

O “pela direita perfilar”! “firme”!; “olhar-frente”! eram as vozes dos alferes para corrigirem os alinhamentos após os movimentos.

Por vêzes o coronel fazia anunciar a “última-forma”: — a evolução não fôra realizada consoante as regras das instruções do Regulamento Moreira Cesar...

O pátio do próprio quartel ou o quadrilátero da praça próxima era um suficiente espaço para a rigidez das “evoluções a pé firme”. O passo cadenciado pelo ruflo do tambor, os alinhamentos nas conversões dos pelotões e o perfilamento rápido eram as primaciais exigências. O passo acelerado, como o passo ordinário de todos os componentes de cada elemento deviam ser executados uniformemente. O manejo da arma e as voltas a direita ou esquerda deviam sempre parecer aos chefes numa simultânea prática dos

executantes. Era a chamada "ordem unida"...

Quase ao término do exercício havia o "intervalo" : — "Descançar" ! — "insarilhar-armas" ! — "desequipar" ! — "à vontade" ! — ordens transmitidas pelos sinais do corneteiro-mór.

O comandante, o fiscal e o ajudante apeavam ; afrouxavam os "barbicachos" dos seus bonés e confabulavam afastados, enquanto os ordenanças seguravam as bridas das montarias. Os capitães, com as espadas embainhadas, agrupavam-se, a distância, aproveitando para fumar e passar o lenço no suor dos rostos o que não se facultava fazer durante as formaturas. Os alferes formavam grupinhos nas proximidades da tropa que ficava em liberdade dentro da forma. A Bandeira era recolhida e deitada sobre o sargento da sua própria guarda, ficando ao lado um em sentinela de "baioneta calada". Os soldados e graduados podiam movimentar-se no local ; utilizavam a água dos cantis, mas para qualquer afastamento precisavam consentimento do capitão. Ficavam desembaraçados das mochilas e alguns novatos eram encaminhados às ambulâncias, onde o médico tomava-lhes a pulsação e verificava se realmente a fadiga os levava ao empalidecimento durante as evoluções com o peso regulamentar as costas graduado com alguns tijolos para completar a carga...

Nos uniformes tanto de oficiais como o dos praças predominava a calça de lã encarnada e o dolman de pano azul, fechado com três carreiras de botões metálicos até a gola alta apertando em fortes colchetes por cima da célebre "gravata de couro preto". Aos oficiais era tolerada a "gravata" feita em pano preto ; mas os sargentos e praças teriam de suportar aquela coleira entre o pescoço e a gola alta dos seus dolman...

Ao sinal do ajudante novos sinais por intermédio do corneteiro-mór anunciam a retomada do exercício.

Vozes dos comandos intermediários : "reequipar" ! — "perfilar

pela direita" ! — "firme" ! — "olhar frente" !

Os músicos pouco descansavam porque a banda durante aquele pequeno repouso, tocava valsas do repertório do gôsto do coronel.

"Coluna de marcha" ! era o toque geral do corneteiro, recebido sob contentamento para o encerramento do exercício. O batalhão iria re-colher-se depois de desfilar por algumas ruas da cidade.

As bandas marcial e dos músicos em acelerado iam colocar-se à testa, adiante do "estado-maior" ; os trens encolunavam-se separadamente em viaturas compondo os chamados "trem regimental" e o de "combate".

"Pela direita perfilar" ! — "firme" ! — "olhar frente" ! ouviam-se, sucessivamente as vozes dos alferes de comêço ao fim da coluna formada celeremente, pronta para movimentar-se.

O coronel, garbosamente, e sem olhar para trás erguia a espada verticalmente para baixá-la lentamente indicando a direção inicial da marcha para o mestre da música orientar-se.

Silvava o corneteiro : — "ordinário" ! e o bombeiro da música intercalava o ribombo para esperar o sinal de "marche" !... iniciado com o dobrado predileto do coronel...

A coluna deslocava-se para a passetea.

Pela frente e pelos lados das bandas de música, dos corneteiros e tamboreiros logo a aglomeração dos curiosos ia acompanhando a cadênciia da tropa. O "carrilhão" da música, enfeitado de fitas multicôres pendentes e de guizos sonantes e o "carneiro" do batalhão, participando do cortejo, atraiam os olhares e o entusiasmo da populachia. Havia, singularmente, o cuidado de defender-se o "bombo" da banda. Entre os que seguiam a tropa existiam malandros atrevidos que sorrateiramente tentavam anavalhar o couro dos bombos, a cautela preventiva consistia numa guarda lateral de dois ou três soldados velhos disfarçadamente armados com varas ou látigos e o "baliza" sempre empunhando o longo bastão, à

cabriolar e a rodopiar, abrindo alas ao itinerário...

A passagem do porta-bandeira a assistência descobria-se respeitosamente. Algum descuidado ou desrespeitoso era logo a isso obrigado e, o recalcitrante seria castigado...

O coronel, a cada momento agradecia as manifestações de respeito ao Pavilhão, que desfilava na sua frente, e logo atrás das bandas marciais, abanava ligeiramente a cabeça e a própria lâmina de sua espada apoiada no ombro, dando mostras de agrado.

O corneta-mór, a espaços, sinalizava por ordem do comandante: — “sentido”! — “perfilar armas”! — “olhar à direita, esquerda”! Era a passagem da tropa diante de algum edifício público onde flutuava a Bandeira Nacional ou sede de autoridade mais graduada. O coronel oscilava ritimadamente o busto, ao passo de sua montada e sentia-se ufano, ostentando por debaixo do seu “cavainac”, o bamdolim dourado do barbicacho que alcançava ao pescoço o elegante boné alto de pala bem reta do tipo francês então usado.

“Olhar frente”! — “incluir arma”! e o desfile prosseguia ao som ora dos dobrados marciais, ora sob o compasso dos ruflos dos tambores e marchas estridentes das cornetas.

Quando as estreitas ruas mal comportavam as frentes dos pelotões, os alferes comandavam sistematicamente: — “direita volver”!

— “esquerda rodar”! para logo em seguida restabelecer-se a coluna ao comando: — “em linha pela esquerda, frente, marchar”!

Duas ou mais vezes a tropa fazia “alto”!. Descançava ligeiramente.

Em cada mudança de direção os alferes exibiam-se. Voltavam-se de frente para os seus pelotões em cujas testas marchavam. Deitavam as lâminas das espadas sobre as palmas das mãos e, marchando alguns instantes de costas, dançando ou quebrando dirigiam as converções em torno do “pião” do flanco: — “marcar passo o pião da direita, esquerda”! — “hombros direitos, esquerdos frente”!...

Assim, admirados pelos seus comandados e pela massa popular acompanhante, os alferes destacavam-se com seus comandos cantados e entremeados pelos tregeitos do corpo, dos membros e pelo manejo jocoso das espadinhos recurvadas que usavam.

No regresso a cadência estava permitida: — “marcha à vontade”! As armas estavam conduzidas em “mão direita”, em “tira colo” ou em “braço arma” As espadas os alferes traziam-nas embainhadas. Alguns recrutas, atrasadamente, capengam e a pequena ambulância mal comportava todos os fatigados.

No quartel novamente a “retirada da Bandeira” e depois a “continência ao terreno” formalística indispensável antes do último sinal pelo corneteiro-mór: — “Fora de forma”!

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que “A Defesa Nacional” vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.

PRO DIA NOVO - 1955

ALVARENGA & RANCHINHO II
"OS MILIONÁRIOS DO RISO"

Todas as Terças Feiras às 21,05 hs.

AO MICROFONE FAMOSO DA
RÁDIO TUPI

MOVIMENTADAS AUDIÇÕES
SOB O PATROCÍNIO DE :

Pêssegos em Calda

Red Indian

AZEITONAS LAREIRA

PRODUTOS GARANTIDOS PELA

Red Indian S.A.

IREG S.A.

QUÍMICA E PLÁSTICA — INDUSTRIAL COMERCIAL

PRODUTOS FABRICADOS COM LICENÇA DE:

EAGLE CHEMICAL PRODUCTS CORPORATION NEW-YORK
EE.UU.: 95 MADISON AVE — OREGON 9-0540 — NEW-YORK 15, N.Y.
AV. RIO BRANCO, 81-7º — TELS. 43-8130 E 43-9198 — P.O. BOX 4820
RIO DE JANEIRO

ARGENTINA: SULPACHA 512 — T.E. 32-7548 — BUENOS AIRES

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO EMPRÉGO MILITAR DA AERONÁUTICA

AOS CAMARADAS DA FÓRÇA AÉREA BRASILEIRA

Coronel AURÉLIO DE LYRA TAVARES

A Aeronáutica Militar foi, no Brasil, primeiro um elemento técnico auxiliar das Forças Terrestres; depois, uma Arma do Exército e uma Organização complementar, na Marinha; finalmente, ela surgiu como uma Fôrça autônoma e independente, irmã e colaboradora das outras duas mais antigas, na estrutura geral das Forças Armadas do Brasil. Ela está destinada a representar um papel cada vez mais importante, tanto no fortalecimento do nosso Poder Militar, como no desenvolvimento do território e no progresso do país, a cujo serviço já conquistou muitas glórias e já imolou muitas vidas, na guerra como na paz.

O destino me deu a oportunidade de colaborar, ainda quando capitão, para o apressamento, que se impunha, do início da fase atual da história da Aeronáutica, inclusive como "observador militar" de "O Jornal", em cujas colunas escrevi, em 1933 e 1934, várias vêzes, sobre a necessidade da criação do Ministério da Aeronáutica, como o tem declarado, repetidamente, o ilustre diretor geral dos "Diários Associados", Jornalista Assis Chateaubriant, que reivindica, de direito, para o seu Jornal, o privilégio de haver patrocinado um movimento de tanto alcance para a conquista, por nós mesmos, assim como para a defesa eficiente, do imenso espaço geográfico do Brasil, que os aviões da FAB cortam em todas as direções, a despeito

dos obstáculos do terreno, e, em certos casos, das hostilidades do meio.

A história da Aeronáutica Militar no Brasil, de início ainda tão recente, terá que ser registrada com especial cuidado, nos seus acontecimentos marcantes, para que não se ressinta, no futuro remoto, de grandes omissões e de grandes dúvidas, como as que ainda ocorrem na história das outras duas Fôrças Armadas, pois só assim será possível elaborar-se algum dia, em trabalho de equipe que cumpre ao Governo promover, a História Geral Militar do Brasil.

A margem de minhas investigações históricas, sobre a Arma de Engenharia do nosso Exército, com a qual a história da Aeronáutica tem muitas afinidades e muitos pontos de contacto, sobretudo nas suas origens, pude fixar, a propósito da vida do então tenente de engenheiros José Maria Pêgo Júnior, na Campanha do Paraguai, alguns pontos interessantes sobre a história do emprego do aerostato nas operações militares das nossas Fôrças. Julguei útil dá-las à publicidade, a título de registro e de colaboração com os camaradas da nossa Aeronáutica que se dispuserem ao estudo de assunto tão interessante.

Socorri-me, para precisar a verdade histórica, não apenas dos elementos dos arquivos, como de alguns documentos preciosos que devo à extrema gentileza da Excelentíssima Senhora Júlia Pêgo de Amorim, ilustre expressão da nossa in-

telectualidade e espírito devotado de grandes campanhas filantrópicas da sociedade brasileira, que é, além de tudo, filha daquele ilustre soldado e professor, a quem o Exército e a Nação ficaram devendo grandes e assinalados serviços.

As Fôrças Brasileiras se encontravam no seu estacionamento, face a Tuiuti, quando chegou ao Passo da Pátria o vapor "Galgo", trazendo a bordo o engenheiro francês Louis Desiré Doyen e o seu balão, que seria experimentado para a observação direta das posições inimigas, suprindo-se, assim, a falta de observatórios terrestres e a inexistência de cartas. Estas, como se sabe, limitavam-se às que se improvisavam no curso das próprias operações, com elementos precários e grandes dificuldades, destinando-se, a cada passo que se dava na marcha contra o inimigo, à solução dos problemas específicos que se enfrentavam, fase por fase, durante a campanha.

Doyen acampou em Tuiuti, junto ao Quartel-General do então Marquês de Caxias, Comandante Chefe das Fôrças Brasileiras, e teve à sua disposição o tenente de engenheiros José Maria Pêgo de Amorim. No dia seguinte ao da sua chegada ao Acampamento, ele iniciou o preparo do gás necessário ao enchimento do balão, e, enquanto o fazia, tratou de protegê-lo com novo envernizado, para prevenir qualquer insucesso, tanto mais que a operação de enchimento era muito demorada e isso não importava em perda de tempo. Ele a iniciou na madrugada de 22 de dezembro de 1866. Durante dois dias o aerostato estêve exposto ao ar, para secagem do vernis. A mudança brusca do tempo, que então ocorreu, fazia prever um temporal violento. Preferiu, por isso, o engenheiro francês recolher o balão, dobrando-o, ainda úmido, para então guardá-lo. Talvez tenha sido essa providência a causa da desagradável surpresa de verificar-se que ele estava todo "carcomido e imprestável", quando se recomeçou, dias depois, a operação de prepará-lo para

o emprêgo. Ciente do que se verificara, Caxias se mostrou profundamente aborrecido, sobretudo porque via ruirem por terra os seus planos para o estudo pormenorizado que pretendia fazer, da posição inimiga, Nomeou, então, para apurarem as causas e a responsabilidade do ocorrido o Major Dr. Gabriel Militão de Vilanova Machado e o 1º Tenente de Engenheiros José Maria do Pêgo Júnior.

O texto integral da parte que Doyen enviou a Caxias, para informá-lo, oficialmente, do seu insucesso, é o seguinte :

Excelentíssimo Senhor :

Possuido de grande pesar, apresento-me em comunicar a V. Excia. que, ao amanhecer de hoje, dando a minha costumada busca nos objetos relativos ao balão, tive a infelicidade de encontrá-lo ardido em alguns lugares, quando já estava pronto. Dirigi-me logo a V. Excia. e, vocalmente, lhe comuniquei o ocorrido. Dignando-se V. Excia. acompanhar-me, ordenou depois ao Major Dr. Vilanova Machado que procedesse a um exame. Cumpre-me asseverar a V. Excia. que sempre empreguei todos os meios ao meu alcance para evitar qualquer catástrofe, e que, julgando o tempo favorável, no dia 22 do corrente, às 5 horas da manhã, principiei a envernizar o balão. Das 9 horas em diante o sol foi fortíssimo (27 Réaumur). Não posso deixar de elogiar o Tenente José Maria Pêgo Júnior, que neste trabalho me coadiuvou de todas as suas fôrças, concluindo o trabalho de verniz às 2 horas da tarde do mesmo dia. Tratei logo de fazer secar o balão, e continuamos o mesmo trabalho no dia 23. À tarde, porém, temendo o tempo, cuidei em recolhê-lo. As 6 horas já o aerostato cobria-se de areia, em consequência da ventania. À noite desse dia, e no dia 24, tivemos vento norte fortíssimo, e no dia 25, vento, chuva forte e tempo carregado. Hoje, ainda que ventasse, mandei, ao amanhecer, que se estendesse o balão. Ele havia sido recolhido quente, quando dei

pelo ocorrido. No princípio duvidei a que atribuí-lo. Olhando porém, com maior atenção, observei que os lugares ardidos eram de côr mais escura, pelo que concluí que, nestes lugares, o sol, concentrando os seus raios, tinha ardido a sêda, além de ter sido, o balão, por urgência, conservado mais de 2 dias em lugar fechado, o que também e necessariamente contribuiu para o desastre.

Confirma o meu primeiro juízo à declaração que foi feita pelo Tenente-Coronel dos Transportes, isto é, que o sol e o vento, neste país, produziam uma ação tão forte que courou de bois que atuaram seis a oito meses, na Província do Rio Grande do Sul, ficam quase inutilizados no fim de 15 dias.

Sinto muito o imenso desgôsto a que vem resistindo V. Excia. O meu profundo pesar não é menor.

Tenho a honra de ser de V. Excia., o mesmo dedicado criado.

Louis Desiré Doyen

Acampamento de Tuiuti, 26 de dezembro de 1866.

Caxias encaminhou a parte do engenheiro Doven ao Tenente José Maria Pêgo Júnior, cujo parecer, constante do Relatório enviado ao Comandante-Chefe, conclui pelo seguinte :

"É exato que o balão está completamente inutilizado por estar, em parte, ardido. É também exato que o sol esteve muito forte durante o dia 22 do corrente, quando se principiou a envernizar o balão às 5 horas da manhã, hora em que se esperava ter um belo dia. E concluirei asseverando que é exata a participação dirigida a V. Excia. pelo Sr. Doyen, não só quanto à parte histórica dos fatos, quanto à razão dêles.

Quanto à causa do fenômeno, não sou levado a crer que seja de modo algum devido ao sol, porquanto, se o fosse, então estaria o balão ardido, ou antes, crestado, em sua totalidade, e não em parte, visto que a ação calorífica atuava sobre o todo e não sobre uma parte. O fenômeno deu-se, no meu fraco en-

tender, pela urgência de guardarse o balão antes de completamente seco, de sorte que o verniz de cada uma das partes centrais das tiras ou faixas que, sem dúvida alguma, estiveram menos expostas ao ar e ao sol, não tendo tempo de secar e ficando, então, abafado, determinou uma elevação de temperatura suficiente para crestas essas partes. Se fosse preciso, apresentaria mais o exemplo de que 4 mangas ou tubos, para a condução de gás, feitas da mesma seda, envernizadas no mesmo dia e com o mesmo verniz, estão boas."

O relatório do Major de Engenheiros Gabriel Militão de Vilanova Machado, que chegou a idêntica conclusão, esclarece que o exame não pode ser completo porque o "espaço da palhoca, sendo muito limitado, não permite estendê-lo (o balão), como se fazia necessário. Transportado para um dos alpendres que servem de depósito das bagagens do Exército, pude verificar que, infelizmente, esse balão, aliás construído segundo as regras e de muito boa sêda, se achava quase completamente danificado". Esclarece, ainda, o Major Militão que o verniz se compunha de óleo de linhaca, como dissolvente principal, goma laca, essência de terebentina (água rás) e um pouco de guta percha, servindo a essência de dissolvente à última goma.

O Marquês de Caxias tinha, assim, motivos reais para a grande decenção que experimentou e para o visível aborrecimento que lhe deu a ocorrência. Estava tão empenhado e punha tanta esperança no emprêgo do balão, agora frustrado, que tivera a precaução de solicitar à Corte a remessa de, pelo menos, duas unidades completas, pelo receio que tinha de que, dispondo apenas de um balão, as missões de observação fôssem prejudicadas ou interrompidas por qualquer acidente de ordem técnica que impedisse a sua ascensão.

Na carta que dirigiu ao Conselheiro Paranaguá, Ministro da Guerra, Caxias lhe participou o que aconteceu, solicitando providências para

a confecção de um novo balão. Providenciou para que Doyen regressasse à Corte do Império, a fim de receber instruções do Ministro da Guerra, ao qual esclareceu que o engenheiro francês "não pode supôr-se com direito a nenhuma outra vantagem, além dos vencimentos, pelo que lhe mandara ajustar contas até o dia da partida e passar-lhe guia". E encarece, a seguir, na referida carta, a importância da chegada de um novo balão "cuja falta é para sentir-se, pois reconheço o serviço importante que nos prestaria um tal auxílio, para reconhecimentos de terrenos cobertos de matas e lagoas, fora do alcance dos observadores colocados em situações inteiramente planas".

Paranaguá não tardou em tomar providências para o contrato de outro aeronauta. Recorreu, como era natural, à experiência norte-americana, pela tradição da excelência da técnica com que, na Guerra da Secessão, foram os aerostatos empregados com grande sucesso. Os entendimentos se fizeram por intermédio do nosso Encarregado de Negócios nos Estados Unidos e dêles resultaram o contrato feito com o especialista americano James Allen, veterano em emprêgo de balões, em operações militares. Allen tinha a recomendado-lhe um grande conceito adquirido nos meios militares pelos serviços que prestara, com seus balões, durante aquela Campanha, a respeito da qual havia uma farta literatura e um grande interesse no meio militar brasileiro. Não apenas os processos de combate, como, sobretudo, o emprêgo de novos materiais de guerra, eram acompanhados e estudados, no Brasil, onde se tratou de utilizar a experiência da guerra norte-americana como fonte propícia de ensinamentos. As nossas visitas se voltaram então, para o parque industrial no grande país continental, e lá aproveitamos, não apenas os balões que iríamos empregar na Campanha do Paraguai, como outros materiais, inclusive o modelo novo de equipagem de portes, com suportes flutuantes de estrutura de madeira, revestida de lo-

na, que só mais tarde iríamos adotar.

James Allen já tinha 15 anos de serviços na sua especialidade, inclusive os três da guerra da Secessão. Os seus balões não eram iguais aos de Doyen: tinham cubagem diferente e eram dotados de aparelhagem completa para o preparo do gás de enchimento.

Assinado o contrato, ele tratou de viajar para o Brasil, e já em começo de abril de 1867 podia partir, com todo o seu material, a bordo do vapor "Leopoldina", do Rio de Janeiro para o Passo da Pátria. A 30 de maio do mesmo ano desembarcou o aeronauta americano no Acampamento das Forças Brasileiras no referido Passo. O ferro e o ácido para o preparo do gás chegaram, no mesmo dia, pelo vapor "Sarah". Paranaguá tudo fizera para atender ao apelo de Caxias, empenhando-se para que nada faltasse ao engenheiro Allen. Em carta que dirigiu ao Brigadeiro Sólidônio José Antônio Pereira do Lago, Comandante das Forças Aliadas em Corrientes, determinou o Ministro da Guerra que "fôssem os irmãos Allen atendidos em tudo quanto fôsse necessário ao bom desempenho da sua comissão junto ao Exército, inclusive dinheiro, se êles o exigissem". E o referido Brigadeiro, em ofício de 1 de junho de 1867, deu conta ao Ministro de todas as providências que tomara, para cumprir a sua determinação.

Pelo "diário" de James Allen, tem-se uma idéia das peripécias da sua viagem, do Rio de Janeiro ao Passo da Pátria, cuja duração foi de 37 dias. Verificou ele, logo de chegada, que não haviam seguido nem o ácido nem as raspas de ferro fluído que teria de empregar, embora lhe fôsse assegurado, antes da sua partida do Rio, que houvessem a bordo dez mil litros de ambos os elementos e que, além disso, seriam encontrados em Corrientes outras dez mil. E mais adiante, ele registra: "Andei de um lado para outro, até perto da noite, a procura de alguém que soubesse falar inglês e finalmente encontrei um moço chamado John King, sar-

gento do Exército Brasileiro, que se exprimia tão bem como em português. Por intermédio desse intérprete, da parte da minha chegada ao Senhor Comandante-Chefe, o Sr. Marquês de Caxias, dizendo-lhe que estava pronto para receber as suas ordens. Disseram-me que, como já era tarde, tanto o meu ajudante, como eu, podíamos voltar para bordo, o que, com efeito, fizemos".

Nos dias subsequentes, Allen desembarcou o material, escolheu um bom acampamento, construiu uma estacada para proteção dos balões contra os ventos, tendo feito o transporte em carros de bois. Até o dia 16 de junho de 1867, ele empregou o tempo em lustrar e envernizar o balão pequeno, que foi, então, cheio com 15.000 pés de gás, por ele próprio fabricado, no acampamento.

A primeira ascenção das linhas de frente teve lugar a 24 de junho de 1867. Allen subiu acompanhado pelo Major Roberto Chodarstewicz, engenheiro-chefe das Fôrcas Argentinas. Um dos grandes problemas que ele encontrou, para cumprimento da sua missão, foi o da falta de pessoal habituado com o manejo dos cabos do balão, o que constituiu uma operação de muita importância para a manobra e para o bom aproveitamento do aerostato. Apesar de todas as dificuldades, o balão ascendeu, normalmente. Realizara-se o grande desejo de Caxias que pôde, assim, a despeito do terreno desfavorável para a boa execução dos seus planos ofensivos, obter excelentes vistas sobre as posições inimigas. As observações feitas exerceram grande influência na orientação do Comando e na condução das operações.

No dia 8 de julho de 1867, foram feitas outras ascenções. Na primeira, com o Major Chodarstewicz, o balão subiu a 760 pés de altura, para uma missão de 50 minutos. Depois de realizadas as observações, ele foi recolhido e transferido para o flanco esquerdo, onde atuavam as Fôrcas de Argolo. Aí foi feita uma ascenção de 865 pés. Experimentou-se, então, deslocar o ba-

lão no ar, ao longo da frente de combate, para o centro da posição, num percurso de dois quilômetros. A experiência não chegou, porém, a consumar-se, diante do perigo que corria o aerostato, que passou a ser alvo dos paraguaios. Eles o haviam assinalado, abrindo, então cerrado fogo, a fim de se libertarem, tão depressa quanto possível, da ameaça que viam no novo processo empregado pelos Aliados, que passavam a ter vistas diretas sobre o dispositivo concebido exatamente com o objetivo de impedir-lo. Outras ascenções foram feitas, em diferentes pontos, onde mais convinha colher informações. Numa delas, realizada em frente à ala esquerda do inimigo, foi levado um soldado paraguaio que auxiliou a identificação de certos nortenores a serem observados. Na que teve lugar a 21 de julho de 1867, os Capitães Conrado Niemeyer e Amaral conseguiram levantar um esboço da posição inimiga, em frente às Fôrcas de Argolo (figura no "Album da Guerra do Paraguai").

O balão pequeno, exposto durante todo esse tempo às intempéries, já reclamava certos reparos que não podiam ser feitos perto da linha da frente. Recolheram-no, por isso, ao Acampamento de Tuiuti, onde ele foi recuperado, para entrar em serviço na operação de Tuiu-Cuê, a 13 de agosto de 1867. Já em fins de agosto, deu-se conta de que ele começava a acusar deficiência de gás, convindo recolhê-lo. Isso foi feito no Passo da Pátria, onde, a 24 de setembro, é preparado, também, o balão grande. Este é posto à disposição do 1º Corpo de Exército, em Tuiu-Cuê, ficando o pequeno no Quartel-General do Exército, junto à Caxias. No dia 25 de setembro o balão grande é levado para Humaitá, onde foi colocado no flanco direito das posições ocupadas.

Aproxima-se porém, a época das chuvas. Já as condições atmosféricas não ofereciam a necessária segurança para arriscar-se ao tempo um elemento tão precioso e de tão difícil substituição. Além disso, a

fábricação do gás constituía um grande problema, no Teatro de Operações. O motivo principal do emprêgo do balão era, por outro lado, a necessidade de vencer as limitações próprias da observação terrestre em terreno plano e coberto, muito favorável à situação do inimigo, que era, e continuaria a ser, de defensiva, ora estática, ora dinâmica. As Forças Brasileiras iriam operar, a partir daí, em terreno mais favorável ao ataque, como nos convinha. E, por todas essas razões, Caxias decidiu dispensar o emprêgo do balão, determinando, em 26 de setembro de 1867, o recolhimento dos irmãos Allen, com o respectivo material, ao Acampamento de Tuiuti.

Estava cumprida a missão dos aerostatos na Campanha do Paraguai que, de então por diante, tomou características novas e foi conduzida em terreno e em condições bem diferentes. Os irmãos Allen embarcaram, de regresso à Corte, a 7 de..... de 1868, no Passo da Pátria. Chegado ao Rio de Janeiro, James Allen apresentou ao Exército, além de um "Relatório das operações", um "Memorial" em que historiou todas as dificuldades e peripécias do seu trabalho de técnico contratado, terminando por solicitar uma gratificação especial de setenta contos de reis. Essa solicitação tinha, certamente, o beneplácito de Caxias que, em dois ofícios sucessivos, dirigidos ao Marquês de Paranaguá, Ministro da Guerra, reconhecia a utilidade dos serviços prestados pelos irmãos Allen, os quais, na sua opinião, haviam cumprido o seu dever. O segundo desses ofícios, datado de 14 de fevereiro de 1868, destinava-se, precisamente, a prestar as suas informações a respeito do Relatório de James Allen ao Ministro: "Corre-me o dever de informar, como V. Excia. me determina, que é verdade quanto no citado Relatório refere o mencionado Allen... por quanto, sendo inegável que algumas utilidades tirei de alguns reconhecimentos sobre as posições inimigas, que consegui fazer com o auxílio dos balões... Não devo, entre-

tanto, ocultar que, tanto êle, como o seu irmão, sempre mostraram boa vontade de servir, e neste Acampamento se mostraram sempre como cavalheiros".

Era a primeira vez que se fazia, na América do Sul, o emprêgo militar do aerostato, e isso se deveu, especialmente, ao empenho e à visão larga de Caxias, cujo espírito clarividente não escapou à necessidade do aperfeiçoamento progressivo do aparelhamento do Exército, mediante a experimentação e o emprêgo de novos processos e meios resultantes da experiência da guerra, tanto no Brasil como nas nações que podiam ser tomadas como modelo. Foi assim que o Exército Brasileiro regressou da Campanha do Paraguai inteiramente transformado na sua organização e, até mesmo, na sua mentalidade, sobretudo no que concerne ao aproveitamento dos recursos novos da tecnologia, aplicada em benefício da sua eficiência. A Arma da Aviação, que se criaria bem mais tarde, como fruto da experiência da 1^a Grande Guerra, marcou ali os seus primeiros passos, com o aproveitamento da terceira dimensão em benefício das operações terrestres, embora restrito às missões de observação. Esta, porém, foi substancialmente beneficiada com o emprêgo do aerostato, graças ao qual o comando terrestre ganhou vistas mais amplas sobre as posições e as atividades do inimigo, a despeito de certos inconvenientes do terreno, forcingo, mais tarde, o emprêgo da camuflagem para disfarçá-lo, nos pontos e nos trabalhos mais importantes da sua organização. Daí decorreu, como era natural, a luta travada, no campo da técnica militar, entre o atacante e o defensor, cada qual empenhado na criação de recursos novos para a obtenção de uma superioridade relativa. Foi dessa luta que surgiu a noção e o aproveitamento cada vez mais amplo do espaço aéreo, do seu emprêgo e do seu domínio, que constitui, no fundo, a motivação permanente dos grandes progressos da Arma Aérea, surgida com o quadro novo da Guerra. A trajetória da

sua evolução, no Brasil, é definida por passos largos e rápidos, marcados pela repercussão dos progressos advindos das duas últimas Grandes Guerras. O que era, no início remoto, um simples meio de observação, passou a ser, também, na Marinha e no Exército, separada e simultaneamente, um elemento de combate, exigindo, para cada uma das duas forças, os elementos materiais e humanos, que foram incorporados às respectivas organizações de tempo de paz. Reuniram-se, mais tarde, as aviações da Marinha e do

Exército, para a constituição de uma Fôrça nova e independente, irmã e colaboradora das duas outras, no sistema de conjunto do Poder Militar do país.

A história da nossa Aeronáutica se confunde, pois, nas suas origens, com a história da Marinha e do Exército, e é na dêste último que ela vai encontrar o seu passado longínquo, pois o seu emprêgo se inicia nas missões de observação, planejadas e realizadas, com sucesso, em 1866 e 1867, pelo grande Caxias.

“EMERCO”

EMPRÉSA MERCANTIL E CONSTRUTORA LTDA.

Importadora de produtos químicos pesados
Sóda Cáustica, Barrilha, Parafina, etc.

VENDA POR ATACADO

AVENIDA RIO BRANCO, 151-10º ANDAR

SALAS 1013-14 – TELEFONE 42-5836

RIO DE JANEIRO

**COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA
INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL LTDA."**

MINISTÉRIO DA GUERRA

PROPOSTA PARA ASSOCIADO :

NOME :

NATURAL DE :

CIDADE :

ESTADO CIVIL :

GUARDAÇÃO :

ENDERÉSCO :

DATA :

ASSINATURA :

OBSERVAÇÕES :

- a) O valor da quota-parté é de Cr\$ 50,00.
- b) O associado deverá subscrever no mínimo, 2 quotas-parté.
- c) A importância das quotas-parté adicionada à Joia de admissão do valor de Cr\$ 10,00 deverá ser remetida em cheque bancário ou vale postal.
- d) Remeter duas fotografias 3 x 4 destinadas ao Título Nominativo e Livro-Registro de Associados.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Viaje com conforto e segurança nos novos trens de luxo para São Paulo e Belo Horizonte. Estão circulando entre Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte os novos trens de luxo, dotados de todas as condições de conforto moderno. As composições são de aço inoxidável, com amortecedores hidráulicos, dispondo de carros-salões, dormitórios, etc., providos de ar condicionado. O preço do leito nos trens "Vera Cruz" e "Santa Cruz" é de Cr\$ 120,00 para os inferiores e de Cr\$ 100,00 para os superiores — nas cabines de dois leitos. Para as cabines individuais o preço é de Cr\$ 150,00. Nos trens "Noturnos" comuns o preço do leito é de Cr\$ 90,00 para os inferiores e Cr\$ 70,00 para os superiores. O percurso reduzido de uma hora e vinte minutos, obedecerá ao horário abaixo:

HORARIOS (Com as últimas alterações)

1) Ramal de São Paulo

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-3)

IDA

Estações	Chega	Parte
Pedro II.....	—	22,30
rra do Pirai.....	0,41	0,55
ch. Paulista.....	4,02	4,07
Roosevelt.....	8,20	—

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-4)

VOLTA

Estações	Chega	Parte
Roosevelt.....	—	22,40
ch. Paulista.....	3,09	3,14
rra do Pirai.....	6,15	6,24
Pedro II.....	8,25	—

2) LINHA DO CENTRO

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-3)

IDA

Estações	Chega	Parte
Pedro II.....	—	20,10
rra do Pirai.....	22,21	22,34
ês Rios.....	0,24	0,29
z de Fora.....	2,17	2,27
tos Dumont.....	3,28	3,35
Barbacena.....	4,54	4,57
ns. Lafaiete.....	6,51	6,56
lo Horizonte.....	11,00	—

PREÇOS DAS PASSAGENS

1) Ramal de São Paulo

De D. Pedro II para as Estações abaixo

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-3)

Estações	PASSAGENS	
	Simples	Ida e volta
	Cr\$	Cr\$
Barra do Pirai...	92,00	166,00
Cach. Paulista...	148,00	266,00
Roosevelt.....	198,00	356,00

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-4)

De Roosevelt para as Estações abaixo

Estações	PASSAGENS	
	Simples	Ida e volta
	Cr\$	Cr\$
Cach. Paulista...	140,00	252,60
Barra do Pirai...	175,00	317,00
D. Pedro II.....	198,00	356,00

2) LINHA DO CENTRO

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-3)

De D. Pedro II para as Estações abaixo

Estações	PASSAGENS	
	Simples	Ida e volta
	Cr\$	Cr\$
Barra do Pirai...	92,00	166,00
Três Rios.....	132,00	237,00
Juiz de Fora.....	150,00	270,00
Santos Dumont.....	161,00	291,00
Barbacena.....	173,00	313,00
Cons. Lafaiete....	191,00	343,00
Belo Horizonte....	226,00	405,00

HORÁRIOS (Com as últimas alterações)

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-4)

VOLTA

Estações	Chega	Parte
Belo Horizonte.....	—	19,50
Cons. Lafaete.....	23,53	00,01
Barbacena.....	1,59	2,01
Santos Dumont.....	3,05	3,10
Juiz de Fora.....	4,15	4,22
Três Rios.....	6,07	6,13
Barra do Piraí.....	8,03	8,12
D. Pedro II.....	10,15	—

PREÇOS DAS PASSAGENS

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-4)

De Belo Horizonte para as estações abaixo

Estações	PASSAGENS	
	Simples Cr\$	Ida e volta Cr\$
Cons. Lafaete.....	123,00	221,00
Barbacena.....	146,00	263,00
Santos Dumont.....	159,00	287,00
Juiz de Fora.....	170,00	307,00
Três Rios.....	187,00	338,00
Barra do Piraí....	204,00	366,00
D. Pedro II.....	226,00	405,00

Para outras informações, os interessados poderão dirigir-se à Agência da Estação D. Pedro II, diretamente ou pelos telefones 43-2000 e 43-3360, ou às Agências de Roosevelt e Belo Horizonte.

A Administração da Central do Brasil, empenhada no aperfeiçoamento dos seus serviços, comunica ainda ao público em geral, especialmente ao Comércio, Indústria e Lavoura, que acaba de criar trens rápidos, especiais, de carga, entre Rio-São Paulo, Rio-Juiz de Fora, Rio-Belo Horizonte e vice-versa, a fim de melhor atender seus inúmeros clientes, que a têm distinguido com sua honrosa preferência.

BRASILIANAS

• Tratores no Brasil

O número de tratores existentes no país vem crescendo de modo sensível, mas é ainda necessário torná-lo maior para promover mais rápido desenvolvimento na agricultura.

Com base nos tratores em uso e na sua importação, em toneladas, o quadro seguinte apresenta dados a partir de 1920, pelos quais se pode verificar que a quantidade dessas máquinas, bem reduzida no passado (1.706 unidades em 1920), aproxima-se em 1954 de 41 milhares.

Após a última guerra, o aumento de tratores tornou-se mais acentuado, chegando-se no ano de 1950 a uma importação de 11.142 unidades, o que representa cerca de 65% da quantidade existente naquele ano.

Todavia, a partir de 1952, o volume de nossas compras no exterior, com respeito a essas máquinas, decaiu bastante, desse modo reduzindo o ritmo de crescimento da mecanização da lavoura.

ANOS	N. de tratores existentes	ANOS	N. de tratores existentes
1920	1.706	1947	10.345
1939	3.380	1948	11.230
1940	5.206	1949	12.179
1941	6.152	1950	17.157
1942	6.922	1951	28.299
1943	7.350	1952	35.754
1944	7.998	1953	38.341
1945	8.228	1954	40.645
1946	8.793		

• Comércio Exterior do Brasil

JANEIRO A JUNHO DE 1955 E 1954

MOVIMENTO GERAL

No primeiro semestre do ano em curso, o valor global de nossas importações atingiu 661 milhões de dólares; no mesmo período de 1954, esse montante fôra de 749 milhões, acusando, assim, uma queda de 88 milhões de dólares.

De modo idêntico, a exportação, que, nos primeiros seis meses de 1954, alcançou 730 milhões de dólares, registra, em relação a igual período do ano em curso, a redução de 118 milhões, de vez que o movimento total limitou-se a 612 milhões de dólares.

As cifras anteriores permitem concluir que a balança comercial do Brasil encerrou-se, no semestre passado, com um "deficit" de 49 milhões de dólares.

● Custo da Vida nos Municípios das Capitais

MARÇO DE 1954

NÚMEROS ÍNDICES (1948 = 100) (1)

CAPITAIS	Habitação	Vestuário	Higiene	Transporte	Luz e combustível	Custo de vida em geral
Porto Velho	373	283	259	208	201	315
Rio Branco	229	257	292	162	179	294
Manaus	531	260	245	250	98	310
Boa Vista	191	—	274	156	142 (2)	—
Belém	430	256	295	277	148	303
Macapá	319	219	242	105	112	218 (3)
São Luis	408	—	219	319	140 (3)	—
Teresina	202	197	205	174	113	213
Fortaleza	406	—	—	137	176	—
Natal	544	201	196	113	124	236 (4)
João Pessoa	595	233	210	174	122	290
Recife	403	212	194	100	108	273
Maceió	302	179	201	211	122	240
Aracaju	277	254	221	217	157	251
Salvador	540	268	247	278	135	297
Belo Horizonte	642	—	—	302	130	—
Viçóia	354	208	213	170	130 (2)	252 (5)
Niterói	602	241	232	206	120	299
Rio de Janeiro	773	307	244	252	143	325
São Paulo	500	304	255	220	201 (2)	313 (6)
Curitiba	470	249	233	271	160	272 (7)
Florianópolis	175	230	217	190	158	217
Porto Alegre	—	245	216	—	151	—
Cuiabá	468	260	264	266	183	293
Goiânia	732	229	242	145	155	296

(1) Índices geométricos ponderados; base dos índices: média do Brasil referente a janeiro de 1948 = 100.

(2) Dado referente a fevereiro.

(3) Dado referente a janeiro.

Extraído de: "Boletim Estatístico" — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, abril-junho de 1954

● **Vertiginoso o incremento das importações de petróleo bruto**

Pelos dados referentes à importação de combustíveis, que publicamos anexo, compreendendo os anos de 1953 e 1954 e o primeiro semestre de 1955, verifica-se que diminuiram substancialmente nossas compras de gasolina e óleos combustíveis no exterior. Por outro lado, houve um aumento vertiginoso nas compras de petróleo em bruto, de 30 mil toneladas em 1953 para 1 milhão e 500 mil toneladas de janeiro a junho do corrente ano. Um fato explica essa modificação: a entrada em funcionamento das no-

vas refinarias de Manguinhos, Ca-puava e Cubatão, neste ano. Como decorrência, sabendo-se que em cada barril de petróleo importado, para refino, o país terá uma economia de 2 dólares e meio, tornam-se evi-dentes as vantagens que já estamos auferindo graças à orientação do go-vérno nesse setor. O último leilão do ano para importação de combus-tíveis líquidos, rendendo 80 milhões de dólares, foi realizado em fins de setembro. Somando-se os dados re-lativos a essas importações, com as do primeiro semestre, o desnível entre as compras de gasolina e de pe-tróleo bruto ficará ainda em maior re-lêvo.

IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

(Em toneladas)

PRODUTOS	1953	1954	1955 (jan.-junho)
Gasolina	2.429.442	2.610.206	708.782
Óleos combustíveis	3.478.082	4.262.021	1.002.034
Querosene	406.004	838.477	998.040
Carvão de pedra	466.298	468.198	269.294
Petróleo em bruto	30.398	149.409	1.549.237

Fonte: — Conselho Nacional do Petróleo.

● **A refinaria de Manaus**

A construção da Refinaria de Ma-naus, da Companhia de Petróleo da Amazônia, cujas obras foram come-cadas em março dêste ano, está prosseguindo com grande atividade, havendo cerca de quatrocentos ho-mens ocupados nos trabalhos em execução.

Espera-se que esteja em condi-ções de ser inaugurada em janeiro ou fevereiro do ano vindouro, me-nos de doze meses depois de prin-cipiadas as atividades de constru-ção. A quase totalidade do seu equipamento (90%) já se encon-tra no local da montagem, à mar-gem de um canal navegável a qua-tro quilômetros da cidade de Ma-naus, em ponto acessível a navios de alto bordo.

A capacidade inicial da refinaria, cujo projeto foi elaborado por uma organização especializada dos Esta-dos Unidos, será de cinco mil bar-ris de petróleo por dia. A princi-pio, tratará o óleo cru peruano, mas tão logo Nova Olinda entre em re-gime de lavra passará a ser alimen-tada com o produto nacional, produ-zindo, além dos derivados de pe-tróleo, gás liquefeito, adubos quími-cos, inseticidas etc.

● **Mataripe já produziu o triplo do seu custo**

O preço de custo da Refinaria de Mataripe, desde sua construção e posterior ampliação, monta a qua-tro milhões e 800 mil dólares. Nos cinco anos de atividade, dos quais a maior parte foi consumida operan-

do na metade de sua atual capacidade de refino, já proporcionou ao país uma poupança de divisas na ordem de 12 milhões e 880 mil dólares. Praticamente, produziu o triplo do quanto custou para ser construída, ampliada e melhorada.

O cálculo de economia de divisas foi feito à base do preço correspondente em dólares dos diversos produtos importados, cif Rio.

Uma nova ampliação da Refinaria já está aprovada, por força da qual passará a produzir, entre outros derivados do petróleo, óleo lubrificante, na ordem de 80% das necessidades nacionais.

Não há negar que o tratamento do petróleo baiano vem contribuin-

do promissoramente para a economia de divisas. E maior será essa contribuição quando, em futuro próximo, estiver aquéle estabelecimento produzindo óleo lubrificante, que é de todos os derivados do petróleo o mais caro.

Sabe-se, de resto, que o óleo extraído dos campos da Bahia é do tipo Pensilvânia, adequado, portanto, à produção de lubrificantes, e que vale dizer, de valor muito superior a todos os outros tipos de petróleo.

Damos abaixo um quadro das atividades da Refinaria de Mataripe, nos anos de 1951 até agosto de 1955 :

ANO	Litros	Valores em Cr\$	Preço correspondente US\$
1951	49.289.000	60.683.000,00	1.372.902,00
1952	99.555.000	96.178.000,00	2.344.742,00
1953	103.399.000	134.442.000,00	2.512.563,00
1954	107.601.000	162.282.000,00	2.702.938,00
1955	150.460.000	326.336.000,00	3.954.710,00

• Indústria do carvão

Três Estados contribuem para a produção carbonífera do País. Neles, mais de trinta empresas vêm de há muito operando, cabendo o maior número à Santa Catarina; no Rio Grande do Sul situam-se, porém, as duas principais organizações, com uma produção que atinge a metade do volume total; no Paraná localizam-se algumas empresas, havendo campo propício para ampliar a mineração. Com exceção de duas ou três, essas organizações mantêm-se em regime deficitário. Dispondo de aparelhamento primitivo, sua produção, em conjunto, não alcança quantidade superior a 2.100 milhões de toneladas anuais. Para incentivar a exploração, criou o Governo a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, integrada por técnicos de reconhecida competência, já tendo iniciado a tarefa que lhe foi confiada.

O carvão nacional está à altura de atender às nossas necessidades. Para esse fim, o que importa é aperfeiçoar os processos de extração, tornando-se imprescindível mecanizar a mineração. Com isto, não só as minas produzirão mais, como também o produto alcançará melhor conceito no mercado. Por outro lado, poder-se-á aproveitar o carvão inferior em vários subprodutos de interesse industrial. Outra característica do problema constitui a necessidade de ampliar a energia elétrica do País, estando o Governo interessado na instalação de usinas termoelétricas, notadamente nos Estados carvoeiros, que, por sinal, lutam contra a escassez de energia elétrica.

Questão encaminhada com êxito para uma solução satisfatória, ela requer, agora, maior atenção para atingir o seu completo sucesso, cabendo ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico prestar todo

apoio à renovação da indústria carbonífera brasileira.

● **Jazidas de zinco, chumbo e cobre, em Minas Gerais**

Foram considerados importantes os depósitos de zinco, chumbo e cobre recém-descobertos nas cabeceiras do rio Paracatu, afluente do São Francisco, ao noroeste de Minas Gerais. Essas jazidas situam-se na serra do Barroção e nas bacias dos rios Cedro, Poco Verde e Olaria, formadores do Paraguaçu, e não longe da fronteira de Goiás. Trata-se de um conjunto de veiros hidrotermais zinco-plumbo-cupríferos encaixados na formação calcária da série São Francisco-Bambuí. Sua pesquisa foi concedida à Companhia Níquel do Tocantins.

● **Viajaram nos "paus-de-arara", em 1954, quase cem mil nordestinos**

No ano passado, transitaram em ônibus e caminhões pela rodovia União-Indústria, nas duas direções, 91.941 pessoas, naturais do Nordeste e dos Estados de Sergipe e Bahia. Do total de passageiros transportados, 62.128 são homens, 17.147 mulheres e 12.666 crianças. Pode-se, assim, formar ideia sobre a intensidade do tráfego daqueles veículos, já conhecidos sob a pitoresca denominação de "paus-de-arara".

Os dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e divulgados no último "Boletim Estatístico" do IBGE, mostram que o fluxo migratório parte principalmente do Nordeste, destinando-se o grosso das levas a São Paulo e Rio de Janeiro.

O maior contingente de nordestinos saiu de Pernambuco (18.575), seguindo-se os de Paraíba (14.778), Bahia (9.846), Ceará (8.045) e Alagoas (5.311 pessoas). Acrescentando-se os poucos milhares vindos de outros Estados, tem-se um total de 61.186 passageiros que transitaram na direção Sul. Dêstes, 45.202 (74%) foram para São Paulo; 14.693 (24%) para o Rio de Janeiro; 962 (1%) para o Paraná.

Note-se que é relativamente elevado o tráfego de torna-viagem, pois as estatísticas registram a volta de 30.755 nordestinos, sergipanos e baianos aos seus pontos de partida. O balanço do movimento de passageiros em ambos os sentidos oferece o saldo de 30.431 pessoas a favor do Sul, que corresponde a um terço do total em trânsito e à metade dos que se destinaram ao Sul. Aparentemente, para cada duas pessoas que emigraram, uma regressou ao seu Estado.

● **Tremendo desgaste de caminhões devido às más estradas do país**

Mais de 60.000 caminhões trafegam, diariamente, no Brasil, sobre estradas de terra. A média de quinhentos mil cruzeiros, cada um, representam 30 bilhões de cruzeiros. Se rodassem sobre pavimento, deveriam desgastar-se em oito anos. Mas sobre estradas de terra, viram suca em três anos.

Seriam depreciados no primeiro caso, à razão de 62.000 cruzeiros anuais; mas o são ao valor de 166.000 cruzeiros anuais, devido ao mais rápido desgaste a que as estradas de terra os submetem.

A economia nacional perde cento e quatro mil cruzeiros por ano e por veículo rodando sobre tais estradas. Ao todo, o prejuízo monta a 60 bilhões de cruzeiros anuais ou seja o dóbro do Fundo Rodoviário.

● **A era da energia atômica**

A **IMPORTÂNCIA DO URANIO — RESULTADOS ANIMADORES JÁ OBTIDOS NO BRASIL — PALESTRA DO PROF. SYLVIO FRÓES DE ABREU**

Numa das últimas reuniões do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, deu-se prosseguimento à série de palestras que ali vêm sendo pronunciadas sobre o advento da era-atômica, cabendo ao Professor Sylvio Fróes de Abreu discorrer sobre o movimento mundial em procura do urânia.

Ao início de sua palestra, mostrou o Professor Sylvio Fróes de

Abreu como é recente as atividades em relação à utilização do urânia, porque só depois da última guerra mundial foi que se deu conta do que esse ..., com as possibilidades de liberação de energia pode representar para a civilização.

Iniciou-se, então, um "rusch" em busca de seus minérios, que até então eram produzidos na velha mina de Joachijinstal, na Bohemia (Tchecoslováquia); no Congo Belga, na África Equatorial; e no Lago do Grande Urso, no Círculo Polar, Canadá.

De tais centros provinha a maior parte do urânia, obtido como subproduto da extração do rádio.

O interesse pelo urânia, terminada a Conflagração Mundial pela decisiva influência da bomba atômica, criou um movimento generalizado em busca de seus minérios. Os modernos conhecimentos sobre a estrutura do urânia e sobre os processos de obter a energia resultante das suas transformações algumas, como tão bem explicou o Sr. Glaycon de Paiva, criaram a caça ao urânia em todos os países adiantados.

Foi nos Estados Unidos e nos Domínios Britânicos que se desenvolveu mais esta moderna atividade e, a julgar pelas informações já divulgadas, essas nações já dispõem de material fissionável para assegurar um grande suprimento de energia nuclear num período longo.

A Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, em vista dos estoques de urânia já adquiridos, estabeleceu um ... para o período em que oferece prêmios e garante preços para todo o urânia minerado naquele país.

A PRESENÇA DE URANIO NO BRASIL

Prossegue o Professor Sylvio Frées de Abreu fazendo referência aos depósitos descobertos no planalto do Colorado, que estão sendo intensamente explorados. Uma multidão de prospectadores, munidos de contadores Geiger Muller, vasculha todos os ... morros em busca de radiações uraníferas.

As companhias de petróleo estão dedicando toda a atenção nos vestígios de urânia nos terrenos em que fazem prospecção geofísica e são cerca de 300.000 os poços abertos atualmente no decorrer dos trabalhos de geofísica.

As grandes reservas de urânia anteriormente conhecidas são as do Canadá (Lago do Grande Urso e Lago Atabasca), as dos Estados Unidos, no planalto do Colorado, nos fosfatos da Flórida e dos Estados do Oeste, ... vistos de Chattanooga, a Sudeste. Outras fontes consideráveis são os resíduos de mineração de ouro da África do Sul, que constituem minério de baixo teor, porém, de custo de ... por ser um resíduo, e os minérios da Austrália, cuja exploração já teve início.

Quase todos os países adiantados já descobriram minérios de urânia e estão cuidando de sua exploração, tais como a França, a Alemanha, Portugal, Índia, Rússia e seus satélites.

As pesquisas no Brasil tem sido levadas a efeito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e Conselho Nacional de Pesquisas e os resultados já obtidos são bastante animadores.

Não tem havido participação da atividade particular, como nos Estados Unidos. A esse respeito discutiram muito o assunto os conselheiros Glaycon de Paiva, José Augusto, Viana de Souza, Simões Lopes e Benjamim Cabello, procurando esclarecer a razão de tal desinteresse.

A presença de minérios de zircônio contendo urânia, em Minas Gerais, e o conhecimento dos processos para sua mineração já permitem a programação de uma usina para a produção de urânia nuclearmente puro, que será futuramente empregado em nossos reatores.

● Nova Capital do Brasil

A Comissão da escolha do sítio para a Nova Capital se acha de parabens com o adiantamento dos estudos realizados.

O levantamento já está pronto e foi feito por foto aérea.

O local preferido fica de fato no Planalto Central entre as grandes bacias fluviais do País.

A região demora entre os rio Deserto a Oeste e rio Prêto a Leste e engloba a cidade de Planaltina.

As características do novo município federal, são:

Altitude entre 900 a 1.250 metros.

A região demarcada e já desapropriada pelo Governo de Goiás, compreende uma área de 5.800km².

Há abundante água potável e materiais de construção; calcáreo, argila, areia e granito.

Os municípios de Formosa e Planaltina são criadores de gado o que permitirá abastecimento de carne fácil e suficiente.

Outros dados climáticos: pressão barométrica 685; temperatura média 20; máxima absoluta 32; mínima absoluta 6; média das máximas (outubro) 28; média das mínimas (julho) 11.

Dias de chuva por ano 140; nebulosidade 8 em dezembro, 3 em julho.

Latitude 16°; longitude 47°30' Oeste de Greenwich.

Distância em linha reta ao rio São Francisco 287km; distância em linha reta a Goiânia 200km.

Chuvas (altura) 1.850mm.

Ventos dominantes N S.

Teve a Comissão o alto critério de escolher a região topográfica na zona que oferece melhores condições climáticas e melhor situação geopolítica, pois fica a cavaleiro das grandes vias fluviais.

Uma pléiade de urbanistas, arquitetos e paisagistas estuda agora o planejamento da cidade.

A Nova Capital vai ser construída sem grandes despesas para o erário nacional pois só a revenda de lotes permitirá uma renda suficiente para as construções federais e os serviços públicos.

Levando em conta que os lotes possam ser em média de 20 por 50 metros e vendidos a 20 mil cruzeiros (prazo de 10 anos) teremos um montante de 5 milhões e 800 mil lotes o que nos dá um total de 116 bilhões de cruzeiros.

Várias quedas d'água, nas proximidades, já estão estudadas para fornecer a energia elétrica para a Capital.

A Defesa Nacional congratula-se com o ilustre Marechal José Pessoa e seus dignos companheiros de Comissão pelo impulso dado ultimamente a esse problema que tanto interessa os destinos da nacionalidade.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

“A Defesa Nacional” agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de novembro do corrente ano :

a) Do exterior :

Argentina — Revista Militar.

Bolívia — Revista Militar.

Espanha — “Ejército” — Revista ilustrada de las armas y servicios.

— “Revista de la oficialidad” (apêndice da Revista Ejército).

— “Guion” (Revista de los mandos subalternos).

França — Revue de Defense Nationale.

— Revue Militaire d'Information.

— Revue des Forces Aér. Franc.

Itália — Rivista Militare.

Portugal — Revista Militar.

— Revista da Cavalaria.

U.S.A. — Military Review.

— Rev. Aérea Latino Americana.

Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

“Conjuntura Econômica”, da Fund. Getúlio Vargas.

“Comércio Internacional”, do Banco do Brasil.

“Digesto Econômico”, da Assoc. Com. de S. Paulo.

“Militia”, da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.

“Itamaraty” — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.

“Rev. Brasileira de Geografia”, do I.B.G.E.

“Boletim de Informações”, da Conf. Nac. de Ind.

“Rodovia” — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.

“Revista do Club Militar”.



Noticiário de Interesse Militar

• Base Naval de Recife

SUA IMPORTANCIA COMO PORTO MILITAR E COMERCIAL — O MAIOR DIQUE DO PAÍS — SERÃO CONSTRUIDOS 2.675 METROS DE CAIS

A Base Naval do Recife, dada a sua posição estratégica, será dentro em breve uma das mais importantes do país.

Sua construção, que representa resultado de estudos e cooperação construtiva entre a Marinha, o Departamento Nacional de Portos, Rio e Cais, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o governo do Estado, a Administração das Docas e Obras do Pôrto do Recife e as municipalidades do Recife e de Olinda, é decorrência da necessidade inadiável de dotar Recife de uma Base Naval que possibilite reparos e descanso aos navios de Marinha de Guerra, como também facilidade aos navios mercantes, nacionais ou estrangeiros, dotando o pôrto de dique, oficinas e pessoal especializado.

O projeto de construção da Base, ora em execução, consta de ampliação do pôrto de Recife na costa de 10 metros e do aproveitamento da Bacia do Beberibe, com a abertura, pela retirada de enrocamento e dragagem, de um canal de 180 metros de largura, comunicando a bacia com o ancoradouro do pôrto.

A bacia do Beberibe, a ser criada, terá 1.350 metros de extensão e 400 de largura, e será limitada de

lado do pôrto comercial por cais de 10 metros.

Prevê o projeto a construção, só para a Base, de 2.675 metros de cais e a criação de quatro zonas respectivamente com 485.000, 128.000, 477.000 e 370.000 metros quadrados, áreas essas que permitirão a construção de todas as instalações necessárias aos vários serviços da Base.

Construir-se-ão dois grandes diques, um com 250 metros de comprimento (o maior do país), capaz de docar navios de porte dos nossos atuais cruzadores e outro com 180 metros.

Na zona onde serão feitos os diques, serão construídos três cais acostáveis, que terão os limites marítimos da área. Um limite Frontal, terá a extensão de 335 metros; outro, limite sul, ao largo do canal que liga à bacia do rio Be-Oeste na Bacia de Beberibe, denominado cais do Canal, com 316 metros e um outro, limite Oeste, na Bacia de Beberibe, denominado cais na Macia, terá um comprimento de 370 metros.

CAIS FRONTAL

O cais frontal, já terminado, faltando apenas o acabamento final, é feito na cota de 10 metros. Do tipo semi-pesado, descontínua. Foi construído com tubulões fundidos, cravados a ar comprimido, sobre as quais se assenta uma plataforma constituída de um estrado de con-

creto protegido, para a sobrecarga de 5 toneladas por metro quadrado e mais 30% de impacto. A fundação total consta de 42 tubulões.

SOLEIRAS DAS PORTAS-BATEL

As soleiras das portas dos dois diques, embora fazendo parte desse cais, pela sua importância, podem ser considerados como obras separadas dêle.

Foram construídas em três secções separadas, em uma carreira. Cada secção foi chamada de "caixa unidade". Uma vez lançados êstes caixões e flutuando, foram êles unidos três a três por meio de 102 cabos de proteção e, assim solidificados, foram aumentados em suas paredes laterais, passando a constituir a soleira das portas. O "caixão unidade" mede 16 metros de comprimento, 8 de largura e 5 de pontal. A soleira completa atinge 48 metros de comprimento por 8 de largura e com o aumento feito nas paredes passaram a ter um calado de 8 metros e meio.

DESAPROPRIAÇÕES

Cêrca de 500 desapropriações foram levadas a efeito para essas obras, tôdas na área do primeiro decreto de desapropriação e tôdas elas amigáveis, terminando assim as desapropriações do primeiro decreto. Quanto ao segundo decreto, cêrca de 50% da área correspondente a êle já foi desapropriada e incluída entre os terrenos da futura Base Naval.

Para as construções há necessidade de numerosos equipamentos, de duas espécies: equipamento geral de construção e equipamento marítimo. A manutenção desse equipamento de modo a que êle produza ao máximo, considerando o ataque pelo tempo, especialmente na zona de construção e desgaste, merece cuidados permanentes da administração.

O equipamento geral de construção abrange viaturas, máquinas, ferramentas e material especial para construção e estudos. O equipamento marítimo consta de embarcações e aparelhos de dragagem. Grande parte dêsse material está

adquirido e recuperado, alugado e mesmo construído no próprio canteiro de trabalho.

• Organização Básica do Exército

MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE NEREU RAMOS AO CONGRESSO — POUCAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS — CRIAÇÃO DA ARMA DE COMUNICAÇÕES, DO QUADRO DE ENGENHEIROS INDUSTRIALIS E DESDODRAMENTO DO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS

O Sr. Presidente Nereu Ramos enviou mensagem ao Congresso, acompanhada de projeto de lei que dispõe sôbre a Organização Básica do Exército.

Louva-se a mensagem presidencial numa exposição de motivos encaminhada pelo Sr. General Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra, ponderando a necessidade de atualização das leis básicas que regem a estrutura e funcionamento do Ministério da Guerra, as quais, por datarem de quase dez anos, não mais estão em condições de atender às reais necessidades do Exército, cuja evolução se tem processado de maneira acentuada, sobretudo nos últimos anos.

Salienta o Sr. General Teixeira Lott que, em verdade, legislação complementar tem sido baixada pelas autoridades competentes, à medida das necessidades mais imperiosas, a fim de afastar dificuldades ou preencher lacunas. Daí, porém, a necessidade de consolidação geral de tôda essa complexa e por vezes superabundante legislação, que priva as autoridades da indispensável flexibilidade na sua aplicação.

LEI ÚNICA, FLEXÍVEL E AMPLA

O projeto submetido à apreciação do Congresso reune, em uma lei única, suficientemente flexível e ampla, tôdas as disposições realmente básicas à organização do Ministério da Guerra, deixando-se de lado, dentro da alcada do Poder Executivo ou mesmo do próprio Ministro de Estado, a regulamentação subsequente de quaisquer pormenores e complementos, naturalmente sujeitos a alterações mais freqüen-

tes, em função da evolução efetiva das necessidades e circunstâncias.

Ao mesmo tempo foi possível, graças mesmo a essa consolidação e simplificação dos textos legais, escoimá-lo de prejudiciais repetições, ambiguidades e até contradições, dando-se à nova lei uma redação mais ou menos uniforme e de inteligência mais imediata.

POUCAS ALTERAÇÕES

Ressalta a exposição de motivos do titular da Guerra que a organização geral estabelecida para o Ministério em pouco difere da atual, não sendo, porém, de subestimar as benéficas repercuções que certamente advirão de número, embora reduzido, das alterações introduzidas. É que se objetivam, fundamentalmente, a rearticulação do conjunto em um todo conexo e lógicamente interrelacionado, garantindo-se desse modo, real eficiência ao planejamento, direção, coordenação e controle de todas as atividades, sem prejuízo da útil descentralização de responsabilidades que virá aliviar os encargos burocráticos das autoridades situadas nos mais altos graus da hierarquia.

O reagrupamento mais simples e racional dos diferentes serviços e atividades, tanto no sentido lateral como no vertical, determinou a criação de um órgão especial, o Departamento Geral do Pessoal, coordenador de todos os assuntos relativos ao pessoal do Ministério (militar, civil, da ativa e da reserva, questões de recrutamento, assistência e previdência social). Com isso, haverá distribuição mais equilibrada e melhor adequada dos encargos referentes ao material entre o Departamento de Produção Geral, supervisor das atividades de suprimento e manutenção e o Departamento de Produção e Obras, ao qual caberá coordenar e fiscalizar toda a fabricação e recuperação do material de guerra, a pesquisa técnica e científica e a execução e conservação de obras militares, vias de transportes e de comunicações. Como consequência, a Comissão Especial do Serviço Social do Exército passará à categoria de Diretoria, tal como

estavam a exigir o seu caráter permanente e a importância cada dia crescente dos encargos que lhe estão afetos. Por desdobramento, criaram-se outros órgãos especializados, a Diretoria de Engenharia e Comunicações e a do Patrimônio do Exército.

ESTADO-MAIOR E ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ao Estado-Maior do Exército permanecem atribuídas as superiores tarefas de coordenação e planejamentos que sempre lhe foram privativas, deixando-se-lhe, por isso mesmo, diretamente subordinados, os órgãos a que está afeta a supervisão de todas as atividades relativas ao ensino, à instrução e ao serviço geográfico, além das Escolas de mais elevado nível do Exército.

O projeto de lei inclui, sob direta orientação do Ministro de Estado, um alto órgão encarregado do planejamento econômico-financeiro, da elaboração orçamentária e do controle das aplicações financeiras do Exército — a Comissão Superior de Economia e Finanças — cuja criação é inadiável em face da complexidade crescente dos encargos do Ministério, nesse setor chave da administração. Por outro lado, deixa de considerar entre os órgãos de direção, a Inspetoria Geral do Exército, recentemente extinta, por se haver evidenciado, na prática, a inconveniência de existir mais um intermediário entre o Ministro de Estado, comandante do Exército e os altos comandos das Forças Terrestres.

Quanto a estas, não há inovações de monta, substituindo-se apenas a denominação de Zonas Militares e firmando-se a idéia da repartição de Forças Terrestres em número variável de Exércitos, todos diretamente subordinados ao Ministro de Estado e cujos comandantes, nas respectivas zonas, passam a exercer autoridade sobre todas as organizações nela sediadas. A definição do número, composição e área territorial, tanto dos Exércitos como das Regiões Militares, ficam na alçada do Poder Executivo, o qual poderá, com muito maior propriedade e presteza, atender à necessidade

de manter correspondência perfeita em relação à organização e repartição territorial das fôrças pertencentes aos Ministérios da Marinha e Aeronáutica, tudo com vistas ao planejamento combinado da segurança nacional, a cargo do Estado-Maior das Fôrças Armadas.

ARMA DE COMUNICAÇÕES E ENGENHEIROS INDUSTRIALIS

No que se refere à estrutura geral do Exército, mantém o projeto o que já existe com apenas três substanciais modificações, a saber: criação, ao lado da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia, de uma quinta arma — a de Comunicações, velha aspiração dos meios militares, que vem atender a uma necessidade reconhecida em face da evolução do técnico militar, que exige especialização de oficiais combatentes: remodelação do atual Quadro Técnico da Ativa, dando-lhe real unidade e autonomia de modo que os oficiais especializados na engenharia industrial não mais figurem nos próprios Quadros das Armas e possam ter uma formação orientada desde cedo, mais econômica e com maior eficiência, para as atividades técnicas que irão desempenhar durante a carreira militar. Dêsse modo, grupar-se-ão no Quadro de Engenheiros industriais os especialistas em engenharia de armamento, de automóvel, de metalúrgica, química e eletrônica, sem prejuízo de outras especialidades que futuramente possam vir a ser criadas por lei. Por outro lado, prevê-se a não inclusão nesse quadro de outras especialidades atualmente existentes, as quais melhor virão a ser atendidas mediante a indispensável especialização do próprio oficial nas armas de engenharia ou de comunicações.

A terceira modificação em vista no projeto de Lei Básica do Exército é a remodelação do atual Quadro Auxiliar de Oficial (QAO) que se desdobra em dois — o Quadro de Oficiais Burocratas e o de Oficiais Especialistas, assegurando-se o acesso ao oficialato das praças, não só para o exercício de funções na burocracia militar, mas também para o de desempenho de ativida-

des técnicas de grau médio — mecânicos, eletricistas, etc. — com o que se espera evitar a atual evasão continuada dos especialistas formados, a grandes custas pelo próprio Exército, mas atraídos, pouco depois, para o meio civil pela maior remuneração e melhores perspectivas de acesso.

Observa, por fim, a exposição, que o projeto de lei se limita a estabelecer as diretrizes básicas, cumprindo deixar para as leis complementares a fixação dos novos quadros, condições de ingresso e acesso que nela vigorarão, bem assim as disposições transitórias, que envolvem problemas de múltiplos interesses sociais e até direitos adquiridos.

● Aviação Britânica

Os Grupos de Aviação da RAF receberam os "Hunter" e os "Valiant" após o fim de 1954, e as primeiras séries do "Vulcan" já saíram.

A política aeronáutica britânica está agora claramente orientada para o lado da produção em série, mas que para o lado da procura de protótipos espetaculares.

A aviação militar britânica tem agora mais 5.000 aparelhos contra 1.000 que tinha em 1948.

A RAF declarou possuir, em junho de 1955, 1.000 "Swifts" e "Hunters" em serviço, enquanto que naquela data não possuíam mais que 300 "Hunter" e alguns "Swifts".

Seus outros aparelhos poderosos são o "Canberra", o "Valiant", 375 "Sabre" canadenses e 200 "Sabre" americanos. São obsoletos os "Meteor", os "Venom" e os "Lancaster". Os "Canberra" são insuficientes para os bombardeios estratégicos.

Eis as características dos aparelhos de combate que começam a ingressar nos Grupos.

1) "Hunter":

Velocidade: mais de 960 km/h.
Teto: mais de 12.000 m.

Picadas supersônicas.

Armamento: 4 canhões de 30 mm e foguetes.

Reservatórios sobressalentes aliáveis.

Aparelhos da classe do F-86 e do Mig-15.

Produção :

Mais de 60 aparelhos por mês (provenientes de três centros de produção na Grã-Bretanha e na Europa Continental).

Total das encomendas :

1.700 aparelhos destinados à RAF e à exportação.

Efetivo previsto de "Hunter" na RAF : 1.000.

O aparelho está corrigido de seus defeitos pelo aperfeiçoamento de adicionar oxigênio no sistema de alimentação.

2) "Swift" :

Esse interceptador da classe do F-86 e do Mig-15 (velocidade sônica, teto de mais de 12.000 m, picadas supersônicas) com o qual um Esquadrão foi organizado no ano passado, foi interditado para os vôos por causa de defeitos da alimentação do motor a jato. Algumas autoridades pleiteiam a anulação de sua encomenda de compra de 400 aparelhos.

3) O DH-110 :

Os defeitos da empenagem e da estrutura dêste aparelho duma velocidade quase sônica e com um teto de mais de 12.000 m foram corrigidos. Ele possui nas baixas velocidades boas características que lhe dão rendimento especial de avião de porta-aviões. Foi recentemente encomendado em grande número, sob licença, para a Marinha Americana.

4) O P.I. :

Esse interceptador, cujos dois motores a jato dão-lhe uma impulso total de 7.200 Kg a uma velocidade supersônica e um teto acima de 15.000 m.

5) O "Gnat" :

Esse é um interceptador leve que tem uma velocidade supersônica e um teto acima de 15.000 m. Os motores a jato apresentam o defeito de má alimentação de oxigênio quando os canhões atiram; este defeito está em fase de correção.

A RAF encomendou, a título de experiência, alguns exemplares.

6) O "Supermarine 525" :

Esse protótipo de interceptador de porta-aviões bimotor a jato tem uma velocidade sônica, teto acima de 12.000 m e velocidade de picada supersônica. Um tipo aperfeiçoado dêste aparelho foi encomendado (a encomenda é de cerca de 100 aviões).

7) "Javelim" :

Esse caça para qualquer tempo bimotor a jato com asas em delta, tem uma velocidade sônica, um teto de 14.000 m. O primeiro exemplar da série ficou pronto no último verão (da Inglaterra) mas nenhum "Javelim" entrou ainda em serviço ativo.

O aparelho sofre de vibrações na empenagem.

8) O "Canberra" :

Esse bombardeiro leve (B-6) ou avião de reconhecimento a altas altitudes (BRF), tem uma velocidade acima de 950 Km/h e um teto de 15.000 m. O B-8 pode também cumprir a missão de "incursor" noturno. O "Canberra" equipa atualmente o "Comando de Bombardeio Estratégico".

Atualmente 600 aparelhos desse tipo estão no serviço ativo.

9) O "Valiant" :

Esse bombardeiro médio da classe do B-47 possui velocidades sub-sônicas elevadas e teto acima de 14.000 m.

Sua produção é de dois aparelhos por mês. Um Grupo de 11 "Valiant" está em serviço ativo.

O aparelho sofre ainda de vibrações na empenagem.

10) O "Vulcan" :

Bombardeiro duma classe intermediária entre o B-47 e o B-52.

Velocidade : "Mach 1".

Teto : acima de 15.000 m.

Raio de ação : inferior a do B-52.

Carga : acima de 70 Ton.

11) "Victor" :

O "Victor" (da mesma classe que o "Vulcan"), possui velocidades só-

nicas. Tem um teto acima de 14.000 m. Sua carga é acima de 70 Ton.

O "Victor" possui o defeito de vibrações na empenagem. Este aparelho está no momento num "banco de provas" aerodinâmicas para um futuro bombardeiro atômico prestes a entrar em serviço.

AVANÇO BRITANICO NO DOMÍNIO DOS MOTORES

Ao contrário do que se passa com os aviões, a situação da Grã-Bretanha é favorável no setor dos motores onde a indústria inglesa está avançada sobre a indústria americana.

A Grã-Bretanha tem, em provas, três motores a jato de 6.800 Kg de impulsão: o "Gyron", o "Conway" e o "Olympus".

O "Gyron" tem possibilidades supersônicas. A América do Norte o acha "muito satisfatório".

O "Conway" é um motor a jato axial com fluxo duplo mais econômico que os motores a êmbolo nas longas distâncias.

O "Olympus" de 6.800 Kg de impulsão, está num banco de provas.

Essas notas concretas da produção aérea britânica mostra o esforço dos construtores ingleses cujos trabalhos serão evidenciados no próximo "meeting" de Farnboroug, de que daremos notícias a nossos leitores.

(Traduzido da Revue Militaire D/Information n. 257, de set 955).

• As Marinhas de Guerra em 1955

A situação da Marinha Francesa em 1955 é de esperanças e de inquietações. As novas belonaves, do tipo "Surcouf" ou "Le Corse", começam a ser incorporadas, após provas satisfatórias, às Divisões Navais da ativa, armando assim os EM e Guarnições impacientes de atividades modernizadas.

Mas, por outro lado, as dificuldades orçamentárias levaram o Parlamento a reduzir o programa naval de 30.000 ton (considerado

como o "minimum vital") a 21.000 ton.

Esta é uma dolorosa diminuição cujas repercussões serão fortemente sentidas nos anos vindouros.

Com 30.000 ton anuais de construções novas, sómente em 1970 a tonelagem deveria atender as 540.000 ton *indispensáveis para as missões nacionais e para a NATO*.

Com menos de 30.000 ton de construções novas esta cifra de 540.000 tons arrisca-se de não ser nunca atendida...

O fato de ficarem obsoletas as primeiras belonaves incorporadas no serviço ativo anula automaticamente as novas construções.

Haverá, aqui, assunto para reflexões pessimistas pelo futuro, se a Marinha não conservar suas tradições ou sua esperança fundamental. Uma esquadra com efeito, não se constrói em poucos anos. O espírito de continuidade, a larga visão, e a esperança, são as qualidades essenciais dos homens que tem a missão de manter ou reconstruir o potencial naval de uma nação.

Sem este potencial naval, há necessidade de repetir? Nenhuma nação pode conservar sua independência. Isto é uma verdade de nossos dias que foi verdade nos séculos passados.

Hoje, é suficiente constatar o interesse crescente de parte da URSS no desenvolvimento de suas forças navais (12.000 bilhões de francos consagrados a este desenvolvimento após o fim da guerra!) ou a atividade de construções da Marinha americana (4 submarinos atômicos, 4 porta-aviões tipo "Forrestal" de 80.000 ton) para nos convencer que o potencial naval não cessou de interessar as nações dirigentes.

Em 1957, por previsões as mais autorizadas, a Rússia deverá contar com:

- 30 cruzadores (dos quais 24 modernos de 13.000 ton, tipo "Sverdlov")
- 150 contratorpedeiros
- 500 submarinos
- 300 contratorpedeiros de escolta
- 1.000 caça-minas
- 4.000 aviões da Aviação Naval.

Mesmo que se deixe de lado a cifra enorme de seus submarinos (cujo emprego eventual parece evidente) é de se notar a importância que a grande nação continental dá às belonaves de superfície, apesar de não lhe ser necessário numa guerra moderna, das vias marítimas do Atlântico... como êste seria o caso da França!

Apesar de que todos êsses aviões da Aviação Naval têm base em terra e também que se utilizam dos mesmos tipos de aparelhos que a Fôrça Aérea Terrestre, a URSS tem conservado a separação dos dois corpos. A modalidade de emprego da Aviação Naval é com efeito, na prática, um "metier spécial" que não se aprende, como tôdas as artes, se não com longos anos de treinamento. Isto é sem dúvida o que pensam os russos.

Calma, mas seguramente, a Marinha Soviética caminha para o segundo lugar entre as Esquadras do Mundo.

A Marinha Americana, tem uma tonelagem de mais de 4.000.000 ton (4.269.000 ton exatamente, um pouco acima de 4 milhões mais que a Esquadra francesa).

Uma tal cifra é sem comentários.

Veremos abaixo, a comparação das principais Marinhas com a percentagem do Orçamento relativo as forças armadas :

U.S.A. . .	4.269.000 ton	25%
Inglaterra..	1.154.000 ton	22,6%
Rússia . .	1.064.000 ton	?
França . .	222.500 ton	17%
Itália . .	112.200 ton	16%
Espanha . .	20.700 ton	19%
Holanda ...	88.400 ton	23,7%
Suécia . .	68.100 ton	22%

(Traduzido e condensado da Revue Militaire D'Information n. 258, de Set 955).

• A competição aérea russo-americana

Os russos, opina o Gen. Davet, começarão a guerra com vinte mil aviões dos quais uma parte será

constituída pelos aparelhos ultra-modernos :

- caças interceptadores superiores ao F-100 Super Sabre americano;
- caças para qualquer tempo, intermediário entre o F-94 Star Fire e o F-102;
- bombardeiros pesados do tipo B-37;
- bombardeiros intercontinentais da classe do B-62;
- bombardeiros médios de características comparáveis a do B-47;
- bombardeiros pesados a turbo-hélice.

Os russos dispõem de 20.000 aviões (dos quais vários milhares de Mig-17) como alguns afirmam e produzem-nos na cadêncie de 400 por mês? A questão está em discussão.

Por seu lado, os americanos dispõem de 8.000 aviões da Fôrça Aérea e 6.000 da Aviação Naval. Estes 14.000 aparelhos são ultra-modernos e já em Grupos constituídos.

Os principais são :

- O B-52, bombardeiro pesado intercontinental de 8 motores a jato J-57;
- O B-47, bombardeiro médio de 6 motores a jato, de velocidade supersônica e podendo levar a bomba atômica a seis mil Km aproximadamente;
- O Canberra, bombardeiro leve construído com licença britânica;
- O F-100 super sabre, interceptador diurno e de apoio terrestre;
- O F-102 e o F-86-F, interceptadores para qualquer tempo;
- O F-84-F, de apoio terrestre e podendo carregar a bomba atômica leve, que arma também os Grupos aéreos da NATO.

Se os Estados Unidos são superados em número, não o são em qua-

lidade, ao menos neste momento. Os bombardeiros pesados americanos são recentes, após a substituição do B-36 pelo B-52 nos Esquadrões do Comando Aéreo Estratégico.

A potência americana se firma também neste assunto quanto ao equipamento e à experiência do bombardeio estratégico.

(Revue Militaire D'Information n. 255, jul 955).

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, consequentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

COMPANHIA FARMACÉUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato So-
brinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48
— Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professor Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. (CASA PRATT) — Máquinas de escrever. Máquinas de calcular. Máquinas tabuladoras. Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, 283 — Rio de Janeiro.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

Wilson, Sons & Comp. Ltda. — Av. Rio Branco, 25-5º and. Telefone 23-5988 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMÃOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1.11 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça da Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana: Automóveis. Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRÉSA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Pôrto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FÁBRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A. — Rua da Alfândega, 325
— Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.

MATHEIS TEXTEIS CIA. — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.

S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO —
Máquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de
Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.

NEVACO — COMERCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA. — Av. Rio
Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.

S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS — Rua Teófilo Ottoni,
n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.

MESBLA S/A — Rua do Passeio, 42 a 46 — Telefone 22-7720 — Rio de
Janeiro — Distrito Federal.

MESBLA S/A — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 —
Niterói — Estado do Rio de Janeiro.

BANCO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S/A — A Chave da Segurança
de sua Economia e da sua Renda — Fundado em 1924 — Rua 1º de
Março, 15 — Telefone 23-2414 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A —
Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro.
São Paulo — Rua Alvares Penteado, 218-5º and.

CASAS DAS CORTINAS LTDA. — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Tele-
fone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

“MARCENARIA” MÓVEIS COSTA PEREIRA VIANNA LDA. — Rua Se-
nador Pompeu, 192 — Rio de Janeiro.

CIA. IMOBILIÁRIA IMPERIAL S/A — Av. Churchill, 129-11º and.
S/1101 — Telefone 42-9256 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

COMPANHIA AUTOCARROCERIAS CERMAVA — Fábrica e Escritório:
Rua Cel. Almeida, 53 — Piedade — Tel.: 49-8068 — Rio de Janeiro.

A EXPOSICAO MODAS S/A — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and.
— Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DOCAS DA BAHIA — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Tele-
fone 52-7022 — End. Teleg.: “DOCBA” — Rio de Janeiro.

BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A — Praça Pio X, 54-A — Tele-
fone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.

COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS — Fósforos de Propaganda,
Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Rio Branco, 81-20º and. —
Te.: 23-5870.

“HOOS” MÁQUINAS MOTORES LTDA. — Av. Rio Branco, 25-16º and.
— Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS — Rua do Carmo, 27-A, Telefone: 52-8010 — Rio de Janeiro.

COLÉGIO ANGLO AMERICANO — Praia de Botafogo, 374 — Telefone: 26-1321 — Rio de Janeiro.

CASSIO MUNIZ S.A. — Rua Senador Dantas, 70 — Loja — Telefone: 52-7221 — RIO de Janeiro.

“E.T.E.C.” — EMPRÉSA DE TERRAPLANAGEM ENGENHARIA — Av. Nilo Peçanha, 12-5º, S/526 — Rio de Janeiro.

BACOREP S.A. — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.

“S.O.M.T.” — SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA. — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

FRIGORÍFICO SANTO ANDRÉ “KLEMM LTDA.” — Av. Higienópolis, 280 — Caixa Postal, 69 — Santo André — Estado de S. Paulo.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA — Rua Líbero Badaró, 119-6º And. — Caixa Postal, 1.329 — São Paulo.

EMPRÉSA AUTO-ÔNIBUS SANTO ANDRÉ S.A. — Rua Gertrudes de Lima, 219 a 227 — Santo André — Estado de São Paulo.

COMERCIAL E IMPORTADORA SÃO CAETANO DO SUL LTDA. — Peças e Acessórios para Automóveis — Rua João Pessoa, 116 — Caixa Postal, 92 — São Caetano do Sul — Estado de São Paulo.

“BRASIL” COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS — Sede: São Paulo — Sucursal no Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 4-3º And. — Caixa Postal, 1.266 — Distrito Federal.

SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

2º OFICIO — TABELIAO Dr. EROS M. MELLO VIANA — Rua do Rosário, 138 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALFAIATARIA COLUMBIA — Aceita-se cortes à feitio — Rua Miguel de Frias n. 48 — Tel.: 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

BUCYRUS-ERIE COMPANY — South Milwaukee-Wisconsin U.S.A. — W.F. HARCOURT-PALMER — Engenheiro Representante — Avenida Presidente Wilson, 198-7º, S/703 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A. — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel.: 52-2108.

E.G. FONTES & CIA. — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.

IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS LTDA. — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel.: 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.

COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA" — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Matriz: Avenida Rio Branco n. 39/41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha n. 12 — Tel.: 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cezário de Melo n. 1.188-b — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas n. 43A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremario Dantas n. 56 — Tel.: JPA 453 — Meyer: Rua Frederico Meyer n. 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo n. 81A — Tel.: 30-5311.

"ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA. — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA — Rua Marquês de Sapucaí n. 200 e José Higino n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.

"MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA." — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.

"FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA." — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.

"USINA BARCELOS" — E. do Rio.

COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHAES — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.

FÁBRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA. — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.

CASA BALNEARIO — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos Rio de Janeiro.

E.R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas, 529-s/1211 — Tel.: 23-4830.

ATOS OFICIAIS

DECRETO N. 37.999 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1955

Regula a admissão de professores, em caráter provisório, para o Magistério do Exército.
("Diário Oficial" n. 227, de 5 de outubro de 1955.)

AVISO N. 929-D/1-C — DE 16 DE SETEMBRO DE 1955

1. O Aviso n. 826, de 29 de outubro de 1954, dispensou a remessa das relações a que se referem os arts. 29 e 30 da atual Lei do Serviço Militar e, em consequência, suspendeu, a partir daquela data os pagamentos de remuneração aos oficiais do Registro Civil, arbitrada pelo Aviso n. 116-D/1-H, de 19 de fevereiro de 1954.

2. Entretanto, de acordo com as informações e pareceres da Diretoria Geral do Serviço Militar e do Estado-Maior do Exército, verifica-se que :

— a remessa de relações de cidadãos que completam 17 anos, prevista no art. 29 da Lei do Serviço Militar, de fato, não mais interessa ao serviço das Circunscrições de Recrutamento, sobrecarregando inutilmente os Oficiais do Registro Civil e onerando os cofres públicos, sem qualquer benefício para aquelas Repartições, na execução das tarefas que lhes são inerentes;

— ao contrário, a remessa das relações de óbitos, previstas no artigo 30 da mesma Lei, continua a ser necessária, a fim de poderem as Circunscrições de Recrutamento manter em dia os seus fichários de reservistas.

3. Em consequência, resolvo :

a) Fica restabelecida a remessa das relações de óbitos prevista no art. 30 da Lei do Serviço Militar, sendo revogado, nesse particular, o Aviso n. 826, de 29 de outubro de 1954.

b) Arbitrar, para o corrente ano, no valor de Cr\$ 1,00 a gratificação por óbito relacionado, de acordo com o que estabelece o art. 144 e seu parágrafo único, da Lei do Serviço Militar.

("Diário Oficial" n. 227, de 5 de outubro de 1955.)

AVISO N. 943-D1 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1955

1. Para que haja perfeita normalidade nos trabalhos da Comissão de Promoções do Exército, determino que todas as autoridades, que colaboram no preparo das promoções, remetam :

— em tempo útil, ao comandante ou chefe competente, a documentação necessária à elaboração da ficha de informações ;

— nas datas até 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, àquela comissão, os documentos consignados no § 2º do art. 47 e nos artigos 48, 49 e 50 da Lei de Promoções.

2. O § 2º do art. 47 da citada Lei especifica as autoridades participantes da elaboração dos documentos indispensáveis à organização dos quadros de acesso.

3. O Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Promoções providencie sobre a representação dos infratores das disposições vigentes, con-

forme o § 1º do art. 50 da referida Lei.

(“Diário Oficial” n. 227, de 5 de outubro de 1955.)

* *

AVISO N. 590-D4 — DE 25 DE JULHO DE 1955

Tendo em vista o disposto no artigo 168 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.246, de dezembro de 1936, a fim de salvaguardar os interesses nacionais, resolvo :

1. Revogar o Aviso n. 6, de 1 de março de 1939;

2. Proibir a importação, para comércio, de armas longas e munições calibre 22, e de armas de porte, de qualquer tipo e de qualquer calibre;

3. Permitir, com destino exclusivo às sociedades que praticam o tiro ao alvo, registradas no Ministério da Guerra, a importação de armas e munições calibre 22, destinadas aquele esporte;

4. Estabelecer o prazo de doze meses, a partir da publicação do presente Aviso, findo o qual fica vedado o comércio e trânsito de qualquer arma ou munição calibre 22 para outro fim que colidir com o disposto no item acima;

5. Estabelecer que as armas importadas como bagagem, na conformidade do art. 157 do Decreto número 1.246 referido, sejam desembaraçadas após compromisso firmado pelo proprietário de não se desfazer das mesmas antes de decorridos dois anos de seu desembargamento;

6. Revogar o Aviso n. 447, de 17 de julho de 1951, e fixar as seguintes cotas semestrais para importação :

— por firma (matriz ou filial) : 300 armas, não incluídas as de calibre 22;

300.000 cartuchos com bala, não incluídos os de calibre 22.

— por Sociedade de Tiro :

20 armas, calibre 22;

20.000 cartuchos com bala, calibre 22.

(“Diário Oficial” n. 227, de 5 de outubro de 1955.)

* *

AVISO N. 1.036-D/1-C — DE 30 DE SETEMBRO DE 1955

Tendo em vista a diversidade de interpretação, que vem sendo dada à seleção dos convocados destinados à matrícula nos Tiros de Guerra, esclareço :

1. Os cidadãos convocados, destinados à matrícula nos Tiros de Guerra, serão submetidos à seleção na época para tal fim fixada para todo o contingente (arts. 36 e 45 da Lei do Serviço Militar).

Os faltosos serão considerados refratários e, como tal, sujeitos às sanções dos arts. 128 e 140 da mesma Lei.

2. Os que, selecionados e julgados aptos, não se apresentarem à matrícula, no prazo que lhes for marcado, serão matriculados à revelia, desligados ao completarem 20 (vinte) pontos e considerados retardatários.

3. Deverão apresentar-se à seleção, com a classe imediata, para fins de incorporação em organização militar da ativa, os matriculados em Tiros de Guerra que :

— não tiverem aproveitamento ou forem desligados sem motivo justo (inclusive queles a que se refere o n. 2 cima) ;

— não tiverem aproveitamento ou forem desligados por motivo justo, pela segunda vez, e

a) caso faltem à seleção, serão considerados refratários, incorrendo nas sanções respectivas ;

b) caso compareçam à seleção e sejam julgados aptos serão designados para incorporação ;

c) se faltarem à incorporação serão considerados insubmissos.

4. Se o Tiro de Guerra ficar encostado e o respectivo município dispensado de tributação, continuará a subsistir a obrigação dos convocados nas condições do n. 3 aci-

ma, que deverão apresentar-se ao município tributário mais próximo, na forma do Aviso n. 309-D/1-I, de 19 de abril de 1955.

("Diário Oficial" n. 229, de 7 de outubro de 1955.)

* *

INSTRUÇÕES PARA O "DIA DO RESERVISTA" EM 1955

I — Da finalidade :

O "Dia do Reservista" destina-se à coleta de dados que permitam a atualização das fichas documentárias, à realização do congraçamento entre os militares da Reserva do Exército e seus companheiros das Forças Armadas.

II — Das apresentações :

Deverão apresentar-se apenas os Oficiais e Aspirantes a Oficial R-2, não convocados.

III — Da execução :

A) A coleta de dados, será feita mediante o comparecimento do Oficial ou Aspirante a Oficial R-2, à sede da Região Militar e no caso de residir em outra localidade, à Circunscrição de Recrutamento mais próxima de sua residência.

B) O congraçamento será efetivado por meio de um programa cívico-esportivo a ser elaborado pela Região Militar, a fim de ser executado em todas as Guarnições Militares e onde houver Tiro de Guerra.

Dêsses programa deverá constar, dentre outras iniciativas regionais, o seguinte :

1) Durante a 1^a quinzena de dezembro :

Duas conferências curtas, pelo rádio, na sede da Região Militar, alusivas ao "Dia do Reservista", para uma das quais poderá ser convidado um civil.

2) No dia 16 de dezembro :

Uma conferência a ser proferida na sede da Região Militar por um Oficial designado pelo Comando Regional, em clube social, cinema ou teatro, para a mesma servindo de

norma o documento "O Exodo Rural e o Exército", (publicado pelo Estabelecimento Gustavo Cordeiro de Farias — Edição de 1955).

Um conferência na sede das Guarnições Militares, também em clube social, cinema ou teatro, alusiva ao ato e de exaltação de sentimentos patrióticos, a ser proferida por um oficial designado pelo Comando de Guarnição.

Leitura na sede dos Tiros de Guerra, de um Boletim Especial do Comandante da Região Militar alusivo à efeméride de (Nascimento de Olavo Bilac).

Um concurso de tiro promovido pela Região Militar, para ser disputado, nas sedes das diversas Unidades, entre Reservistas em geral, constando de uma prova de pistola ou revólver para Oficiais e Aspirantes a Oficial e outra de fuzil ou mosquetão para Praças (Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados).

IV — Dos centros de apresentação :

Em princípio funcionarão nos Quartéis-Generais das Regiões Militares.

As Circunscrições de Recrutamento e Unidades localizadas fora da sede do Quartel-General da Região Militar deverão estar em condições de receber a apresentação dos Oficiais e Aspirantes a Oficial R-2.

V — Da propaganda :

Os Comandantes de Regiões Militares farão divulgar, por todos os meios ao seu alcance (rádio, cinema, imprensa), um extrato das presentes instruções visando a apresentação dos Oficiais e Aspirantes a Oficial R-2 e a participação dos Reservistas, em geral, nas comemorações cívico-esportivas.

Essa propaganda deverá ser encetada a partir do dia 3 de novembro do corrente ano.

VI — Do prazo de apresentação :

A apresentação dos Oficiais e Aspirantes a Oficial R-2, deverá ser feita do dia 1 a 15 de dezembro.

VII — Programa regional :

Os programas regionais deverão ser expedidos para a Diretoria Geral do Serviço Militar, até 15 de novembro, como informação.

VIII — Meios para as regiões militares :

A Diretoria Geral do Serviço Militar contribuirá com uma importância em dinheiro, para aquisição de prêmios a serem conferidos pelas Regiões Militares, aos três primeiros concorrentes colocados em cada prova.

A Diretoria Geral do Material Bélico fica autorizada a fornecer a munição necessária para as provas de tiro.

As demais despesas correrão por conta da Região Militar.

("Diário Oficial" n. 243, de 24 de outubro de 1955.)

DECRETO N. 38.150 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1955

Extingue o cargo de Inspetor Geral do Exército

O Presidente da República, usando da tribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta :

Art. 1º. Fica extinto o cargo de Inspetor Geral do Exército e consequentemente, a respectiva Inspetoria Geral.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.
Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 244, de 25 de outubro de 1955.)

DECRETO N. 38.151 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1955

Dá organização à Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização (nova designação dada ao Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo) pelo Decreto número 37.973, de 22 de setembro de 1955.

("Diário Oficial" n. 244, de 25 de outubro de 1955.)

* *

DECRETO N. 38.128 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1955

Altera artigos do Regulamento do Departamento de Desportos do Exército, aprovado pelo Decreto número 26.368, de 17 de fevereiro de 1949.

("Diário Oficial" n. 245, de 26 de outubro de 1955.)

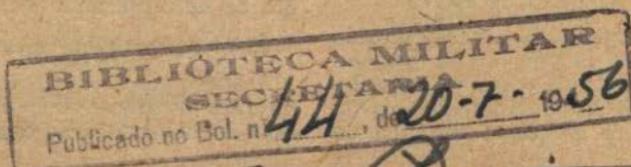
* *

PORTARIA N. 1.020 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1955

Admissão de Professores no Magistério do Exército, em caráter Provisório (Instruções).

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve aprovar as "Instruções Reguladoras das Provas de Suficiência para Ingresso no Magistério do Exército, em Caráter Provisório", elaboradas de acordo com o art. 18, do Decreto número 37.999, de 4 de outubro de 1955, que com esta baixam — General Ex. Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" n. 246, de 27 de outubro de 1955.)



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço : Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil

*

PREÇOS

Assinatura anual	Cr\$ 100,00
Número avulso	Cr\$ 10,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilitade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento a escolha de cada assinante :

- a) assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro ;
- b) desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de endereço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser datilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo endereço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Estado-Maior do Exército.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

1º Grupamento de Unidades de Engenharia.

Dr. Marcos de Souza Dantas.

General Dermeval Peixoto.

General Fernando Távora.

Coronel Amyr Borges Fortes.

Coronel Antônio Linhares de Paiva.

Coronel Aurélio de Lyra Tavares.

Major Fernando Allah M. Barbosa.

Capitão Orlando Rafael Viégas.

EX-LIBRIS

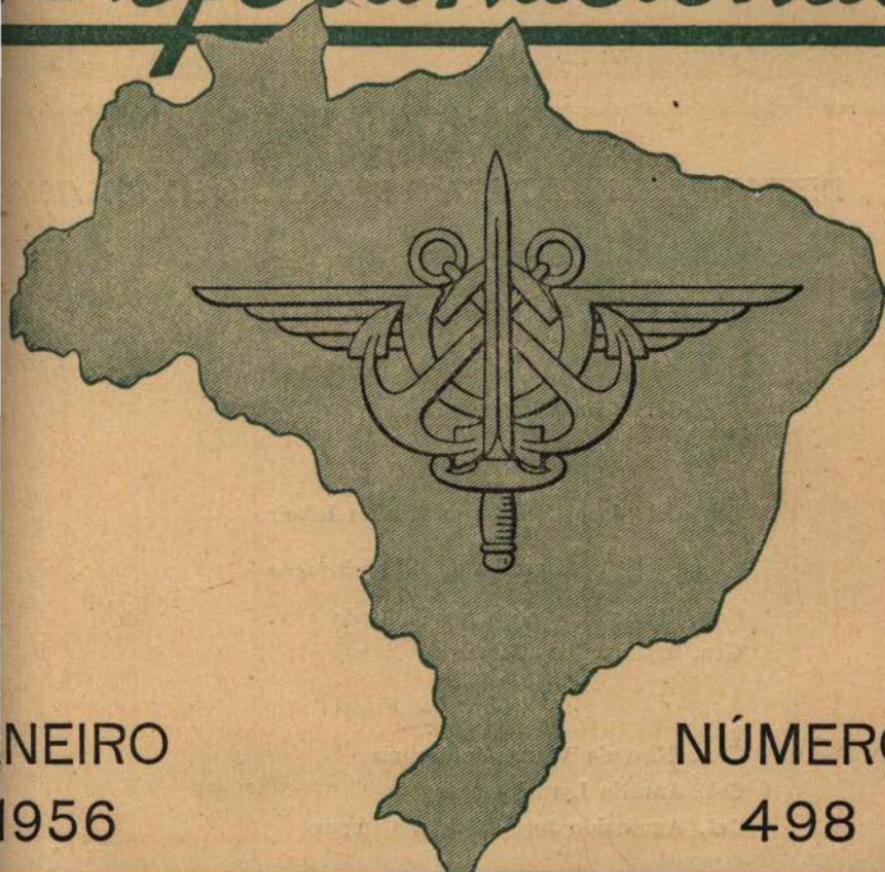
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte



Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1955

Defesa Nacional



JANEIRO
1956

NÚMERO
498

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

DE JANEIRO

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1955/1958

Diretor-Presidente

Gen. Rafael Danton Garrastazú Teixeira

Diretor-Secretário

Ten.-Cel. João Baptista Peixoto

Diretor-Gerente

Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo

Gen. Djalma Dias Ribeiro

Conselho Fiscal

Gen. Nizo de Viana Montezuma

Cel. Aurélio Lyra Tavares

Cel. Aguinaldo José de Sena Campos

Suplentes

Cel. Augusto Fragoso

Cel. Antônio Carlos de Silva Muricy

Maj. Nilton Freixinho